



Mestrado Acadêmico
em Geografia (MAG-UVA)



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
*Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Educação Superior*

UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ – UVA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA – MAG

GILSON BARBOSA DE SOUSA

**PLANEJAMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE TERESINA: ANÁLISE DA
PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL
(PPA) 2018-2021**

SOBRAL – CEARÁ
2021

UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ – UVA
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA – MAG/UVA

**PLANEJAMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE TERESINA: ANÁLISE DA
PARTICIPAÇÃO NO PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL
(PPA) 2018-2021**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação - Mestrado Acadêmico em Geografia - da Universidade Estadual Vale do Acaraú MAG/UVA, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Geografia

Linha de Pesquisa: Dinâmica Territorial:
Campo-Cidade

Orientadora: Prof.^a Dra. Virgínia Célia Cavalcante de Holanda

SOBRAL – CEARÁ
2021



FOLHA DE APROVAÇÃO

Título da dissertação: PLANEJAMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE TERESINA: ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL (PPA) 2018-2021

Data da defesa: 25 de janeiro de 2021

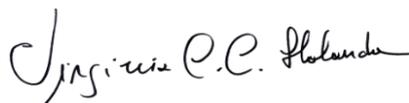
Autor: Gilson Barbosa de Sousa

Orientadora: Prof.^a Dra. Virgínia Célia Cavalcante de Holanda

Trabalho apresentado ao programa de pós-graduação Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (MAG/UVA) como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Organização, produção e gestão do Território no Semiárido

Linha de pesquisa: Dinâmica Territorial: campo e cidade



Profa. Dra. Virgínia Célia Cavalcante de Holanda
Universidade Estadual Vale do Acaraú – Orientadora



Profa. Dra. Maria do Carmo Alves Prefeitura
Municipal de Sobral – Examinadora externa



Profa. Dra. Glauciana Alves Teles
Universidade Estadual Vale do Acaraú – Examinadora interna

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual Vale do Acaraú

Sistema de Bibliotecas

Sousa, Gilson Barbosa de

Planejamento urbano do município de Teresina: análise da participação no processo de construção do PPA 2018-2021 [recurso eletrônico] / Gilson Barbosa de Sousa. -- Sobral, 2021.

1 CD-ROM: 4 ³/₄ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato pdf do trabalho acadêmico com 164 folhas.

Orientação: Prof.^a Ph.D. Virginia Célia Cavalcante de Holanda .

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) -
Universidade Estadual Vale do Acaraú / Centro de Ciências
Humanas

1. Planejamento Urbano. 2. Participação Popular. 3.
Planejamento Participativo . 4. PPA. 5. Planejamento Urbano de
Teresina . I. Título.

À pessoa que mais amo nesse mundo, minha mãezinha,
Rosely, sempre me colocando à frente de tudo.
Aos meus filhos, Bárbara, Kayo e Sophia, anjos de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelo dom da vida, por poder desfrutar de todas as realizações que a vida me proporciona. Por ter Deus presente em minha vida, dando-me força, guiando-me, encorajando-me a seguir sempre pelo caminho do bem durante os momentos difíceis.

São diversas as ocasiões na trajetória de minha vida que precisam ser contadas, pois sozinho não faço nada. Mas com pessoas que me amam e me ajudaram na construção deste estudo pude perceber, sentir e viver amizades que levarei para sempre em meu coração.

Tive a sorte de ser selecionado na turma 2019 do Programa de Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú, e conhecer pessoas como Lubélia, Jamersson, Raquel, Breno e Samuel, a quem só tenho a agradecer pelo carinho, pela atenção e pelas horas de conversas maravilhosas, seja nos intervalos das aulas, na Confeitaria Delicia.com, no Restaurante Universitário – mesmo que só para os acompanhar –, ou nas noites de conversas no apartamento, pensando e sonhando com o futuro.

À minha tia, mãe e amiga, Rosely Barbosa de Sousa, que durante toda a sua vida se dedicou a cuidar, educar e passar bons ensinamentos que levo comigo até hoje.

Ao meu avô, Francisco Lopes, e avó, Alzira Barbosa (*in memorian*), os meus maiores fãs.

Aos meus filhos, luzes de meu viver, Bárbara Letícia, Kayo Maxx e Sophia Lopes, que suportaram as ausências e viveram comigo a saudade causada pela distância Teresina-Sobral.

Às minhas tias, Maria Antônia, Maria do Socorro, Euvidiane Barbosa, Francisca Barbosa, Eduvirgens; e à minha madrinha, minha segunda mãe, Helegilde Barbosa, que tanto festejaram o primeiro dos sobrinhos a cursar um mestrado na família, que chamamos carinhosamente de *Família Buscapé*. Pelos nossos encontros e cafés no fim da tarde; pela nossa união e dedicação em sempre ajudar aqueles que mais precisam. Eu sempre digo com muito orgulho a todos: minha família é meu alicerce.

A todos aqueles que, de certa forma, contribuíram para que esse sonho se realizasse, pois várias foram as dificuldades enfrentadas nesse caminhar, mas pude contar com amigos sempre dispostos a contribuir, a exemplo dos Vereadores Paulo

Lopes e Edson Melo.

Aos meus amigos de trabalho, pela ajuda em todos os momentos de ausência, quando sempre pude contar com o apoio de vocês: Maria do Socorro, Durval Ribeiro, Dayana Sousa, Athos Ribeiro, Leda Brandão, João de Deus, Fernando Abreu, Paula Tavares, Jalisson Costa, Ana Lange, Suzane Borges, Caio e em especial ao Maycon Ribeiro, o primeiro a incentivar a minha ida ao mestrado.

À professora e orientadora da graduação em Geografia da UFPI, Ma. Aline Araújo Lima, que se tornou bem mais que uma orientadora, mas uma amiga, irmã e conselheira. Muito obrigado pelo apoio, pelas contribuições e pela insistência em incentivar minha ida ao mestrado. Lembro que eu falava que tinha medo, e a senhora, com um olhar leve e descontraído, dizia: *vai com medo, lá você perde!* Obrigado!

À minha orientadora, Dr.^a Virgínia Célia Cavalcante de Holanda, que além de ser uma grande referência em estudos de Geografia, é umas das mais solicitadas da universidade. E como ela mesma diz, apesar de a ter indicado como terceira opção, ela acolheu-me como primeira opção, e hoje, somos grandes amigos, sendo eu, um eterno admirador de sua capacidade de fomentar conhecimentos. O meu *muito obrigado* pela paciência nas constantes insistências. Com certeza, será minha base de inspiração como futuro profissional docente. Gratidão!

Aos demais professores do mestrado, pelos ensinamentos e pelas contribuições nas disciplinas ministradas, nas aulas de campo e nos eventos da universidade.

À Coordenação do Mestrado e aos funcionários do Centro de Ciências Humanas (CCH). Em especial, à secretária do mestrado, Lidiane, pela atenção e dedicação.

Aos professores Dr. Antônio Cardoso Façanha e Dr.^a Glauciana Alves Teles, pelas contribuições no processo de qualificação, o meu *muito obrigado*.

Às professoras Dr.^a Glauciana Alves Teles e Dr.^a Maria do Carmo Alves, por atenderem ao convite para a banca final deste trabalho.

Por fim, a todos os que direta ou indiretamente contribuíram em minha vida acadêmica mas que por falta de memória não foram citados, embora tenham ajudado no desenvolvimento e na conclusão deste trabalho.

“Não é sobre vencer, é sobre não desistir, se você tem um sonho, lute por ele. Existe uma disciplina para a paixão e não é sobre quantas vezes você é rejeitado, ou quantas vezes você caiu e foi derrotado, é sobre quantas vezes você, com coragem, levantou e seguiu em frente.” (LADY GAGA, 2019).

“Sonhar, nunca desistir, ter fé, pois fácil não é, nem vai ser Tentar até se esgotar suas forças”. (Mc GUI, 2014).

RESUMO

O presente estudo pretendeu revelar como se deu a participação da população na elaboração do planejamento urbano, bem como traçar o perfil dos participantes na elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2018-2021. O trabalho teve como objetivo geral analisar os processos de planejamento urbano do município de Teresina, discutindo as estratégias de participação popular presentes na constituição do PPA 2018-2021 e o alinhamento deste aos eixos da Agenda 2030. No que se refere à metodologia utilizada, realizou-se pesquisa bibliográfica e documental, mediante abordagem qualitativa, ancorada na geografia crítica que parte do materialismo histórico dialético, reputado o modelo mais adequado para a análise do objeto de estudo desta pesquisa, por ser importante e influenciar o resultado e os significados em relação aos sujeitos e às suas ações. As possibilidades para a construção de um PPA dotado de maior capacidade para a construção de processos de planejamento participativo dominam o debate sobre a relevância do planejamento governamental e do plano de governo no direcionamento dos rumos da política urbana, cabendo trazer para o debate a necessidade de elaborar um planejamento capaz de satisfazer os desejos e anseios da população, de modo que esse processo não seja conduzido apenas pela técnica, tampouco somente pela política. É nesse contexto que se passa a conceber a participação popular em gestões democráticas como aquela que busca a legitimidade das políticas públicas urbanísticas a partir da delegação de decisões aos próprios afetados, ou seja, aos cidadãos em geral. Conclui-se, a partir de Teresina, capital do Estado do Piauí, que há uma vontade coletiva de participar das decisões políticas e que a mediação de interesses públicos e particulares na cidade necessita cada vez mais da atuação do Estado, fundamentada em uma política urbana constitucional garantidora de direitos à participação e à inclusão política, enquanto legitimidade ético-racional do exercício do poder político na democracia. Nessa direção, se a democracia é o destino do povo, o dilema sobre como efetivá-la nas cidades passa pela legitimação popular.

Palavras-chave: Planejamento urbano. Participação popular. Planejamento participativo. PPA.

RESUMEN

El presente estudio pretende dar a conocer cómo se llevó a cabo la participación de la población en la elaboración de la Planificación Urbana, así como esbozar el perfil de los participantes en la preparación del PPA (Plan Plurianual) 2018-2021. El trabajo tiene como Objetivo General analizar los procesos de la planificación urbana del municipio de Teresina, discutiendo las estrategias de participación popular presentes en la constitución del PPA 2018-2021 y cómo se alinea con los ejes de la agenda 2030. En lo que consiste en la metodología utilizada, realizamos: investigación bibliográfica y documental, anclada en la geografía crítica que parte del materialismo histórico dialéctico, así como un abordaje cualitativo, siendo el modelo más adecuado para el análisis del objeto de estudio de esta investigación por ser importante y poder influir en el resultado y los significados en relación a los sujetos y sus acciones. Las posibilidades para construcción de un PPA dotado de mayor capacidad para la construcción de procesos de planificación participativa ha dominado el debate sobre la importancia de la planificación gubernamental y del plan de gobierno en la dirección de los rumbos de la política urbana, cabe entonces traer para dentro del debate la necesidad de elaborar una planificación que pueda oportunizar los deseos y anhelos de la población, que este proceso no sea conducido ni solo por la técnica ni solo por la política. Es en este contexto que la participación popular en la gestión democrática se entiende ahora como una que busca la legitimidad de las políticas públicas urbanas a través de la delegación de decisiones a los propios afectados, es decir, a los ciudadanos en general. Se concluye, desde Teresina, capital del Estado de Piauí, que existe una voluntad colectiva de participar en las decisiones políticas y que la mediación de los intereses públicos y privados en la ciudad necesita cada vez más de la actuación del Estado, basada en una política urbana constitucional que garantice los derechos a la participación y a la inclusión política, como legitimidad ética-racional del ejercicio del poder político en la democracia. Si la democracia es nuestro destino, el dilema de cómo llevarla a cabo en las ciudades implica legitimación popular.

Palabras clave: Planificación urbana. Participación popular. Planificación participativa. PPA.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura orçamentária brasileira.....	34
Figura 2 – Localização da área de pesquisa.....	35
Figura 3 – Evolução da mancha urbana de Teresina (1993-2017).....	103
Figura 4 – Divisão administrativa da cidade de Teresina, por região.....	117
Figura 5 – Visão estratégica de elaboração do PPA.....	121
Figura 6 – Interface do aplicativo <i>Colab.re</i> em material de divulgação.....	124
Figura 7 – Material de divulgação do Seminário Teresina Participativa.....	124

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Participação na elaboração do PPA 2018-2021, por eixos.....	100
Tabela 2 – Participação no PPA, por gênero (2018-2021).....	101
Tabela 3 – População do município de Teresina, por gênero (2010).....	102
Tabela 4 – População e quantidade de bairros de Teresina, por região.....	118

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Participação, por eixo.....	100
Gráfico 2 – Participação na elaboração PPA, por gênero (2018-2021).....	101
Gráfico 3 – População do município de Teresina, por gênero (2010).....	102
Gráfico 4 – População de Teresina, por região.....	118

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Percurso metodológico.....	37
Quadro 2 –	Paradigma ecológico e socioespacial em sociologia urbana.....	44
Quadro 3 –	Principais fatores internos e externos que repercutem na elaboração do planejamento urbano.....	108
Quadro 4 –	Composição da equipe de consultoria.....	112
Quadro 5 –	Eixos do plano de governo (2016-2020).....	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

3 C	Compactada, Conectada e Coordenada
3 D	Distante, Dispersa e Desconectada
AESPI	Associação de Ensino Superior do Estado do Piauí
AJMT	Associação de Juventude do Município de Teresina
APROSPI	Associação das Prostitutas do Estado do Piauí
ARSETE	Agência Municipal de Regulação de Serviços Públicos de Teresina
CAU	Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo
CDMI	Conselho Municipal dos Direitos do Idoso
CDU	Conselho de Desenvolvimento Urbano
CNPU	Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana
CERMAP	Centro Estudos Recreação Magistério Piauiense
CF	Constituição Federal de 1988
CME - PI	Conselho Municipal de Teresina
COLAB	Um aplicativo, um monitor de gestão de demandas e suporte ao cidadão
COOLIBE	Cooperativa Mista dos Catadores de Lixo para Reciclagem de Barra do Corda
COPLAN	Empresa Baiana de Construções e Planejamento S/A
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura
CREAS	Centro de Referência Especializada da Assistência Social
EPI	Sistema Político e do Sistema Ideológico
EPIV	Estudo Prévio do Impacto de Vizinhança
ESTÁCIO CEUT	Faculdade Estácio, Centro de Ensino Universitário de Teresina
ETURB	Empresa Teresinense de Desenvolvimento Urbano
FACE	Faculdade Aliança
FAEPI	Federação da agricultura do Piauí
FETSUASPI	Fórum Estadual de Trabalhadoras e Trabalhadores do SUAS/ Piauí
FIEPI	Federação das Indústrias do Estado do Piauí
FMC	Fundação Monsenhor Chaves

FMEPS-TE	Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica
GSU	Gerência de Serviços Urbanos
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPI	Instituto Federal do Piauí
IPMT	Instituto de Previdência do Município de Teresina
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAG	Mestrado Acadêmico em Geografia
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PDLI	Plano de Desenvolvimento Local Integrado
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PDOT	Plano Diretor de Ordenamento Territorial
PGM	Procuradoria Geral do Município
PMT	Prefeitura Municipal de Teresina
PPA	Plano Plurianual
PRODATER	Empresa Teresinense de Processamento de Dados
PT	Partido dos Trabalhadores
REAPI	Rede Ambiental do Piauí
RIDE	Região Integrada de Desenvolvimento Econômico
SDR	Superintendência de Desenvolvimento Rural
SDU's	Superintendências de Desenvolvimento Urbano
SECREM	Secretaria Executiva de Captação de Recursos e Monitoramento
SEDET	Secretaria do Desenvolvimento Econômico do Estado do Piauí
SINTE-PI	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica Pública do Piauí
SEMAM	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SEMCOM	Secretaria Municipal de Comunicação
SEMCOP	Secretaria Municipal de Concessões e Parcerias
SEMDUH	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação
SEMEC	Secretaria Municipal de Educação

SEMEL	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
SEMF	Secretaria Municipal de Finanças
SEMGOV	Secretaria Municipal de Governo
SEMJUV	Secretaria Municipal da Juventude
SEMPPLAN	Secretaria Municipal de Planejamento
SERFRAU	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SESI-PI	Serviço Social da Indústria do Piauí
SEMTCAS	Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e Assistência Social
SERFHAU	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UJS	União da Juventude Socialista - Piauí
UMAC	União Municipal de Associações de Moradores de Teresina
UNECOST	União das Entidades Comunitárias da Zona Sul
UNIP	Universidade Paulista
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
UVA	Universidade Vale do Acaraú
VAN	Veículo automotivo de número limitado de passageiros, de 8 a 16 lugares

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	17
1	PERSPECTIVAS TEÓRICAS DO ESPAÇO URBANO E DO PLANEJAMENTO URBANO	42
1.1	A mudança de paradigma no pensamento da cidade e do urbano...	42
1.2	Repensando o planejamento urbano: um olhar sobre a produção do espaço.....	58
2	PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL E EM TERESINA: NOVOS RUMOS DA POLÍTICA URBANA	69
2.1	Periodização do planejamento urbano no Brasil, análise dos planos.....	69
2.1.1	Primeiro período: os planos de melhoramentos e embelezamentos.....	71
2.1.2	Segundo período: planejamento de planos técnicos de base científica...	72
2.1.3	Terceiro período: redemocratização, institucionalização e mobilização popular.....	77
2.2	A evolução do planejamento e da política urbana em Teresina, do PDLI à Agenda 2030.....	79
2.2.1	O PDLI.....	80
2.2.2	I PET.....	83
2.2.3	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Teresina (PDDU).....	86
2.2.4	II PET.....	88
2.2.5	Plano de desenvolvimento sustentável – Teresina Agenda 2015.....	91
2.2.6	Plano de desenvolvimento sustentável – Teresina Agenda 2030.....	95
3	ANÁLISE DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2018-2021 DA CIDADE DE TERESINA	99
3.1	Caracterização da pesquisa: o início da caminhada participativa....	99
3.2	Planejamento governamental, proposta de governo e PPA.....	103
3.3	PPA 2018-2021 da cidade de Teresina: construção ou manipulação?.....	105
3.4	A participação popular na política urbana.....	119
3.5	Análise do processo participativo na elaboração do PPA 2018 –	

	2021.....	122
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
	REFERÊNCIAS.....	132
	APÊNDICES.....	137
	ANEXOS.....	149

INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve como por objetivo analisar os processos de planejamento urbano do município de Teresina, examinando as estratégias de participação popular presentes na constituição do PPA 2018-2021 e o alinhamento deste aos eixos do Agenda 2030.

As cidades brasileiras são reflexos das diferentes estruturas sociais, econômicas, culturais, políticas e ambientais constituídas ao longo da história. Todavia, a sua configuração e estrutura morfológica são igualmente decorrentes de repetição que, muitas vezes, geram crises urbanas. Tendo isso em vista, a cidade de Teresina passa a ser o objeto de estudo da pesquisa. O seu planejamento constitui o processo de análise, ao passo que os participantes na elaboração do planejamento urbano são os sujeitos da pesquisa.

Justifica-se investigar o planejamento urbano do município de Teresina em virtude de sua complexidade, pois assim como se concebe a necessidade de pensar no futuro, assimila-se a imprescindibilidade de conhecer e compreender todas as situações que permeiam o planejamento urbano, sejam elas de cunho político ou financeiro, porquanto o planejamento se completa com a sua efetivação, e para que ela aconteça, deve-se ter de forma clara os objetivos que se pretende alcançar, sejam de curto ou longo prazo, e isso só é possível com um programa de gestão voltado para resultados.

Corroborando esse pensamento, Souza (2018, p. 46) busca diferenciar

planejamento de gestão, esclarecendo que planejamento e gestão não são termos intercambiáveis, por possuírem referenciais temporais distintos [...] *planejar* sempre remete ao futuro: planejar significa tentar prever a evolução de um fenômeno ou, para dizê-lo de modo menos comprometido com o pensamento convencional, tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios. De sua parte, *gestão* remete ao presente: gerir significa administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas.

O planejamento urbano estabelece uma cidade virtual que, muitas vezes, não se relaciona com as condições reais de produção e expansão das cidades, ignorando boa parte da população. Dito isso, é possível ver nas palavras de Souza (2018), que é preciso planejar pensando a partir da cidade, considerando seus reais

e urgentes problemas, pois o planejamento é um processo de ordenamento que integra vários aspectos físicos, econômicos, políticos e sociais, e precisa ser elaborado visando ao futuro e ao desenvolvimento da cidade.

Destarte, a relevância desta pesquisa mostra-se pelo fato de, até o presente momento, no Piauí, existirem poucos trabalhos no campo da Geografia vislumbrando uma análise da participação popular na elaboração do planejamento urbano de Teresina, muito embora se conheçam várias pesquisas que abordam os processos e as formas espaciais sobre a produção espacial na evolução urbana da capital, intervenções urbanas e projeções de expansão urbana, voltadas para que foi pensado e projetado o planejamento urbano da cidade.

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo geral analisar os processos de planejamento urbano do município de Teresina, discutindo as estratégias de participação popular presentes na constituição do PPA 2018-2021 e o alinhamento deste aos eixos do Agenda 2030. Especificamente, almeja-se fazer uma leitura crítica das características de elaboração dos planos de planejamento urbano já criados para o município de Teresina; compreender o processo de construção do PPA 2018-2021 da cidade de Teresina; analisar os mecanismos utilizados na elaboração do PPA 2018-2021; descrever como ocorreu a participação popular na elaboração do PPA 2018-2021.

À vista disso, busca-se compreender o processo de participação popular nesse novo universo democrático que inova ao propor um planejamento flexível às demandas públicas. A participação popular sobre as decisões do espaço urbano é um desafio encarado pelo Estatuto da Cidade, na medida em que a política urbana deve avançar nos caminhos da gestão democrática, garantindo a participação popular nas decisões acerca dos ônus e dos benefícios do processo de urbanização.

Enfatiza-se, portanto, o mérito de uma gestão democrática municipal para a efetivação dos novos instrumentos de política urbana a serem inseridos no Plano Diretor dos Municípios, construindo cidades cujo processo de urbanização seja resultado de aprovação coletiva.

Em face dessas compreensões, surgem perguntas e questionamentos para os quais se pretende alcançar respostas durante a pesquisa, a saber: será que a participação se efetiva na elaboração do PPA participativo? Como foi o processo de análise das propostas da população? A elaboração dos eixos levou em conta os desafios do planejamento urbano da cidade de Teresina?

Outrossim, o presente trabalho apoia-se em motivações pessoais, sociais e políticas que instigaram a sua proposição, tendo como objeto de pesquisa a cidade de Teresina, perscrutando as mudanças ocorridas, sobretudo, na legislação urbana que, entre outras tomadas de decisões, alude à necessidade de participação da população como forma de prover os interesses sociais sobre a produção socioespacial da cidade.

Nessa direção, emergem outras indagações em torno do processo de construção e participação popular em planejamentos públicos, as quais precisam ser referendadas: a participação da população por meio do uso do aplicativo Colab foi positiva? A elaboração do PPA levou em conta os eixos do Agenda 2030 ou se sobressaiu o plano de governo da atual gestão? Tais questões, presentes no base desta pesquisa, podem ser negadas ou afirmadas, esclarecendo dúvidas pertinentes ao processo de elaboração do PPA.

Valida-se que o interesse pessoal pelo tema está relacionado ao trabalho deste pesquisador. Entrementes, o desejo pela presente pesquisa precede essa atuação profissional, e diz respeito ao enorme amor pela cidade e por tudo o que ela representa para os piauienses. Deveras, intenta-se descortinar o seu desenvolvimento e perceber que há muito por trás da tarefa de planejar determinada cidade, pois nem sempre as ações chegam a todos os cantos dela, evidenciando que sua estrutura rígida de governança passa, no momento, por uma aceitação, no sentido de ser cada vez mais próxima de seu povo e permitir a participação nas tomadas de decisões sobre a produção socioespacial de Teresina.

A aproximação inicial deste pesquisador com o tema *planejamento urbano participativo* deu-se no ano de 2017, nas pesquisas iniciais para a produção de trabalho final no Curso de Graduação em Geografia. Na ocasião, o interesse pela temática deu-se por já ter participado de alguns momentos do processo de planejamento urbano, inicialmente, com certa frustração, pois por ser colaborador da Prefeitura de Teresina, carregava certa familiaridade com a gestão, e por ser um cidadão apaixonado pela cidade, esse aspecto impedia o distanciamento necessário para contemplar os equívocos relacionados ao planejamento.

Então, após nove visitas realizadas em diferentes bairros de diferentes zonas da cidade de Teresina, percebeu-se que a cidade não é homogênea, e essa heterogeneidade leva a conjecturar uma cidade diferente daquela que está nos documentos oficiais ou seja uma cidade imaginária, muitas vezes elaboradas por

empresas de consultoria que, em alguns momentos, pertencem ou remetem a outros estados. Não que seja errado esse tipo de prática, mas é patente a mera intenção de promover a cidade como mercadoria.

Para refletir sobre esse entendimento, recorre-se a Sánchez (2001, p. 33) para quem

essa estratégia global encontra uma nova dinâmica para a reprodução do capitalismo: a construção da cidade-mercadoria que, sob a égide do poder político dos governos locais, perfila-se através dos processos de reestruturação urbana (como exigência da economia competitiva) e através da construção de imagem para vendê-la, para inserí-la no mercado. Como mercadoria especial, envolve estratégias especiais de promoção: são produzidas representações que obedecem a uma determinada visão do mundo, são construídas imagens-síntese sobre a cidade e são criados discursos referente à cidade, encontrando na mídia e nas políticas de *city marketing* importantes instrumentos de difusão e afirmação.

Ainda de acordo com Sánchez (2001, p. 34), o mercado em torno do planejamento urbano tem como principal função produzir um espaço baseado em uma escala de competição voltada estritamente a uma política de governo. Sendo assim,

o mercado de consultoria em planejamento e políticas públicas: atores locais, como prefeito, lideranças ou *experts* internacionais em planejamento, constroem seus projetos políticos através da projeção e reconhecimento de sua atuação, que referida a escala do “*local*” necessita, entretanto, de legitimação em simultâneas escalas. As estratégias territoriais para exportar *Know How*, por parte de governos locais e de consultores identificados com certas “experiência de sucesso” constroem-se no campo simbólico, onde o que está mais em jogo é o poder propriamente político.

Essa forma de representar o espaço, baseado nas imagens e no discurso sobre as cidades modelos, reflete a fase atual do capitalismo, atrelada à acumulação, onde, nas palavras de Harvey (2005, p. 43), “a acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista”.

Por cúmulo, sendo dinâmico e permanente na produção do espaço urbano, pressionado, sobretudo, por novas exigências na produção desse espaço, mediante interesses combinados em diferentes campos políticos, essa nova forma de ver a reprodução do espaço urbano, voltada à efetivação do planejamento – conforme preconizada por Sánchez (2001) –, recai justamente no entendimento de Harvey (2005, p. 45), ao considerar que “a acumulação pela acumulação significa,

inevitavelmente, a tendência a produzir sem levar em consideração os limites do mercado”. Assim Harvey, faz uma alusão à expansão dos mercados internacionais quando ele reflete sobre a necessidade de expandir as fronteiras nacionais devido às crises constantes do capitalismo

A propósito, Santos (2012, p. 29-30) contribui com essa discussão ao asseverar que

a soma dos resultados da intervenção humana sobre a terra, é formado pelo espaço construído que é também espaço produtivo, pelo espaço construído que é apenas uma expectativa, primeira ou segunda, de uma atividade produtiva, e ainda pelo espaço não-construído, mas suscetível – antes o avanço da ciência e das técnicas e às necessidades econômicas e políticas ou simplesmente militares – de tornar-se um valor, não específico ou particular, mas universal, como o das mercadorias no mercado mundial.

Com esse direcionamento sobre a produção do espaço urbano, fica evidente para Santos (2012) que o Espaço se tornou uma mercadoria universal por excelência e que, portanto, muitos tendem a realizar o planejamento urbano de forma a produzir uma cidade competitiva, diante de inúmeras imagens positivas de uma cidade que se pretende ter e que seja capaz de disputar o valor de troca imposto à produção do espaço urbano.

A crescente intensificação das problemáticas em torno do crescimento das cidades e a urgência de promover uma análise socioespacial sobre a maneira como se realiza o planejamento urbano, e se ele é capaz não somente de prever o futuro, mas incluir a sociedade nas tomadas de decisões sobre o território, atrelado à necessidade de adaptar as legislações federais e estaduais à realidade local, a grosso modo, obrigou gestores a implementar práticas de participação popular. À vista disso, este estudo buscará analisar o processo de formação espacial da cidade de Teresina por meio da elaboração do PPA 2018-2021.

O PPA é o instrumento de planejamento governamental de médio prazo previsto no Art. 165 da Constituição Federal, regulamentado pelo Decreto 2.829, de 29 de outubro de 1998, e estabelece diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para um período de quatro anos, organizando as ações do governo em programas que resultem em bens e serviços para a população.

Aprovado por lei quadrienal, sua vigência estende-se do segundo ano de um mandato majoritário até o fim do primeiro ano do mandato seguinte. Nele constam,

detalhadamente, os atributos das políticas públicas executadas, tais como: metas físicas e financeiras; público-alvo; produtos a serem entregues à sociedade, pensados, planejados e influenciados, sobretudo, pelo Agenda 2030. Esta tem como ideia principal a construção de um plano de ação e de um planejamento participativo capazes de promover a produção do espaço urbano, desenvolvendo uma proposta destinada à promoção da sustentabilidade do meio urbano, ao propor uma reflexão sobre a cidade que se tem e aquela que se pretende ter no futuro.

Inicialmente, reflete-se sobre o conceito de espaço, à luz de autores como Gottdiener (2016), Castells (1983), Lefebvre (2000, 2001), Harvey (1980, 2005), Santos (2002, 2004, 2006, 2014), entre outros, que desvelam uma importante percepção sobre o entendimento do espaço urbano, mostrando as imbricações e os conflitos em torno da produção social desse espaço na cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí.

Partindo de uma perspectiva metodológica que vise a proporcionar um planejamento urbano participativo, fortaleça a autonomia e a capacidade crítica de envolver a população nas tomadas de decisões, é oportuno destacar que a cidade de Teresina é o campo empírico desta investigação.

Para a construção do estado da arte, recorre-se à pesquisa bibliográfica, com o intuito de conhecer estudos já realizados sobre a temática, bem como analisar os documentos oficiais que existem em relação ao planejamento urbano, à evolução urbana em Teresina, às projeções de expansão urbana, às intervenções urbanas e ao Agenda 2015.

Nessa direção, discorre-se sobre o planejamento urbano e, no caso deste estudo, desenvolve-se uma pesquisa sobre o planejamento participativo, analisando o processo de construção do Agenda 2030 e a participação popular na elaboração do PPA 2018-2021.

A utilização de dois instrumentos de avaliação ocorre porque o PPA tem sua elaboração baseada nos eixos do Agenda 2030: inclusão social; qualidade de vida; sustentabilidade ambiental e produtividade econômica. Embora essa agenda já esteja sendo evidenciada, faz-se necessário compreender como o Agenda 2030 traz a prerrogativa de participação referendada pela política urbana concebida à luz da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto das Cidades de 2001.

Quando este pesquisador se propôs a estudar o planejamento da cidade de Teresina, percebeu que seria inescusável entender o que é a cidade e o que ela

representa, além de certas questões que permeiam o planejamento urbano. Sendo assim, há que se estudar, ainda, o que é o planejamento, sua história e sua importância como ferramenta do poder público, ao intervir na organização do território, em especial na produção do espaço teresinense.

Em seu célebre livro *O Direito à Cidade*, Lefebvre (2001) fala dos processos de industrialização, motor das transformações da sociedade e de urbanização, os quais, para ele, são inseparáveis, porém, conflitantes.

Por sua vez, Castells (1983, p. 45) corrobora essa ideia, ao afirmar que “o elemento dominante é a indústria, que organiza inteiramente a paisagem urbana”. Nesses casos, a industrialização induz à urbanização, embora se saiba que não necessariamente uma coisa decorre da outra, especialmente no processo de urbanização brasileira, que está estreitamente relacionada com a agricultura. De acordo com Milton Santos (2009), a indústria paulista, em grande parte, nasce com o excedente gerado pela crise cafeeira, contrariando, portanto, o pensamento de Lefebvre (2001).

Em meio aos processos de industrialização e urbanização, Lefebvre (2001) menciona que as cidades surgem no “tecido urbano” e por ele se espalham de modo desigual, sugerindo um modo de vida que, para ele, tinha o atributo do “*habitar*”, do participar da vida social, de uma comunidade. No entanto, com o passar do tempo, e com as intensas diferenciações entre o espaço das cidades, esse senso de participação da vida urbana, esse habitar, foi-se perdendo e reduzido ao *habitat* ou, de outro modo, às formas.¹

A cidade, antes um valor de uso, adquire um valor de troca, representado pelos espaços que começam a ser comprados e vendidos, e pelo consumo de produtos, de bens, dos lugares e dos signos, que se intensificam. Assim, Lefebvre (2001, p. 04) afirma que “as cidades são o centro da vida social e política onde se acumulam não apenas riquezas, mas técnicas, conhecimentos e obras”.

No entendimento de Santos (2002a, p. 322), “a cidade grande é um enorme espaço banal, o mais significativo dos lugares. Todos os capitais, todos os trabalhos, todas as técnicas e formas de organização podem ir se instalar, conviver, prosperar”. Nessa reflexão, há um ponto de convergência quanto ao que Lefebvre (2001, p. 57) aponta, isto é, na cidade, impera “a pluralidade, coexistência,

¹Para Lefebvre (2000, p. 91), “não há forma sem conteúdo e não há conteúdo sem forma”.

simultaneidade no urbano de padrões, de maneiras de viver a vida urbana”.

Não está explícito nessas definições, mas se sugere que a categoria *cotidiano*, a quinta dimensão do espaço,² é fundamental para a compreensão dos processos de urbanização e planejamento da cidade. Essa nova dimensão do espaço é “balizado pelo lugar, e nesse sentido é que se pode dizer que o tempo é determinado pelo espaço” (SANTOS, 2013, p. 35). Ainda de acordo com o susodito autor, Lefebvre (2000, p. 10) exemplificando que “a história do espaço (como a do tempo social) está longe de ser esgotada”.

Com efeito, consoante Lefebvre (2001), a cidade é um resultado local da história geral, fato reforçado por Santos (2001, p. 281), que assevera: “as cidades constituem, cada vez mais, uma ponte entre o global e o local, em vista das crescentes necessidades de intermediação e da demanda também crescente de relações”.

Na acepção de Lefebvre (2001), ao complementar a definição de cidade, afirma que ela é uma “obra da história”, sugerindo que ela é vista como um objeto, um produto humano histórico, porque não é espontâneo, natural. No entanto, ao enunciar que a cidade é “palco das relações, onde formas e estruturas se projetam”, esclarece que é na cidade que a noção de espaço parece fundamental.

Nessa discussão, Santos (2013, p. 67) contribui dizendo que “o estudo da cidade exige a necessidade de articular o conceito de espaço; sem isso nem mesmo saberemos o que vamos tratar”.

É oportuno destacar que a cidade não comporta mais esses tipos de significados. Com o aprimoramento das técnicas, do conhecimento e da informação, a cidade não pode mais ser vista apenas como um palco. Não que se discorde das palavras de Lefebvre (2001), mas é necessário compreender a cidade como algo que vai além e que revela o modo de vida urbano nos lugares em que interage, pulsa e autoriza, ou não, certas práticas sociais.

Com relação a isso, Santos (2013, p. 68) explica que “a história de cidade é a das suas formas, não como um dado passivo, mas como um dado ativo, e esse fato não pode escapar em nossa análise”. E acrescenta que “a cidade é ao mesmo tempo, uma região e um lugar, porque ela é uma totalidade, e suas partes dispõem de um movimento combinado, segundo uma lei própria” (SANTOS, 2013, p. 67).

²Consultar *Técnica, Espaço e tempo* (SANTOS, 2013, p. 34).

Esse movimento, sugerido por Santos (2013), remete à ideia de espaço-tempo e, portanto, às periodizações.³ De acordo com ele, “a história de uma cidade se produz através do urbano que ela incorpora ou deixa de incorporar” (SANTOS, 2013, p. 68). Muitas vezes, observa-se, no cotidiano, a confusão que existe ao se diferenciar a cidade do urbano. É a mesma coisa? Em consonância com Lefebvre (2006) e Santos (2013), há separação.

Lefebvre (2000, p. 49) assegura que “a cidade é o prático-sensível, realidade presente, imediata [...] e o urbano é a realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas e reconstruídas pelo pensamento”, ou seja, a cidade seria o prático-sensível do urbano. Então, se o urbano não tem sua base ancorada na cidade, a sociedade urbana é concebida como *possibilidade*.

Ele ainda reforça essa ideia ao enunciar que “a cidade está morta, no entanto, o urbano persiste, no estado de atualidade dispersa e alunada, de embrião, de virtualidade” (LEFEBVRE, 2000, p. 105). Quando se fala em cidade morta, pode-se fazer a leitura de que se trata da materialidade, da ideia de trabalho morto proposta por Karl Marx.

Nesse ponto, Santos (2013, p. 69), não difere muito de Lefebvre (2000), pois afirma que “o urbano é frequentemente o abstrato, o geral, o externo. A cidade é o particular, o concreto, o interno”. Entendendo dessa maneira, a cidade seria uma paisagem,⁴ uma rugosidade,⁵ definida pelo modo de produção; e o urbano seria o modo de vida – o modo de vida urbano, conforme diz Lefebvre (2000) – que expressa essa contemporaneidade.

Em uma concepção mais filosófica ao qualificar o trabalho, poder-se-ia dizer que o mundo todo é urbano, não como algo patente, porque se não o é de fato, é

³ Os períodos são pedaços do tempo submetidos à mesma lei histórica, com a manutenção das estruturas. Estas se definem como um conjunto de relações e de proporções prevalentes ao longo de um certo pedaço de tempo e nos permitem definir nosso objeto de análise. Assim, as periodizações podem ser muitas, em virtude das diversas escalas de observação (SANTOS, 2013, p. 67).

⁴ Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. É formada não apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc. (SANTOS, 2014, p. 67-68).

⁵ Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho (SANTOS, 2006, p. 92).

passível de ser. Então, vive-se no plano do mundo entendido como um conjunto de possibilidades. Assim, pode-se sintetizar a distinção entre cidade e urbano de modo que a primeira está estritamente relacionada às formas e, portanto, às técnicas, enquanto o segundo termo remete a uma obra da história, de possibilidades que surgiram e que se concretizaram ou não. Logo, o urbano vai além da cidade.

Como a cidade é algo dinâmico, em função da complexidade de lugares que abriga, passa por muitas transformações, tanto em tamanho quanto em conteúdo econômico, social e político. Por essa razão, começa a receber outras terminologias que, na tentativa de acompanhar essas dinâmicas, atualizam-se. Assim, as cidades tornam-se metrópoles (completas e incompletas), cidades globais megacidades, entre outros termos.

Essa complexidade que envolve o conceito de cidade foi um dos fatores que motivaram a escolha do município de Teresina como tema de estudo, aliada à sua formação territorial e ao seu planejamento. Nota-se que antes mesmo de entrar no mérito das referências sobre Teresina, especificamente, prefere-se refletir e aprender um pouco mais sobre os conceitos que fundamentarão esta investigação. Nessa lógica, assimila-se a preocupação com o rigor metodológico, para que categorias e conceitos não passem despercebidos, dado o risco de surgir uma teoria vazia e tornar seu objeto de estudo desprovido da merecida centralidade.

Abordando uma dimensão histórica para compreender a natureza da cidade, ao compreender a geografia, percebe-se que esta não deve ser analisada como um fenômeno pronto e acabado, pois as formas que assume ganham certo dinamismo no decorrer de seu processo histórico. “A cidade, em cada uma das diferentes etapas do processo histórico, assume formas, características e funções distintas. Ela seria assim, em cada época, o produto da divisão, do tipo e dos objetos de trabalho” (CARLOS, 2018, p. 57). Para a autora, a cidade é uma realização humana que se constitui ao longo do tempo com sua produção.

Ao trazer o conceito de espaço geográfico, Santos (2006) observa a diferença do espaço social de Lefebvre (2000), porém, está inserido naquele. O espaço geográfico é concreto; não é abstrato; é a junção do espaço material com o espaço social. O espaço material é o espaço físico, ou seja, engloba o espaço natural e o espaço produto do trabalho humano. Já o espaço social é o espaço imaterial, embora dependa da materialidade para existir.

Portanto, o espaço geográfico “partindo de uma posição relacional, envolve, como queria Milton Santos, tanto o universo dos objetos quanto dos sujeitos e suas ações tanto a dimensão dos elementos [...] tanto a dimensão material quanto a dimensão imaterial” (HAESBART 2014, p. 37). Nesse sentido, o espaço geográfico é, também, ação e movimento da representação simbólica do espaço.

O espaço geográfico é definido por Milton Santos (2004), ainda, como um fator social, ou seja, o espaço geográfico não seria somente um reflexo, um meio para a ação da sociedade; é, assim, um condicionado e um condicionador. Dito isso, o espaço geográfico é uma instância social como as demais – economia, política e cultura ou ideologia –, sendo, ao mesmo tempo, subordinada e subordinadora (SANTOS, 2004).

Discutindo sobre a natureza do espaço geográfico como um conjunto de fixos e fluxos, Santos (2014, p. 86) caracteriza a importância dos fluxos e fixos, dizendo que “um objeto geográfico, um fixo, é um objeto técnico, mas também um objeto social, graças aos fluxos. Fixos e fluxos interagem e alteram-se mutuamente”.

Ainda de acordo com o referido autor, a natureza do espaço geográfico apresenta-se como sendo um conjunto de configurações espaciais e dinâmicas sociais, e que, portanto,

o espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável, de que participam de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois, têm um papel na realização social. (SANTOS, 2014, p. 30).

O espaço assume, hoje em dia, uma importância fundamental, já que a natureza do espaço geográfico se transforma em uma força produtiva, reorganizando as funções entre as diferentes frações do território, pois, nas palavras de Santos (2014, p. 32), “cada ponto do espaço torna-se, então, importante, efetiva ou potencialmente”, reafirmando, mais uma vez, a relevância do espaço geográfico em detrimento do espaço social.

Diante desse contexto, observa-se que para Milton Santos (2014), a natureza do espaço geográfico é a dialética entre a inércia e a dinâmica; entre o

inerte e o prático; entre a forma e o conteúdo; entre o espaço material e o espaço social.

Essa dialética da natureza do espaço é igualmente demonstrada por David Harvey (1980), que aponta o espaço como um conjunto de processos sociais e formas espaciais, ou seja, assim como Milton Santos (2014) ao afirmar que o espaço é formado pela imaterialidade da dinâmica social e pela materialidade das infraestruturas do espaço.

Apesar de contraditória, a proposição de Castells (1983, p. 181) reduz o urbano a uma ideologização em nível do consumo, enquanto um espaço margina à produção, pois “o espaço é um produto material em relação com outros elementos materiais” e que dão ao espaço uma forma, uma função, um significado social.

Para Milton Santos, o espaço geográfico é uma totalidade e deveria ser analisado como tal. No pensamento do referido autor, o espaço geográfico é uma instância social, cuja natureza é a forma-conteúdo. Sua totalidade está presente na integração entre formas, estruturas, processos e funções, como também na inseparabilidade entre produção, distribuição, troca e consumo. Esse espaço é caracterizado, atualmente, pelo meio técnico-científico-informacional. O espaço geográfico, enfim, é a totalidade do mundo necessária para a compreensão de outras duas escalas da totalidade: a formação socioespacial e o cotidiano (SANTOS, 2014).

Para Lefebvre (2000), o conceito de espaço reúne o mental e o cultural, o social e o histórico, reconstituindo um processo complexo de descoberta sobre a sociedade e o seu espaço. Sendo assim, o supracitado autor não apenas caracteriza o espaço em que se vive e a sua gênese, mas o faz, através da análise do e pelo espaço produzido pela sociedade atual.

De acordo Lefebvre (apud GOTTDIENER, 2016), não se pode o espaço apenas a uma localização ou às relações sociais, pois ele representa uma multiplicidade de preocupações sociomateriais, ou seja, trata-se de uma localização física existencial e uma expressão mental. Para mais, de acordo com Gottdiener (2016), o espaço é, ao mesmo tempo, o local geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se na ação.

Por cúmulo, o espaço torna-se um instrumento de importância capital e política para o estado, que o usa como parâmetro estabelecer o controle de lugares e, assim, supervisionar administrativamente a organização espacial da cidade.

Desse modo, o estado torna-se um instrumento independente para promover seus interesses, como a produção do espaço.

Com base nessas propriedades, Lefebvre (2000) vê o conflito de classes como um vetor de desenvolvimento do espaço. Tal conflito nasce, sobretudo, à luz das contradições fundamentais do espaço capitalista, pelas relações sociais com a propriedade privada.

Em consonância com Lefebvre (apud GOTTDIENER, 2016, p. 131),

o conflito produzido pelos antagonistas espaciais atravessa as linhas de classe, porque não é produzido apenas por relações de produção. A principal contradição espacial da sociedade é a confrontação entre espaço abstrato, ou a exteriorização de práticas econômicas e políticas que se originam com a classe capitalista e com o Estado, e espaço social, ou o espaço de valores de uso produzidos pela complexa interação de todas as classes na vivência diária.

Com base no que foi postulado acerca da produção do espaço, observa-se uma contradição sobre as relações sociais capitalistas, pois elas não ocorrem somente no espaço, como preveem alguns economistas. Isso porque os padrões espaciais são produzidos por uma formação social antagônica que conta com dinâmica própria e envolve contradições que nascem na dialética da organização socioespacial (GOTTDIENER, 2016).

Ainda de acordo com Lefebvre (2000), a transformação revolucionária da sociedade requer a expropriação do espaço, a liberdade de usá-lo e o direito existencial a ele, sendo essas algumas das principais premissas de sua pesquisa, que se baseia na afirmação recorrente sobre o direito à cidade, ao entender que o espaço já está socializado, mas a atual dominação capitalista do espaço esconde esse fato.

Segundo o supracitado autor, o conceito de produção marxista só pode ser aprendido dialeticamente, pois constitui uma abstração concreta, isto é, enquanto valor de troca. Dessa maneira, Lefebvre (2000, p. 465) baseia-se na multiplicidade da articulação sociedade-espaço, e explica que

hoje, as transformações científicas e tecnológicas do mundo moderno tornam inevitável uma reconsideração do pensamento marxista. A tese aqui apresentada se formula assim: "Todos os conceitos marxistas são retomados, são levados a um nível superior, sem que qualquer momento importante da teoria desapareça. Em compensação, tomados em sua exposição por Marx, estes conceitos e seu encadeamento teórico não têm

mais objeto. A retomada dos conceitos marxistas se desenvolve de maneira ótima tendo conta plenamente do espaço.

Ainda coadunando Gottdiener (2016, p. 134), “o capitalismo sobreviveu ao sistema, ao produzir seu próprio espaço ditado por suas necessidades mecânicas e por sua necessidade de reproduzir as relações sociais de produção”. Para ele, o espaço socialmente produzido assume uma conexão importante com as relações sociais de produção.

Nessa dimensão espacial e temporal, analisa-se o espaço geográfico e social, os quais marcam o mérito do planejamento urbano na conquista e defesa do território, e se as estratégias que os técnicos responsáveis pela elaboração do planejamento utilizam resistiram ao tempo ou se foram paulatinamente modificadas por leis urbanas, frente a uma participação cada vez mais crescente da sociedade que, ao mesmo tempo, discorre sobre o papel do Estado capitalista e seu posicionamento diante dos interlocutores responsáveis pela produção socioespacial, bem como de seus modelos de desenvolvimento antagônicos.

Por oportuno, envida-se um diálogo entre a teoria e a prática, considerando que o conhecimento é processualmente construído a partir do que já existe, enquanto conceito prévio, mas, principalmente, levando em conta os fatos concretos que emergem da realidade onde o “objeto” se insere. Nessa perspectiva, apoia-se em Santos (2014), quando exprime que o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação.

O espaço impõe sua própria realidade, tornando necessário estudar a sua relação com a sociedade, compreendendo o tempo a partir da análise do espaço geográfico. Melhor dizendo, a ciência, assim como outras formas de conhecimento, é produto processual, histórico, social e apresenta as marcas epistemológicas dos caminhos percorridos, assim como as técnicas que devem ser utilizadas para a sua construção.

Trilhando esse entendimento, Santos (2014, p. 68) menciona que “a sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção, uma decorrência histórica – mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade”. Portanto, em um dado tempo, tais conceitos podem ser vistos em termos de forma, função e estrutura, atrelados à dimensão do tempo, em função da organização espacial.

A escolha de um tema de estudo e a forma como ele será abordado pode

suscitar múltiplos conceitos. O intuito com o qual este pesquisador se apropria deles e, conseqüentemente, como se devolvem esses conceitos, atrelados ao estudo da sociedade, pode dar-se com a intenção de produzir um novo conhecimento ou de reafirmar determinada perspectiva historicamente posta (mas que pode e deve ser superada), por estar diretamente relacionado à condição de sujeito na história, aos posicionamentos ético-políticos assumidos e defendidos, e ao lugar em que se localiza na divisão da sociedade.

É nesse sentido que esta pesquisa se propõe, visando a ser, inclusive, um instrumento que motive a população a compreender seus direitos e deveres, tornando-se mais participativa no desenvolvimento do espaço urbano, compreendendo a cidade como um direito, cuja produção deve estar articulada com a histórica do espaço. Nessa lógica, a cidade e a urbanização tornam-se um enigma a ser desvendado, um desafio para o paradigma socioespacial.

Concorda-se com Lakatos e Marconi (2003, p. 80) quando dizem que a ciência é “um conjunto de proposições logicamente correlacionadas sobre o comportamento de certos fenômenos que se deseja estudar”, cabendo à ciência lidar com a sistematização de conhecimentos.

Com essa condição, mergulha-se nos estudos do novo paradigma em sociologia urbana e do surgimento da análise socioespacial, a fim de apreender a realidade do território em conflito com a produção do espaço urbano. Assim, parte-se do real e da premissa segundo a qual se vive em uma sociedade dividida em classes sociais que se enfrentam no processo de produção e reprodução social.

Quando se perscruta, por meio da categoria *espaço*, o objeto de estudo da geografia enquanto ciência capaz de analisar os fenômenos por trás da produção do espaço e, por conseguinte, compreender a sua essência, deduz-se, ancorado nos estudos de Keat e Urry (apud GOTTDIENER, 2016, p. 161), que estudar esse fenômeno

não é apenas mostrar que eles são exemplos de regularidades bem estabelecidas. Em vez disso, devemos descobrir as necessárias conexões entre fenômenos através do conhecimento das estruturas subjacentes e dos mecanismos em ação. Muitas vezes, isso significará postular a existência de tipos de entidades e processos inobserváveis com que não estamos familiarizados; mas somente fazendo isso é que poderemos ir além da “mera aparência” das coisas, e chegar às suas naturezas e essências.

Dessa forma, concorda-se com Gottdiener (2016), ao afirmar que a ciência urbana no passado manteve sua crença nas capacidades organizadoras da cidade como fonte de predominância socioespacial, usando a ideologia dos campos semânticos no ofuscamento e mascaramento dos processos reais responsáveis pela produção de espaço na sociedade. Não são apenas as ideias ou as palavras que correspondem à verdade no mundo científico, mas, precipuamente, os modos de vida reais que pulsam concretamente no dia a dia de um território que se expressa a partir de sua visão de mundo.

Assumindo que “a vida urbana tornou-se portátil e, desse modo, ocorreu o mesmo com a cidade” (GOTTDIENER 2016, p. 14), os homens fazem a sua própria história, mas não de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é estabelecida, porquanto foram transmitidas como se encontram, sendo cientes de que os resultados alcançados não serão inertes, únicos ou mesmo eternos, dada a dialética que os permeiam, fazendo-os novos a cada momento, a cada olhar.

Lakatos e Marconi (2003, p. 101) apontam as leis da dialética. A ação recíproca informa que o mundo não pode ser entendido como um conjunto de “coisas”, mas como um complexo de processos, em que as coisas estão em constante mudança, sempre em vias de se transformar: “[...] o fim de um processo é sempre o começo de outro.”

Diante dessa percepção, concebe-se que o debate em torno da teoria do espaço não se esgota em sua plenitude, e isso revela a grandeza da ciência geográfica.

A fim de caracterizar a participação como elemento democrático, é possível dizer que o conceito de sociedade civil pública está diretamente relacionado à ideia de mobilização para conflitos de cunho econômico, ideológico, social e religioso de responsabilidade do Estado.

Isso posto, compreende um vasto campo de modelos de organizações, que inclui: população em geral; empreendimentos cívicos; instituições sem fins lucrativos; associações voluntárias; movimentos sociais; redes de apoio em nível mundial; entidades sindicais; institutos de ensino e pesquisa; cooperativas; conselhos regionais e de classe profissional, entre muitos outros. Esses atores desenham toda uma base para que a vida em sociedade realmente funcione. “Sob um ângulo autonomista, os instrumentos de planejamento, por mais relevantes que

sejam, só adquirem verdadeira importância ao terem a sua operacionalização influenciadas e monitoradas pelos cidadãos” (SOUZA, 2018, p. 321).

A representatividade tem um aspecto decisivo tanto na elaboração quanto na implementação de ações públicas, pois representam uma mediação burocrática na fiscalização das ações do Estado e contribuem com a oferta e melhoria de serviços básicos, formando o que se chama de *sociedade civil pública* e *sociedade civil pública organizada*.

Em outras palavras, apesar de muitas pessoas acabarem restringindo esse conceito de organização a empresas e grandes movimentos que lutam por causas sociais, seus componentes não se limitam a isso. Exemplo: sociedade civil pública representada pela população em geral; e a sociedade civil pública organizada representada por associações de moradores, entidades de classe ou profissional etc.

Nesse entendimento, a sociedade civil pública e a sociedade civil pública organizada têm como principal papel a manutenção de um País mais democrático, garantindo os direitos individuais e coletivos, justamente porque nas palavras de Sousa (2018), a sociedade civil monitora e fiscaliza o cumprimento das leis, pois há muitos desafios e obstáculos relacionados à participação, embora esse seja apenas um dos mecanismos presentes na constituição democrática que, em muitos casos, exclui justamente quem mais necessita de tal participação.

A participação em planejamentos urbanos representa um fortalecimento cada vez maior do papel do cidadão, que compreende o seu poder de criar instrumentos eficazes para o aprimoramento da democracia e da consequente diminuição de desigualdades sociais.

O PPA é um instrumento de planejamento urbano de médio prazo que por meio de diretrizes governamentais, estabelece programas, ações, objetivos e metas para um período de quatro anos, iniciando sempre um ano após o início de uma gestão. Com isso, o PPA assume uma atribuição inescusável no planejamento urbano das cidades, por cumprir as obrigações legais.

O sistema orçamentário, nos termos do Art. 165 da Constituição Federal, É composto por um conjunto de três leis, a saber:

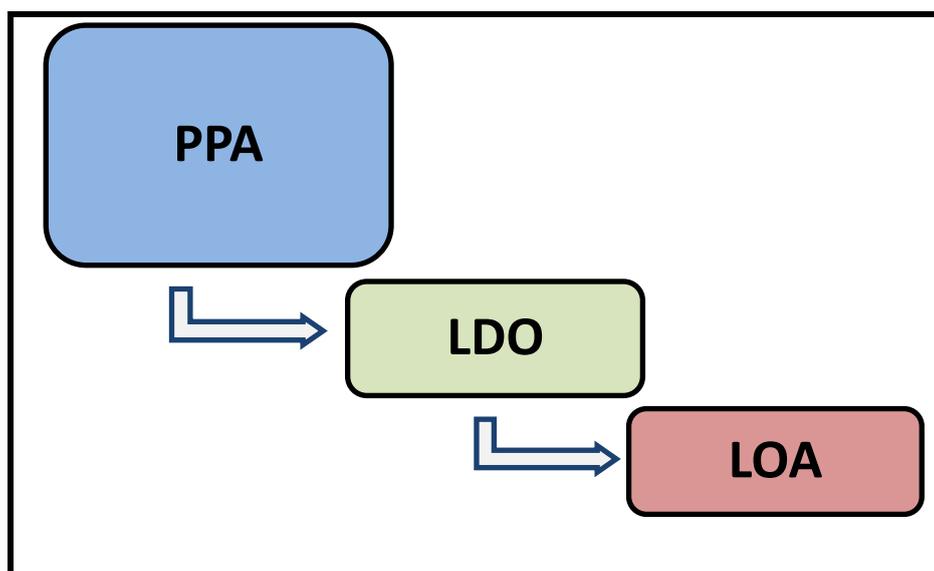
Art. 165. Leis de iniciativa do poder Executivo estabelecerão:
I - o plano plurianual
II – as diretrizes orçamentárias

III – os orçamentos anuais. (BRASIL, 1988, p.101).

O PPA, com duração de quatro anos, torna-se um norte para a realização da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) de cada ano, e sua realização prevê um orçamento fictício que é alterado anualmente, para chegar próximo da realidade financeira.

No que lhe cabe, a LDO é uma peça que estipula as metas e iniciativas a serem contempladas no orçamento, tornando-se uma parte do PPA que deve ser discutida e aprovada nas câmaras municipais, assembleias estaduais e/ou câmara federal. Por seu turno, a LOA é um instrumento que tenta levantar, por intermédio do cenário atual, a previsão das receitas para o exercício seguinte, e sua aprovação também passa pelos poderes legislativos. O exercício financeiro no qual se trabalha a LOA compreende o mês de janeiro a dezembro de cada ano.

Figura 1 – Estrutura orçamentária brasileira



Fonte: elaborado pelo autor (2021), de acordo com o Art. 165 da Constituição Federal.

A Figura 1, acima, reproduz a estrutura das peças orçamentárias, evidenciando a relevância do PPA para a elaboração das diretrizes e dos orçamentos anuais.

Área da pesquisa

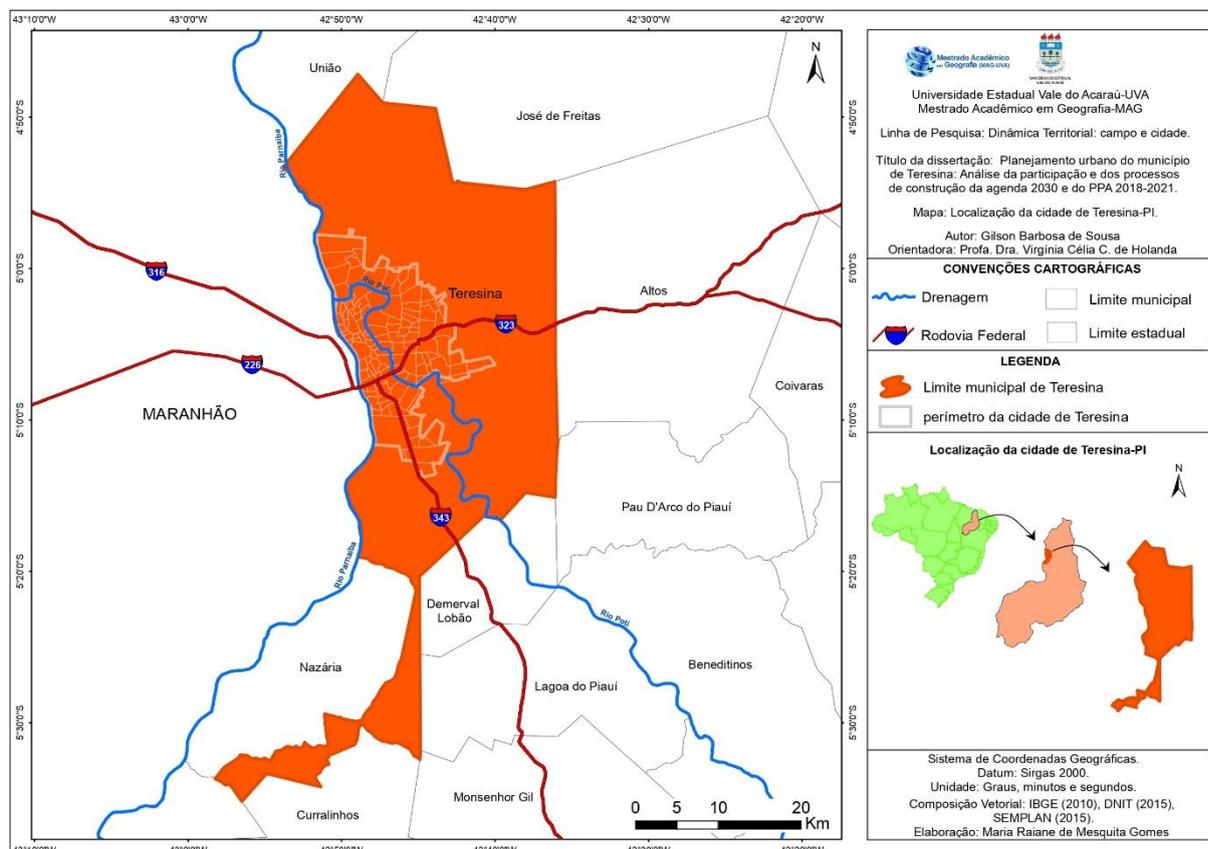
A cidade de Teresina é um dos 224 municípios do Estado do Piauí. Com área de 1,39 mil km², sua população total é de 814.230 mil habitantes, de acordo

com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que estima para o ano de 2020 o montante de 868.075 mil habitantes, 52% dos quais são representados pelo gênero feminino e 48%, masculino, sendo que 94,27% residem na zona urbana (IBGE, 2010).

Teresina é apresentada em seu recorte dois rios, Parnaíba e Poti, os quais percorrem, respectivamente, 55,57 km e 53,73 km de sua superfície. De acordo com IBGE, a cidade divide-se em cinco regiões (centro, norte, sul, leste e sudeste), no entanto, para a Prefeitura Municipal de Teresina (PMT), essa divisão apresenta-se apenas com quatro recortes administrativos (centro-norte, sul, leste e sudeste).

A capital conta, ainda, com um total de 128 bairros, sendo: 40 na região centro-norte; 35 na região sul; 29, na região leste; e 19 na região sudeste. A que apresenta a maior população é a região sul, com uma população de 237.059 mil habitantes, sendo a menos habitada a região sudeste, com 134.119 mil habitantes.

Figura 2 – Localização da área da pesquisa



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados do IBGE (2010) e Semplan (2015).

A metodologia adotada tem como foco a observação participante, por meio da qual se almeja demonstrar como ocorre o processo de participação na

elaboração do PPA 2018-2021.

No que diz respeito aos procedimentos executados, realizaram-se vários encontros, entre palestras, debates e seminários, envolvendo ações tanto de qualificação dos técnicos quanto de divulgação dos objetivos a serem alcançados com o planejamento participativo. Outrossim, houve momentos de discussão entre os técnicos e os funcionários do município para fomentar as práticas de participação e avaliação das propostas, permitindo uma análise mais acurada do envolvimento e da participação da sociedade na tarefa de planejar o quadriênio 2018-2021. Em relação à “observação participante, esta pode não requerer a mesma quantidade de tempo, mas ainda sugere um investimento considerável de esforços no campo” (PRODANOV, 2013, p. 63).

A investigação privilegiará a pesquisa bibliográfica documental ancorada na geografia crítica, que parte do materialismo histórico dialético, tendo em vista a necessidade de entender as condições e contradições do processo de construção do PPA.

Na acepção de Prodanov (2013, p. 24), é preciso “partir da concepção de que método é um procedimento ou caminho para alcançar determinado fim e que a finalidade da ciência é a busca do conhecimento”. Com base nesse postulado, pode-se dizer que o método científico é um conjunto de procedimentos adotados com o propósito de atingir o conhecimento.

Ainda de acordo com o entendimento de Prodanov (2013, p. 36), no método histórico, “o foco está na investigação de acontecimentos ou instituições do passado, para verificar sua influência na sociedade de hoje; considera que é fundamental estudar suas raízes visando à compreensão de sua natureza e função”.

A pesquisa bibliográfica contribui significativamente com o aprendizado e com a ampliação do conhecimento do pesquisador, pois proporciona conhecimento sobre as diferentes contribuições científicas disponíveis quanto ao tema pesquisado, além de dar suporte a todas as fases de qualquer tipo de pesquisa, uma vez que auxilia na definição do problema, na determinação dos objetivos e na fundamentação da justificativa.

A seleção de instrumentais metodológicos está, de acordo com Lakatos e Marconi (2003, p. 163), “diretamente relacionada com o problema a ser estudado;

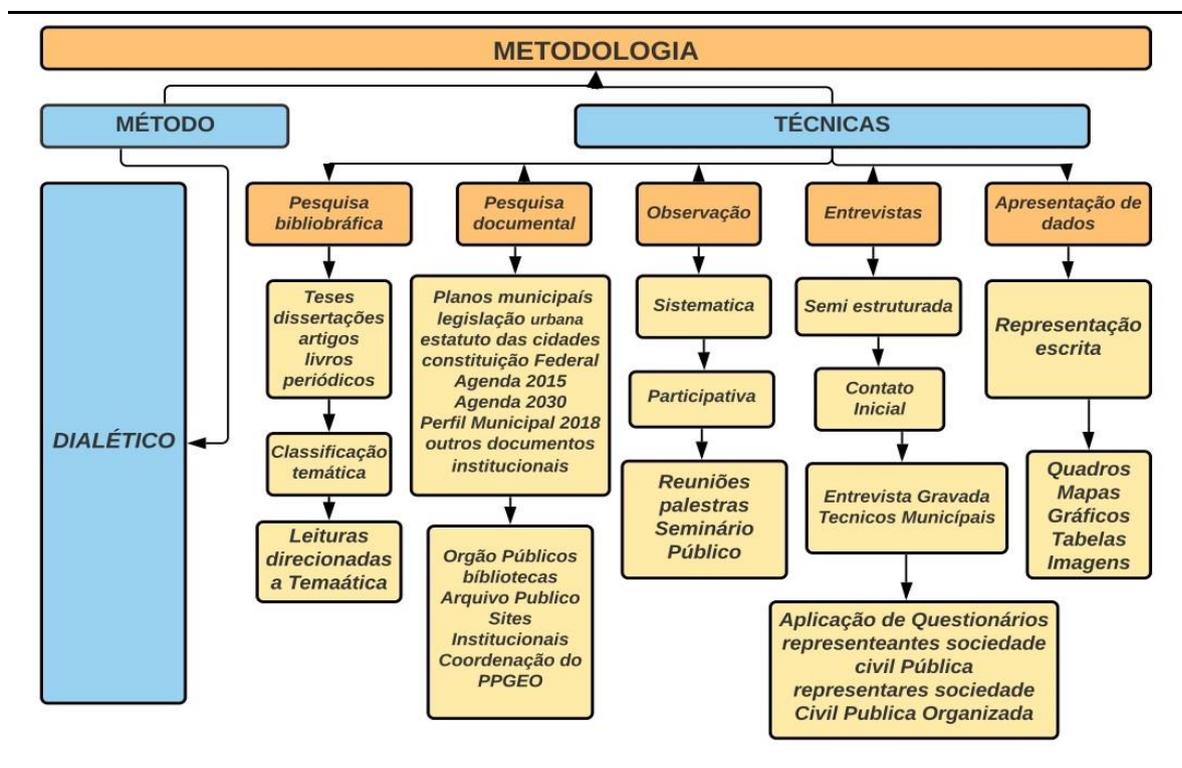
a escolha dependerá dos vários fatores relacionados com a pesquisa, ou seja, a natureza dos fenômenos, o objeto da pesquisa, os recursos financeiros”.

Em geral, nas investigações, são empregados métodos e técnicas necessárias e apropriadas para determinado caso e, na maioria das vezes, há uma combinação de dois ou mais deles, utilizados concomitantemente.

A abordagem qualitativa é o modelo mais adequado para a análise do objeto de estudo desta pesquisa, por ser importante e poder influenciar o resultado e os significados em relação aos sujeitos e às suas ações. Por ser dialético; por levar em consideração os fenômenos; por trabalhar com pessoas em seus ambientes; por considerar a qualidade das informações e observações para a qualidade da pesquisa, é que o método qualitativo prevalece no universo desta investigação.

Sendo assim, este estudo tem carácter exploratório, considerando os objetivos propostos na pesquisa, que pretende ampliar as informações sobre participação popular na elaboração de planejamentos urbanos. Nesse ensejo, o Quadro 1, a seguir, mostra a trajetória metodológica da pesquisa.

Quadro 1 – Percurso metodológico



Fonte: elaborado pelo autor (2020).

A metodologia compreende os métodos e as técnicas de pesquisa. Aqueles correspondem à forma de pensar para chegar à natureza de determinado problema,

e como se fará para alcançar os objetivos; estas nada mais são que o levantamento das informações em torno do objeto pesquisado. Assim, a coleta de dados e as observações de campo buscam dar sustentação ao desenvolvimento da pesquisa.

O método crítico-dialético é central neste trabalho, visto que sua contribuição pode revelar o caminho a ser trilhado na pesquisa. Nesse sentido,

o método dialético parte da premissa de que, na natureza, tudo se relaciona, transforma-se e há sempre uma contradição inerente a cada fenômeno. Nesse tipo de método, para conhecer determinado fenômeno ou objeto, o pesquisador precisa estudá-lo em todos os seus aspectos, suas relações e conexões, sem tratar o conhecimento como algo rígido, já que tudo no mundo está sempre em constante mudança. (PRODANOV, 2013, p. 35).

Ainda de acordo com Prodanov (2013, p. 127), “a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente”, ou seja: ao debruçar-se sobre os dados, o pesquisador deve ter em mente que nem sempre se alcançaram resultados positivos, pois as mudanças nesse tipo de pesquisa são constantes. Nesse contexto, a dialética privilegia as mudanças qualitativas, opondo-se a qualquer modo de pensar em que a ordem quantitativa se torne norma.

Os documentos pesquisados foram analisados com base na temática do estudo, bem como em seu potencial de dar respostas aos objetivos e problemas levantados na pesquisa, tendo como premissa a análise do planejamento urbano de Teresina e o processo de participação popular na elaboração da peça orçamentária de médio prazo, o PPA 2018-2021.

Para tanto, partiu-se de: leitura da realidade municipal; leitura técnica do município; plano de trabalho do município; leitura comunitária do município; Agenda 2030; perfil municipal 2018; diagnóstico do município de Teresina; plano de ação integrado e sustentável para a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina (RIDE); Lei nº 5.135, de 22 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o PPA para o Quadriênio 2018/2021; além de artigos que contribuirão para dar maior embasamento teórico e crítico sobre a temática.

Iniciaram-se os estudos fundamentados na pesquisa bibliográfica, na qual foram levantados dados, o que corresponde ao primeiro passo de uma pesquisa científica, sendo: pesquisa documental e/ou fontes primárias as leis; os relatórios;

a estatística da gestão urbana; a jurisprudência legal sobre o direito à cidade. Já a pesquisa bibliográfica ou as fontes secundárias se consubstanciam em livros, artigos de periódicos científicos; dissertações e teses com a temática pesquisada; mapas; sites de instituições governamentais, como da Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPPLAN), entre outros. Tais fontes ajudaram no aprofundamento teórico sobre a tarefa de elaborar um planejamento urbano participativo.

Como técnica de coleta de dados, empregou-se a observação sistemática e participativa, por meio de observação direta, entrevista e aplicação de questionários. A observação estruturada e planejada tem como finalidade obter informações relevantes para a efetivação da pesquisa.

Em relação às técnicas de coletas de dados, Michel (2005, p. 37) enfatiza que constituem “ferramentas essenciais para a finalidade, qualidade e completude da pesquisa. Dessa forma, sua elaboração e aplicação devem seguir critérios técnicos e rigorosos, que não comprometam a qualidade dos resultados”. Nesse sentido, entende-se que para a obtenção de êxito na pesquisa, é necessária uma elaboração sistemática sobre o que se deseja investigar, traçando critérios a serem avaliados durante o período.

No que diz respeito aos procedimentos adotados na pesquisa, realizaram-se observações e visitas a técnicos da SEMPLAN com vistas a manter o contato inicial; visita à Secretária Executiva de Planejamento Estratégico e Gestão; à Secretária Executiva de Planejamento Urbano; à Coordenadora de Elaboração Orçamentária – Responsável pelo Colab; e ao Coordenador de Execução Orçamentária.

Por várias vezes, tentou-se entrar em contato com a Secretária Executiva de Captação de Recursos Federais e a Coordenadora do Agenda 2030, sem êxito. No entanto, vale salientar que muitas visitas foram realizadas no interstício de julho a setembro de 2020, revelando certa dificuldade em virtude da pandemia do novo coronavírus, que deixou as pessoas com medo de contato físico. Destarte, vislumbrou-se a possibilidade de realizar entrevista por meio de aplicativos, ou por ligação telefônica, porém não houve retorno.

Ainda na fase de observação, cumpriram-se nove visitas a bairros de Teresina, especificamente aos bairros novos no extremo do perímetro urbano: Residencial Jacinta Andrade e Bairro Acarape – onde se encontra o projeto de requalificação urbana no entorno das lagoas do norte – ambos localizados na Zona

Norte; Residencial Orgulho do Piauí e Vila Park Eliane, na Zona Sul; Residencial Vale do Gavião e Vila Santa Bárbara, na Zona Leste; além de Bairro de Fatima, Jockey e Morada do Sol, na zona nobre da cidade (leste), a fim de perceber como acontece a produção do espaço urbano em diferentes pontos da cidade, e confrontar essas informações com o que se estabelece nas diretrizes da política urbana do município.

Quanto às entrevistas, ocorreram de forma semiestruturada, tendo por base os objetivos gerais, específicos e a problemática da pesquisa. A entrevista foi gravada em áudio e vídeo, realizada com a Secretária Executiva de Planejamento Urbano; com a Coordenadora de Elaboração Orçamentária, responsável pelo *Colab.re*; e com o Coordenadora de Execução Orçamentária.

Encerraram-se as entrevistas com os técnicos municipais responsáveis pela construção do PPA participativo, quando emergiu a necessidade de promover entrevistas também com secretários municipais, a fim de perceber se as diretrizes da participação e da elaboração do PPA se assemelham. Sendo assim, entrevistaram-se, ainda: o Secretário Executivo de Desenvolvimento Urbano Sul; o Secretário Executivo de Desenvolvimento Urbano Centro-Norte; e o Superintendente de Desenvolvimento Urbano Sudeste. Complementarmente, aplicaram-se questionários a três representantes da Sociedade Civil Pública Organizada e três da Sociedade Civil Pública.

Para a realização do PPA participativo, realizaram-se 20 reuniões e 13 palestras, com o intuito de elaborar um projeto para o quadriênio 2018-2021. Assim, duas grandes reuniões foram realizadas nos dias 29 de março e 19 de abril de 2017, cuja dinâmica se deu no sentido de dividir os participantes nos cinco eixos contemplados no Agenda 2030.

Cada órgão deveria indicar um representante para formar um grupo de debate dentro dos eixos, o que culminaria na apresentação das propostas à população, na tarde do dia 27 de abril, no Auditório da FIEPI. Entre os dias 26 e 28 de abril de 2017, aconteceu no Auditório da FIEPI o Fórum Teresina Participativa, que contou com a participação de 100 servidores engajados na organização do evento. Além do Fórum, a prefeitura também disponibilizou um veículo tipo van, que percorreu 32 pontos da cidade de Teresina, e manteve seis pontos fixos para votação nas propostas do PPA, além de 36 dias de votação por meio do aplicativo Colab.

Ao todo, entre participação on-line e presencial, a prefeitura coletou 1.119 propostas para serem inseridas no PPA-2018-2021. No dia 6 de julho de 2017, essas propostas foram encaminhadas às secretarias municipais para serem incluídas nas propostas do planejamento urbano de Teresina, observando sempre um dos cinco eixos do Agenda 2030.

Parte-se do pressuposto de que existe uma dimensão qualitativa da realidade social que é central na presente análise para a elaboração teórica sobre o problema de pesquisa definido. Reconhece-se que a prática investigativa é inerentemente política e operada mediante múltiplas posições éticas.

Em relação à observação, este pesquisador participou de 12 reuniões, encontros ou palestras destinadas a divulgar a dinâmica, a sistemática da participação e a mobilização da Prefeitura de Teresina, além de convidar a população a participar do Fórum Teresina Participativa, com o lema *Teresina do jeito que você imagina* – uma forma de chamar a atenção da população esse momento de elaboração do PPA 2018-2021.

Visando apresentar e organizar as discussões, esta dissertação estrutura-se em três seções, além da introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, discorre-se sobre os conceitos e as definições da cidade e do urbano que permeiam estudos sobre a formação territorial, e teorias sobre o planejamento da cidade, especialmente a formação socioespacial, a partir de breve discussão sobre a mudança de paradigma ecológico e socioespacial em sociologia urbana.

No segundo capítulo, aborda-se a periodização do planejamento urbano no Brasil e em Teresina, apoiada em um recorte do Flávio Villaça (1999) que divide em três períodos a história do planejamento urbano no Brasil: o primeiro inicia-se no final do século XIX, mais precisamente por volta de 1875, e vai até o ano de 1930; o segundo vai de 1930 até por volta de 1992, ano em que se inicia o terceiro período, que perdura até os dias atuais.

No terceiro capítulo, discutem-se os resultados da pesquisa de campo atrelados ao objeto de estudo da pesquisa, que tem por objetivo a análise da participação no processo de construção do PPA 2018-2021, revelando como foi proposta essa participação e se foi realmente participativa. Além disso, pretende-se observar como e em que contexto político se realizou o planejamento urbano da cidade de Teresina.

1 PERSPECTIVAS TEÓRICAS DO ESPAÇO URBANO E DO PLANEJAMENTO URBANO

Neste capítulo, faz-se uma reflexão sobre os conceitos e as definições da cidade e do urbano que permeiam estudos sobre a formação territorial, e teorias sobre o planejamento da cidade. Para os fins desta pesquisa, enfatiza-se especialmente a formação do espaço territorial da cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí.

O que antes era inerte às pesquisas sociais, renegando a própria ciência, passa a ter destaque principal sobre a pesquisa socioespacial. Há várias maneiras pelas quais se pode pensar a respeito do espaço, mesmo porque sua natureza tem contribuído justamente para caracterizá-lo frente à análise de fenômenos que envolvem a sua produção.

O espaço não pode ser reduzido meramente a uma localização, tampouco às relações de posse de propriedade, por ser algo que vai além das delimitações, transcende as funções preestabelecidas em uma dimensão histórica que envolve padrões espaciais produzidos de forma antagônica, pois possuem uma dinâmica própria que nasce da natureza dialética da organização socioespacial.

A formação socioespacial, enquanto construção humana, torna-se um produto histórico-social pelo qual a vida se reinventa. Logo, o espaço urbano da cidade revela-se como condição, meio e produto da ação humana. A cidade surge, então, em um contexto de produção e reprodução do espaço atrelado ao capitalismo, que dá à sua condição uma produção que valoriza o espaço como mercadoria.

1.1 A mudança de paradigma no pensamento da cidade e do urbano

Segundo Konzen (2011), “os paradigmas mudam através do tempo”. Essa mudança é substituída, em sua totalidade ou de forma parcial, por uma nova ideia e/ou conceito, integrando narrativas à complexidade dos processos de urbanização que corroboram em torno de um consenso subjetivo, validado por determinado modelo de cientificidade.

Para compreender o espaço urbano, as transformações no espaço e a importância que o planejamento representa no cenário atual, faz-se necessário

discutir a mudança de paradigma ocorrido nos estudos sobre a cidade e o urbano, compreendidos entre as décadas de 1970 e 1980, revelando que, *a priori*, ela deu-se, sobretudo, em um contexto voltado à acumulação de capital nos Estados Unidos e na Europa.

Nesse período, assistiu-se à passagem do paradigma ecológico para o socioespacial e, assim, essa nova forma de estudar e apreender as mudanças que ocorrem no espaço urbano, de acordo com Konzen (2011), ganha uma nova denominação, passando a ser rotulada como *nova sociologia urbana* ou de *perspectivas críticas em sociologia urbana*, em contraste com o paradigma dominante anteriormente.⁶

Esses novos argumentos estão ancorados em autores que escrevem e detalham a mudança desse padrão e de sua importância na compreensão do espaço urbano, a exemplo de Henri Lefebvre, Manuel Castells e David Harvey.

Antes de iniciar a discussão em torno da mudança do paradigma, reputa-se necessário envidar uma breve análise a fim de perceber as características de um paradigma em relação a outro. De acordo com Gottdiener (2016, p. 37), “na prática, é difícil compreender essa distinção, muitas vezes esse fato leva à interpretações errôneas da teoria social ou a crítica mal formulada da teoria.”

O Quadro 2, a seguir, mostra os principais conceitos, teorias, questões e suposições que envolvem o paradigma ecológico e o paradigma socioespacial em sociologia urbana, elaborado de acordo com as pesquisas de Gottdiener e Feagin (1988).

⁶ Para as primeiras análises da mudança de paradigma em sociologia urbana, a partir de distintas perspectivas, ver Zukin (1980), Jaret (1983), Hawley (1984), Gottdiener e Feagin (1988) e Walton (1993).

QuaFdro 2 – Paradigma ecológico e socioespacial em sociologia urbana

	PARADIGMA ECOLÓGICO EM SOCIOLOGIA URBANA	PARADIGMA SOCIOESPACIAL EM SOCIOLOGIA URBANA
CONCEITOS	<p>1 - A unidade de análise é o indivíduo, ou então a firma individualmente considerada (no mercado, por exemplo)</p> <p>2 - O desenvolvimento social ocorre por meio da adaptação da comunidade às mudanças no ambiente, as quais ocorrem em razão de inovações tecnológicas;</p> <p>3 - Os indivíduos competem entre si e os mais adaptados, aqueles de maior importância funcional na divisão do trabalho, assumem o controle dos recursos socioespaciais.</p>	<p>1 - As sociedades são especificadas de acordo com o seu modo de produção e reprodução. São formas de organização compostas por classes, relações de propriedade, estado e modos de regulação</p> <p>2 - Nas sociedades contemporâneas, o processo de acumulação de capital e a exploração da força de trabalho são centrais ao desenvolvimento social.</p> <p>3 - As relações entre os processos de produção e reprodução capitalistas e o espaço são intrínsecas ao desenvolvimento social.</p>
QUESTÕES	<p>1 - Qual é o peso dos fatores ecológicos no desenvolvimento urbano?</p> <p>2 - Qual é a natureza da organização socio funcional que se desenvolve à medida que as populações humanas se adaptam ao ambiente urbano?</p> <p>3 - Quais são as consequências das novas tecnologias de transporte e comunicação na organização socio funcional?</p>	<p>1 - Quais são os atributos do poder e da desigualdade na cidade e como estes se relacionam com os padrões espaciais de desenvolvimento urbano?</p> <p>2 - De que formas os processos produtivos e reprodutivos de acumulação de capital se manifestam na organização socioespacial?</p> <p>3 - Qual é a natureza da complexa articulação entre capital, trabalho, estado e assentamentos urbanos?</p>
TEORIAS	<p>1 - As mudanças sociais têm origem externa à comunidade, está se reorganiza em face das perturbações no ambiente.</p> <p>2 - O desenvolvimento social é um processo de busca do equilíbrio que contrabalança população, organização social, ambiente e tecnologia disponível.</p> <p>3 - Novos desenvolvimentos decorrem da introdução de inovações tecnológicas, principalmente em transportes e comunicação.</p>	<p>1 - A circulação do capital, ao invés da produção, explica importantes aspectos da urbanização, incluindo a organização capitalista, a reprodução da força de trabalho e as políticas urbanas.</p> <p>2 - Mudanças no desenvolvimento urbano podem ser explicadas pela reprodução da força de trabalho juntamente à provisão pelo estado de valores de uso e pelas as inter-relações entre capital e estado.</p> <p>3 - O desenvolvimento urbano é uma manifestação do choque entre a lógica da acumulação do capital e as demandas dos trabalhadores</p>
SUPOSIÇÕES	A organização social no sistema capitalista opera através da interdependência funcional e não, por exemplo, por meio do poder, da desigualdade e da ação estatal;	A interação social é dominada por relações sociais antagônicas, já que a sociedade é uma organização estratificada e caracterizada por contradições e padrões de desenvolvimento desiguais.

Fonte: adaptado de Konzen (2011).

O paradigma ecológico, vinculado à sociologia urbana, surge em Chicago como um movimento intelectual, unindo professores e estudantes da Universidade de Chicago,⁷ cujo objetivo e campo empírico da investigação correspondiam às transformações ocorridas na própria cidade.

Essa preocupação com a morfologia da cidade fez com que os estudiosos urbanos de Chicago fossem os primeiros a acreditar na capacidade da sociedade de superar conflitos sociais, desencadeados, não obstante, pelas mudanças bruscas ocasionadas pelo crescimento acelerado das cidades.

Para Kosen (2011, p. 83),

a sociologia urbana nasce, portanto, voltando-se para uma tarefa que, longe de se revelar especulativa, envolvia a compreensão empiricamente fundada da sociedade e, a partir disso, a ação inclinada à promoção de reformas destinadas a promover a inclusão dos indivíduos considerados mais fracos, em que pese comprometida com a manutenção das estruturas sociais.

Na escrita do referido autor, nota-se que a pesquisa socioespacial nasce voltada a uma tarefa que envolvia a compreensão empírica fundamentada na sociedade, e essa nova postura em estabelecer um estudo em sociologia urbana passa a empregar métodos utilizados no desenvolvimento de pesquisas de campo, priorizando, sobretudo, o método qualitativo.

O paradigma socioespacial surge como uma resposta à crise de um modelo de pesquisa a serviço do urbanismo moderno, que se tornará incapaz de oferecer respostas aos desafios ocasionados pela crescente pobreza urbana, uma vez que seus objetivos são, entre outros, promover a modernização do espaço urbano e produzir uma cidade capaz de, ao mesmo tempo, vender suas belezas e esconder suas fraquezas.

Ergue-se na sociedade, uma intensa mobilização pelas demandas coletivas,

⁷ Fundada em 1890, desde o princípio, a Universidade de Chicago voltou seu foco à pesquisa e à pós-graduação, reunindo muitos professores-pesquisadores em tempo pleno, para quem a atividade de ensino assumia caráter secundário. Supunha-se que apenas aqueles que conduziam pesquisas estariam aptos a treinar os estudantes para fazer o mesmo. Ademais, também passou a funcionar na instituição, desde muito cedo, uma editora universitária, destinada a difundir os resultados das investigações realizadas. O Departamento de Sociologia, estabelecido em 1892, desempenhou papel pioneiro na consolidação dos estudos sociológicos nos EUA, destacadamente por intermédio do *American Journal of Sociology* (publicada desde 1895, foi uma das primeiras revistas científicas sociológicas do mundo, ao lado da *L'Année Sociologique*, lançada por Durkheim, na França, quase que concomitantemente) e da liderança exercida junto à American Sociological Society (nascida em 1905, hoje *American Sociological Association*).

dentre as quais, o direito à moradia, assim como o surgimento de movimentos sociais. Deveras, verifica-se que o modernismo, antes visto como a solução aos males do fenômeno natural de urbanização, era parte integrante dos problemas que se prometia veementemente combater.

Nessa conjuntura de mudanças de paradigmas, diversos autores iniciam discussões e análises capazes de fomentar uma autocrítica acerca do urbanismo moderno, mediante um olhar menos ideológico sobre a cidade, uma vez que a crise prática se revela como crise teórica, contribuindo com as explanações sobre o surgimento da análise em geografia urbana.

Portanto, a geografia urbana deve contemplar, em sua análise sobre o fenômeno urbano, uma crítica à formulação do saber sobre a cidade, por que é impossível separar a produção sócio espacial da cidade da produção de um pensamento sobre a cidade. (CARLOS, 2007, p. 19).

No entendimento da susodita autora, a cidade deve ser pensada e estruturada a partir de uma dimensão crítica que reflita tanto sobre a crise teórica quanto prática. Nessa abordagem, vislumbram-se como possibilidades de mudança social as perspectivas do conflito em sociologia que enfatizam os conflitos sociais e urbanos entre grupos com interesses opostos e que historicamente estiveram presentes no desenvolvimento da sociedade, por meio de lutas sociais.

Para compreender as questões urbanas contemporâneas sobre a forma como o desenvolvimento urbano é encarado e utilizado por especialistas em planejamento urbano, torna-se necessário criticá-lo, a fim de desenvolver um modo inovador que seja capaz de responder às várias questões que envolvem o enfrentamento dos problemas dessa natureza. Nessa esteira, a partir da década de 1960, a perspectiva do conflito aplicado aos estudos urbanos finalmente se vincula ao que posteriormente se tornou conhecido por *Escola neomarxista da sociologia urbana*.

O precursor desse novo protótipo socioespacial foi o francês Henri Lefebvre.⁸ No entanto, essa formularização contou, também, com o sociólogo espanhol Manuel Castells e o geógrafo britânico David Harvey, que embora apresentem

⁸ Lefebvre deve ser colocado na frente da fila, pois foi ele quem primeiramente mostrou ao Marxismo o caminho de volta à cidade. “Manuel Castells e David Harvey, ambos frequentemente apontados pelos urbanistas como os pensadores seminais do novo urbanismo, possuem um imenso, inconfesso débito para com Lefebvre. Este, ao escrever uma série de seis livros sobre urbanismo principiando em 1968, merece o título de progenitor” (GOTTDIENER, 2016, p. 27).

teorias de forma distinta, compartilham aspirações marxistas, direcionando sua atenção aos conflitos sociais no espaço urbano, bem como à relação destes com o capitalismo e a urbanização.

O enfoque dado à teoria do espaço de Castells (1983), segundo Gottdiener (2016), é a mesma abordagem de Lefebvre (2000). Para Castells, o espaço é um produto material de uma dada formação social. Tal ênfase estrutura a abordagem marxista do espaço.

Castells (1983) começa com uma avaliação da Escola de Chicago, que considerava inválida, mas afirmava que sua abordagem era dotada de uma ideia correta, pois considerava o espaço determinado pelas forças produtivas e pelas relações de produção que se originam delas. Seguindo esse pensamento, não era preciso abandonar o enfoque materialista, mas desenvolvê-lo por meio de uma visão marxista do materialismo da Escola de Chicago e pela conceituação de outros elementos de organização social que se articulam com os aspectos econômicos da sociedade.

Para Gottdiener (2016, p. 120), “a teoria do espaço consiste em uma especificação de uma teoria geral da organização social na medida que ela se articula com o espaço”. Para ele, não existe uma teoria específica do espaço, mas simplesmente um desdobramento e uma especificação da teoria da estrutura social.

Discordando desse posicionamento, Castells (1983, p. 124) afirma que

o espaço é um produto material em relação com outros elementos materiais – entre outros, os homens, que entram também em relações sociais determinadas, que dão ao espaço (bem como aos outros elementos a combinação) uma forma, uma função, um significado social. Portanto, ela não é uma pura ocasião de desdobramentos da estrutura social, mas a expressão concreta de cada conjunto histórico, no qual uma sociedade se especifica.

Em oposição a Lefebvre(2000), Castells (1983) desenvolveu uma teoria marxista do espaço para moldar o que ele denomina de *práxis socioespacial*. Gottdiener (2016, p. 120) declara que o primado da teoria althusseriana⁹ da estrutura social não pode ser usado para explicar as formas sociais.

⁹ Segundo Althusser, somente um modo verdadeiramente “científico” de raciocínio marxista pode sobre julgar o idealismo e fornece uma forma legítima de *práxis*. O objetivo do estruturalismo de Althusser consistia em alcançar esse nível de “ciência”, mediante a transformação do materialismo histórico em uma teoria de organização social (GOTTDIENER, 2016).

Nesse momento, Castells (1983, p. 193) propõe ao debate um paradigma estruturalista: “analisar o espaço como uma expressão da estrutura social equivale a estudar sua formação por elementos do sistema econômico, do sistema político e do sistema ideológico (EPI) e por suas combinações e práticas sociais que derivam dele”.

A resposta de Castells (1983) a Lefebvre (2000) consiste em aplicar a estrutura Economia, Política e Ideologia (EPI) não a todo sistema social, como fez Althusser, mas a uma parte dele, ou seja, o sistema urbano. Dito isso, Castells (1983, p.195) desenvolve seu conceito ratificando que

o sistema ideológico organiza o espaço marcando-o com uma rede de signos, cujos significados são constituídos de forma espaciais e os significados, de conteúdo ideológicos, cuja eficácia deve ser reconstruída por seus efeitos sobre a estrutura social no seu conjunto. A organização social do espaço pode, então, ser compreendida a partir da determinação das formas espaciais:

- Por cada um dos elementos das três instâncias (econômica, política-jurídica, ideológica). Estes elementos são sempre combinados com outros elementos de sua própria instância.
- Pela combinação das três instâncias.
- Pela persistência de formas espaciais ecológicas, suscitadas pelas estruturas sociais anteriores. Estas formas articulam-se às novas, produzem, então, situações concretas, sempre específicas.
- Pela ação diferenciada dos indivíduos e dos grupos sociais sobre seu quadro: esta ação está determinada pela filiação social e espacial destes grupos, mas pode produzir efeitos novos, devido à especificidade do sistema de interações.

Essas três estruturas, que buscavam uma unidade urbana voltada a analisar a ordem social, exigiram de Castells a conceituação baseada no esquema triplo EPI, de modo a fornecer um único enfoque urbano para a análise. Assim Castells estabelece, então, uma estrutura econômica como o principal elo conceitual de uma teoria do espaço urbano.

Por sua vez, Gottdiener (2016, p. 122) contribui mencionando que “isso ocorre porque a organização espacial das relações sob o capitalismo moderno tornou-se cada vez mais um produto de processos econômicos que políticos”. Dessa forma, os aspectos socioespaciais são dominados, sobretudo, pela estrutura econômica.

Ao decidir especificar a unidade urbana como a definem os processos relativos à força de trabalho, Castells (1983, p. 237) assim se manifesta:

Proponho a seguinte hipótese: em sociedades capitalistas adiantadas, o processo que estrutura o espaço é o que diz respeito à produção simples e extensiva da força de trabalho; o conjunto da chamada prática urbana conota a articulação do processo de estrutura social como um todo [...] As unidades urbanas, assim, parecem ser para o processo de reprodução o que as companhias são para o processo de produção, ainda que, naturalmente, não devam ser consideradas apenas como locais, mas como sendo de origem de efeitos específicos sobre a estrutura social.

Na concepção de Gottdiener (2016) e Castells (1983), o urbano é uma unidade espacial de reprodução da força de trabalho. A produção do ambiente construído ocorre por meio dos processos pelos quais todo o conjunto de estruturas EPI se articula com essa unidade espacial. Essa descoberta do sistema urbano dá-se a partir de um argumento reducionista, típico do discurso althusseriano.

Diante do exposto, a teoria do espaço, para Castells (1983), apresenta as seguintes características: primeiro, é uma aplicação do pensamento de Althusser e uma explicação da produção do ambiente construído. Segundo, uma tentativa de resgatar o termo *urbano*, definindo-o teoricamente como uma unidade espacial dentro do sistema estrutural que produz o ambiente construído. E foi através desse aspecto por onde se estenderam suas afirmações. Com isso, descobriu que sua especificação da unidade urbana traz à tona os problemas associados ao processo de consumo coletivo na sociedade moderna e sua crise estrutural (GOTTDIENER, 2016, p. 123).

Esses processos de consumo coletivo referem-se ao suporte dado pelo Estado a certos bens públicos que Castells (1983) considerava essenciais para a reprodução da força de trabalho. Com isso, ele se envolve com a organização dos meios de consumo coletivo, que constituem a base da vida cotidiana dos grupos sociais, ou seja, habitação, educação, saúde, cultura, comércio, transporte e outros.

Isso mostra que Castells (1983) não está mais interessado em uma teoria do espaço, mas em desenvolver uma hipótese sobre os problemas urbanos. Ele concentra-se no fato de que a maioria das questões classificadas como urbanas estão ligadas ao consumo coletivo. Partindo dessa análise, retoma as preocupações urbanas sob uma abordagem teórica. Com isso, em lugar de uma teoria da produção do espaço, que ainda continua nos pensamentos de Lefebvre (2000), por exemplo, Castells (1983) volta no sentido da Escola de Chicago, centrada nos interesses analíticos da sociologia urbana (GOTTDIENER, 2016).

Diante disso, observa-se que Castells (1983) procura substituir sua

preocupação em explicar como o espaço é produzido por algo atinente à forma por meio da qual se produzem os problemas urbanos que eventualmente se tornam, para ele, uma teoria da crise da sociedade capitalista.

Para Gottdiener (2016, p. 124), o aspecto mais importante da mudança do pensamento de Castells é que deixando de aplicar Althusser a uma teoria do espaço, ele desenvolveu um aspecto específico dessa teoria – a relação entre o Estado e o espaço de assentamento. Assim, menciona que a dificuldade em avaliar esse fato está ligada a insistência de Castells em manter o termo *urbano* em sua análise e em definir a cidade como uma unidade espacial de reprodução da força de trabalho.

Para Lefebvre (1991 apud GOTTDIENER, 2016, p. 125), a transformação da sociedade moderna em humanista deve ocorrer na forma de “revolução urbana”, ou seja, enquanto revolução do *design* espacial organizado em torno da vida cotidiana desalienada, além da transformação econômica exigida pela maioria dos marxistas. No pensamento do referido autor, a “*práxis* espacial” é elevada a uma atividade radical paralela a esforços para reorganizar as relações sociais e, para tal, ele sustenta essa perspectiva com uma teoria marxista do espaço.

O espaço não pode ser reduzido simplesmente a uma localização ou às relações sociais de posse de propriedade, pois representa uma diversidade de preocupações sociomateriais. Trata-se, pois, de uma localização física, uma peça de bem imóvel e, ao mesmo tempo, o local geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se nela. Em um plano individual, por exemplo, ele não só representa o local onde ocorrem os eventos, mas também significa a permissão social de se engajar nesses eventos (função da ordem social).

Nessa teia de entendimentos, concebe-se a ideia do trabalho de Lefebvre (2000). Além disso, o espaço possui múltiplas propriedades em um plano estrutural. É, ao mesmo tempo, um meio de produção como terra e parte das forças sociais de produção como espaço. Como propriedade, as relações sociais podem ser consideradas parte das relações sociais de produção, isto é, a base da economia. Observa-se, ainda, que o espaço é um objeto de consumo, um instrumento político e um elemento na luta de classes.

Lefebvre (2000) menciona que na filosofia, o espaço era desprezado e tratado como uma categoria. Nas ciências que tratavam do espaço, elas o dividiam, fragmentando-o segundo postulados metodológicos: o geógrafo, o sociólogo, o

historiador, entre outros.

Em sua obra, Lefebvre (2000) revela a necessidade de não se considerar o espaço como *objeto* e *coisa* qualquer, saindo das mãos e das máquinas, mas como aspectos principais da *natureza segunda* (consequência da prática social) – efeito da ação das sociedades sobre a *natureza primeira* (base material) – sobre os dados sensíveis, a matéria e as energias.

Por cúmulo, Lefebvre (2000) concebe o espaço como produto social que não se colocava sem dificuldades, sem uma problemática. O espaço, para ele, não poderia ser contemplado como algo passivo, vazio, tendo apenas o sentido, como os outros *produtos* da troca, do ser consumido, do desaparecer. Enquanto produto, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo; transportes; fluxos das matérias-primas e das energias; bem como da rede de repartição dos produtos.

Ao analisar *A Produção do espaço*, Lefebvre (2000) percebe que o espaço aparece e intervém em níveis diferentes: ora no trabalho e nas relações de dominação (propriedade), ora no funcionamento das superestruturas (instituições). Contribuindo para essa discussão, Carlos (2018, p. 34) explica que

o processo de produção do espaço fundamentada nas relações de trabalho entre os homens e a natureza primeira, e a segunda implica no atendimento de vários relacionamentos: sociais, políticos, ideológicos, jurídicos, culturais. Envolve um modo de produzir, pensar, sentir – logo, um modo de vida.

A produção do espaço não seria *dominante* no modo de produção, mas relegaria os aspectos da prática. Lefebvre (2000) menciona, ainda, que o espaço (social) intervém no modo de produção. Ao mesmo tempo, com efeito, causa e razão, transforma-se com as *sociedades*.

O autor supracitado aponta que o espaço social poderia ser considerado uma superestrutura, enquanto resultado das forças produtivas, como as estruturas das relações de propriedade, entre outras. Uma vez que o espaço se vende e se compra, tem valor de troca e valor de uso. Portanto, não se situa neste ou naquele nível o conceito de espaço (social), e o próprio espaço escapa à classificação de superestrutura.

Quando comenta sobre o espaço da modernidade, Lefebvre (2000, p. 10) fala sobre o surgimento de práticos (arquitetos e urbanistas) e até de teóricos do

espaço moderno, provenientes do capitalismo “avançado”. Ainda para o supracitado autor, “o espaço da ‘modernidade’ tinha características precisas: homogeneidade – fragmentação – hierarquização” (LEFEBVRE, 2000, p. 10).

Ao referir-se às características homogêneas, o estudioso o fez por razões como: fabricação dos elementos materiais; métodos de gestão e de controle, de fiscalização e comunicação; homogeneidade; mas ausência de planos e de projetos. O espaço homogêneo fragmenta-se de acordo com lotes e parcelas, produzindo, muitas vezes, guetos isolados, grupos de casas suburbanas e pseudo-conjuntos mal integrados ao entorno e aos centros.

Ao referir-se à hierarquização no sentido de produzir, Lefebvre (2000) cita o surgimento de espaços residenciais, espaços comerciais, espaços de lazer e espaços para marginais. Assim, pode-se constatar que o referido autor busca não somente caracterizar o espaço onde se vive, mas também reconhecer o espaço produzido pela sociedade.

Entretanto, Lefebvre (2000) comenta não ser possível dizer que o modo de produção capitalista ordenou a extensão espacial existente, como, por exemplo, as rotas marítimas (canais, rios, mares), depois as estradas, seguidas da construção das estradas de ferro, para continuar pelas autoestradas e aeroportos.

Portanto, na escrita de Lefebvre (2000, p. 13), “nenhum meio de transporte desapareceu no espaço, nem andar a pé, nem a cavalo, nem de bicicleta. Foi um novo espaço que se constituiu, no século XX, em escala mundial e sua produção não termina, ela continua”.

Por conseguinte, o novo modo de produção (a sociedade) apropria-se, ou seja, planeja, arruma, segundo suas finalidades, o espaço já existente. Modificações lentas que penetram em uma espacialidade consolidada, subvertendo-a com brutalidade, em relação ao caso do campo e às paisagens rurais no século XX.

Retomando à análise sobre as reflexões do livro *A Produção do Espaço*, de Henri Lefebvre podemos elencar algumas das implicações e consequências iniciais da proposição, no sentido de que o espaço (social) é um produto (social).

Primeira implicação: é o espaço natural (físico) que está desaparecendo, foi e permanece sendo ponto de partida – a origem, o original do processo social –, talvez a base de todo, e certamente não desaparece puramente de cena; continua sendo o fundo do quadro; persiste e cada objeto da natureza se valoriza; e

aparecem os símbolos, o animal, a árvore, a vegetação etc.

A natureza permanece como a infância e a espontaneidade, por meio da memória. O que é a natureza? Como recuperá-la diante da intervenção, da presença do homem e de suas ferramentas? A natureza, esse mito poderoso, muda e não é mais uma matéria sobre a qual são operadas as forças produtivas das sociedades para produzirem seus espaços. Resistente, infinita em profundidade, mas vencida (LEFEBVRE, 2000).

Segunda implicação: cada sociedade produz um espaço, o seu. Pode-se, então, compreender a cidade antiga como uma coleção de pessoas e coisas no espaço; a cidade como prática social moldou-se e se apropriou de seu próprio espaço.

O espaço social contém lugares apropriados às relações sociais de reprodução; às relações entre sexos; às idades com a organização específica da família; e às relações de produção – a divisão de trabalho e sua organização, são, assim, as funções sociais hierarquizadas. Essas duas situações de produção e reprodução não podem se separar: a divisão de trabalho repercute na família, na sociedade; de forma inversa, a organização da sociedade interfere na divisão do trabalho (LEFEBVRE, 2000).

Terceira implicação: demanda mais esforços, pois se o espaço é um produto, o conhecimento reproduzirá essa produção e exporá o processo de produção, posto que interesse e “objeto” se deslocam das coisas no espaço. Para a produção do espaço, deve-se pensar o problema e não sobre o problema; os produtos parciais localizados no espaço, de um lado, e do outro, o discurso sobre o espaço servem como indicação e testemunho desse processo produtivo. Não é mais o espaço daqui ou de lá que importa, mas “o espaço como globalidade e não como totalidade” (LEFEBVRE, 2000, p. 4).

O espaço contém certas representações de interferência entre as relações sociais – produção e reprodução – que tornam a situação mais complexa. Por meio da representação simbólica, matém-se um estado de coexistência e de coesão com a ajuda e sobre o fundo da natureza.

Encontra-se um cruzamento diverso no que se refere ao espaço – as representações e produções. Assim, assimila-se uma tríade, como menciona Lefebvre (2000): a prática espacial engloba produção e reprodução, lugares específicos e conjuntos espaciais próprios a cada formação social, de modo que

assegure a continuidade com uma coesão; enquanto essa coesão implica o espaço social e a relação com o espaço de cada membro de uma sociedade.

As representações do espaço ligadas às relações de produção, à ordem que se impõe o conhecimento, ao signo, aos códigos, aos espaços de representação presente dos simbolismos complexos, ligam-se ao lado clandestino ou subterrâneo da via social, mas também à arte que se poderia definir não como código no espaço, mas como o código do espaço de representação. Nessa discussão, o processo de produção e reprodução do espaço é uma coisa única e, por isso, Lefebvre (2000) os conceitua e classifica visando a compreender as instâncias por trás da produção do espaço.

A prática espacial de uma sociedade configura seu espaço, colocando-o e supondo-o sob uma interação dialética; ela o produz lentamente e seguramente dominando e se apropriando na análise e na prática social de uma sociedade que se descobre decifrando seu espaço. As representações do espaço são o espaço concebido, aquele dos sábios, dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas, de certos artistas próximos da cientificidade, identificando o vivido e o percebido.

Os espaços de representação são espaços vividos por meio das imagens e dos símbolos que acompanham o indivíduo, do espaço dos habitantes e dos usuários, mas também de alguns artistas e escritores, os filósofos.

É o espaço dominado que tenta modificar e apropriar a imaginação. Já a compreensão do espaço social é vista como uma relação com o espaço do sujeito membro de um grupo ou de uma sociedade. Disso implica sua relação com o próprio corpo. A prática social supõe o uso do corpo: emprego das mãos, dos membros, dos órgãos sensoriais, dos gestos no trabalho.

O vivido, o concebido e o percebido reúnem-se de maneira que o sujeito, o membro de tal grupo social possa transitar de um lado para outro sem perder a coerência. Possuem, portanto, uma linguagem comum, um consenso.

A sociedade produz o espaço e passa a ter dele determinada consciência. Refere-se ao fato de que os homens, ao produzirem seus bens materiais, reproduzem-se como espécies, produzem o espaço geográfico. Entretanto, dependendo do momento histórico, o fazem de modo específico, diferenciado, de acordo com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas. O espaço passa a ser produzido em função do processo produtivo geral da sociedade (LEFEBVRE, 2000).

Todavia, o espaço geográfico é produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais, no sentido amplo de reprodução da sociedade, em determinado momento histórico. Trata-se de um processo que se define como social e histórico, o que significa que há uma relação necessária entre espaço e sociedade, que é cenário e que encaminha a análise.

O processo de produção do espaço fundado nas relações de trabalho entre os homens e a natureza coloca-se como uma relação que deve ser entendida em suas várias determinações. A produção da vida não envolve apenas produção de bens para satisfação das necessidades materiais: é, também, a produção da humanidade do homem, o que significa que é o espaço social na medida em que é a realização do ser social ao longo do processo histórico.

Como afirma o próprio Lefebvre (2000), a prática social observa-se empiricamente, mas a problemática do espaço é formulada no plano teórico, compondo-se de uma interrogação, isso porque a formação do conhecimento diz respeito à produção de conceitos.

Diferentemente de Castells (1983), como afirma Gottdiener (2016, p. 127), “não se pode reduzir o espaço aos três domínios: produção, consumo e troca, usados comumente na economia política marxista”. Como visto, para Lefebvre (2000), essas atividades e localizações, ao serem consideradas em conjunto no espaço social, podem constituir um quarto domínio de relações sociais, ou seja, a produção de mais-valia.

Ainda coadunando Gottdiener (2000, p. 127), “o espaço deve ser considerado um elemento das forças produtivas da sociedade, especialmente através da forma ou do *design*”.¹⁰

A economia política tradicional assente a relevância da terra como meio de produção, paralelamente à importância do capital e do trabalho. Em contrapartida a essa discussão, Carlos (2018, p. 34) contribui dizendo que

atualmente, o homem está no centro da discussão do espaço, na posição de sujeito. O espaço é humano porque o homem o produz, e não simplesmente porque nela habita. A sociedade produz o espaço a partir da contradição privada. Portanto, o espaço se reproduz, reproduzindo conflitos.

¹⁰Essa tendência só aparece implicitamente nas obras de arte ou nos objetos antes do período industrial – aí incluídos os móveis, as casas, os palácios, os monumentos; ela se aproxima do limite na modernidade. No *design*, a materialidade tende a desaparecer diante da transparência, a “legibilidade” perfeita (LEFEBVRE, 2000, p. 210).

Nessa afirmação, a visão marxista e os meios de produção compõem-se de duas classes de objetos materiais: são os objetos de trabalho e processam-se pelo trabalho, como matérias-primas; e os meios de trabalho, as ferramentas usadas na produção. O ambiente construído, como definem os economistas políticos, é parte dos meios de produção, especificamente dos meios de trabalho.

A redução do espaço a esse aspecto mais simples, como na obra de Harvey (1980), resulta em algumas limitações na capacidade de os neomarxistas explicarem aspectos da produção espacial. Lefebvre (2000), por outro lado, considera-o uma das forças de produção.

A cidade tem sido analisada como concentração de população, instrumentos de produção, necessidades, atividades, serviços, infraestrutura, reserva de mão de obra e, sobretudo, mercadorias. Uma vez entendido como força de produção, o espaço possui o mesmo relacionamento contraditório com a propriedade privada (relações de produção) que tem a posse de máquinas, ou seja, as relações sociais que regem as atividades associadas ao espaço necessitam se adequar à forma como o espaço é usado para adquirir riqueza (GOTTDIENER, 2016, p. 129).

Para Lefebvre (2000), o espaço possui, no modo de produção, a mesma compreensão ontológica que o capital ou trabalho. Com isso, as relações espaciais representam uma fonte rica e constante de contradições sociais que requerem análise em seus próprios termos, e não podem ser descartadas.

O autor observa ainda que mesmo havendo um espaço de consumo coletivo, também existe o consumo de espaço ou o próprio espaço como objeto de consumo. Pode-se exemplificar isso com o turismo, em que se consome o próprio meio ambiente pela recreação ou pela realocação dos negócios, devido às atratividades dos recursos naturais.

Sendo assim, a própria forma espacial pode converter-se em mercadoria juntamente com a terra, algo que arquitetos, planejadores urbanos e turistas conhecem há algum tempo. Então, as relações socioespaciais impregnam o modo de produção ao mesmo tempo como produtor e produto, relação e objeto, de uma forma dialética que se opõe à redução, às preocupações de classe ou de território.

Nas abordagens de Lefebvre (2000), citado por Gottdiener (2016, p. 130), constata-se que o espaço se torna um instrumento político de grande importância para o Estado, que o usa de maneira a assegurar o controle dos lugares, a hierarquia, a homogeneidade do todo e a segregação das partes. Logo, a

organização espacial representa a hierarquia do poder. Dito isso, nota-se que Lefebvre (2000) vê o conflito de classes se desenvolver no espaço como um confronto social de interesses econômicos, emanado, sobretudo, em razão da contradição fundamental do espaço capitalista, relacionado à propriedade privada.

Gottdiener (2016) menciona que no lugar de uma ciência econômica, baseada como está na noção lógica de escassez, Lefebvre (2000) sente a necessidade de uma ciência revolucionária do *design*, capaz de preservar tanto a vida urbana quanto a natureza. Essa é uma perspectiva marxista e exige uma intervenção política radical. Sua prática significa transformar as relações de propriedade existentes e acabar com a dominação do espaço social pelo espaço abstrato.

No que diz respeito à ideia de produção do espaço urbano, Carlos (2018, p. 10) menciona que a “produção do espaço como construção social é condição imanente da produção humana ao mesmo tempo que é seu produto”. Em face dessa assertiva, entende-se que a produção do espaço seria uma obra do processo civilizatório, pois muito além de mera concentração do processo de produção, o urbano é um produto do processo de produção em determinado momento histórico, não apenas no que se refere à determinação econômica do processo de produção, distribuição, circulação e troca, mas também às relações sociais, políticas, ideológicas e jurídicas que se articulam na totalidade da formação econômica e social. Então, o urbano é mais que um modo de produzir: é um modo de consumir, pensar, sentir; enfim, é um modo de vida.

Consumida conforme as leis de reprodução do capital, a cidade aparece como um bem material que tem por característica fundamental produzir um produto fruto do processo de trabalho, considerado como processo de valorização que seja mercadoria e que se realize a partir do mercado. No caso do espaço urbano, ele é um produto que possui um valor de uso e de troca específicos: como produto do processo, é mercadoria; como condição para produção, é capital fixo.

Destarte, foi necessário entender o modo como esse espaço se desenvolveu para captar a sua natureza. Por outro lado, apreender o modo como se realiza a produção do espaço pelo processo de trabalho da sociedade remete a perceber como os homens se relacionam dentro e fora do espaço produtivo.

O processo de reprodução espacial tem influência do desenvolvimento de uma nova atividade produtiva. Ademais, o processo de raridade impõe a

necessidade de transformação de usos e funções de áreas consolidadas, requerendo sua renovação por meio de intervenções do poder público e de seus mecanismos estratégicos. Dessa forma, esta pesquisa vislumbra a perspectiva de entendimento do espaço geográfico como categoria de análise que busca descobrir os processos de produção e reprodução da sociedade atrelados à análise do planejamento urbano.

Detectaram-se amplas transformações espaciais nesse processo. Não obstante, ao invés de anulação do espaço, o que se revelou foi a sua reafirmação, evidenciando, cada vez mais, sua importância dentre as estratégias de reprodução do espaço. Assim, o desafio é reconhecer a magnitude das cidades nos dias atuais. Nessa lógica, entender essa complexidade significa captar os caminhos pelos quais se realiza a reprodução do espaço.

1.2 Repensando o planejamento urbano: um olhar sobre a produção do espaço

Inicia-se esta seção promovendo uma discussão que não se esgota em sua plenitude, mas que levam a perceber várias correntes enraizadas na evolução do pensamento sobre o planejamento urbano.

Nesse ensejo, Abranches (2012, p. 36) manifesta que “o planejamento urbano tem como objetivo de intervenção a cidade, que deve ser entendida como produto de processo espaciais e que reflete a interação entre as várias escalas geográficas”.

Então, planejar uma cidade na visão da autora garante uma gestão urbana democrática, prevendo, mesmo que de forma aproximada, a evolução dos fenômenos urbanos.

A cidade traz para o nível de decisão do planejamento diversos interesses econômicos, além do que, segundo Abranches (2012, p. 36),

a cidade não deve ser vista como uma massa passivelmente modelável ou como objeto controlável pelo Estado, mas como um fenômeno complexo, imprevisível, fruto de interesses diversos e construída por planejadores que representam o poder público e a sociedade civil.

Em oposição ao pensamento de Abranches (2012), Lefebvre (2000)

questiona o planejamento urbano alienado pela predominância do espaço abstrato, pois entende que as intervenções provocadas pelo Estado são mascaradas pela ideologia¹¹ do planejamento.

Em relação ao espaço abstrato de Lefebvre (2000) e suas implicações na produção do urbano, Gottdiener (2016, p. 148) esclarece que

o papel do Estado nesse processo é contraditório. De um lado, precisa intervir a fim de preservar as coerências do espaço social em face de sua destruição pelas transformações capitalistas dos valores de uso em valores de troca – isto é, de espaço social em espaço abstrato. De outro, suas intervenções são explicitadas pela relação de dominação. Por conseguinte, as intervenções do Estado não resgatam o espaço social; ao contrário, ele apenas ajuda a hegemonia do espaço abstrato, produzindo alguns de seus próprios espaços através do planejamento. Sendo o Estado uma estrutura de poder, suas intervenções inauguram a destruição do espaço social e a forma compacta da cidade.

Essa rejeição ao planejamento urbano, na visão de Lefebvre (2000), dá-se exatamente ao perceber o interesse do Estado sobre a produção do espaço abstrato em detrimento do social. Inclusive Lefebvre (apud GOTTDIENER, 2016, p. 149) argumenta ser de suma importância “lembrar que o urbano não tem inimigo pior que o planejamento urbano e o ‘urbanismo’, que é o instrumento estratégico do capitalismo e do Estado para a manipulação da realidade urbana fragmentada e a produção do espaço controlado.”

Com essas divergências em torno do planejamento urbano, cabe envidar uma breve discussão para compreender as nuances que dialogam com as teorias do planejamento. Nessa direção, visando a conhecer as concepções teóricas de algumas escolas de planejamento sobre o próprio planejamento e sobre a cidade, ao observar se a formação territorial desta possui alguma relação com qualquer corrente do planejamento urbano, antes é preciso conhecer quais são essas correntes e verificar as semelhanças que elas podem ter com a cidade de Teresina.

O que se discutirá a seguir serão algumas correntes e concepções do planejamento urbano consoante importantes autores que, ao longo da história, contribuíram para a formação de inúmeras teorias a respeito do planejamento, da cidade e sua organização.

¹¹Essa tendência só aparece implicitamente nas obras de arte ou nos objetos antes do período industrial – aí incluídos os móveis, as casas, os palácios, os monumentos; ela se aproxima do limite na modernidade. No *design*, a materialidade tende a desaparecer diante da transparência, a “legibilidade” perfeita (LEFEBVRE, 2000, p. 210).

As referências que tratam desse assunto são inúmeras, no entanto, as abordagens, na maioria das vezes, situam-se ora no campo da arquitetura e do urbanismo, ora no âmbito da economia e da sociologia, evidenciando a relativa omissão da geografia, especificamente no caso do município de Teresina, em emitir pareceres e teorias a respeito.

De início, é oportuno frisar que grande parte das teorias do planejamento e da urbanização teve seu momento de ebulição durante os séculos XIX e XX, e foram desenvolvidas, em especial, nos Estados Unidos e em diversos países da Europa, como Inglaterra, França e Alemanha.

O contexto vivido no período em questão é dado pela Revolução Industrial, revelando a nítida preocupação dos diferentes autores com os processos de industrialização e de urbanização, daí por que Lefebvre (2000) aponta a urbanização como algo decorrente da industrialização. Contudo, como visto, no Brasil, foi a agricultura que praticamente financiou o surgimento das cidades e, posteriormente, da indústria.

Choay (2010, p. 74) indica em seus estudos que “a raiz de toda proposição de planejamento [...] escondem as tendências e os sistemas de valores”. Tais tendências e valores são diferentes segundo a época e as diversas formações socioespaciais.¹²

A propósito, Choay (2010) reúne as principais ideias de grandes pensadores do planejamento e do urbanismo em seu livro *O urbanismo*, classificando-os em algumas correntes de acordo com a época. A autora estabelece e caracteriza dois períodos em que o planejamento é praticado: o pré-urbanismo e o urbanismo. O primeiro é marcado pelo vigor da Revolução Industrial, concomitantemente ao crescimento populacional, pela racionalização dos meios de comunicação e expansão dos meios de transporte, criação de *shoppings* e a suburbanização crescente em função da ida da população de classe média e operária em direção às periferias.

Para lidar com esses processos, havia dois grupos de pessoas nessa época, de acordo com Choay (2010, p. 43-44),

¹²Segundo Santos (2006, p. 86), a definição conjunta e individual de cada qual depende de uma dada localização. Por isso, a formação socioespacial e não o modo de produção constitui o instrumento adequado para entender a história e o presente de um País. Cada atividade é uma manifestação do fenômeno social total. E o seu efetivo valor somente é dado pelo lugar em que se manifesta, juntamente com outras atividades.

uns, médicos e higienistas, que inspirados por sentimentos humanitários, denunciavam fatos e números de apoio ao estado físico e mental deplorável que vive o proletariado urbano. O outro grupo de polêmicos é constituído por pensadores políticos [...] nesse grupo, Matthew Arnold, Fourier, Proudhon e Carlyle, Engels e Ruskin se encontram para denunciar a higiene física deplorável das grandes cidades industriais.

Já o segundo período, ainda que contenha muitos aspectos relacionados à Revolução Industrial, a susodita autora tenta diferenciá-lo do pré-urbanismo, que se dedicava ao estudo da cidade.

Para Choay (2010, p. 30), “ao invés de ser obra de generalistas (historiadores, economistas ou políticos) ele ‘o urbanismo’ se dá sob duas formas, teórica e prática, e a apanhagem de especialistas é em geral de arquitetos”. Enquanto o pré-urbanismo sugere um período mais ligado a opções políticas, o urbanismo apresenta um caráter menos político e mais técnico.

Um novo modo de pensar a cidade surge a partir desses dois períodos, sendo os principais o ‘progressista’,¹³ o culturalista e o naturalista.¹⁴ É importante ressaltar que esses modelos representavam, muitas vezes, aspectos radicalmente opostos um ao outro.

O pré-urbanismo progressista, representado por Charles Fourier, Pierre-Joseph Proudhon, Robert Owen, entre outros, tinha como princípios a higiene física e moral, o funcionalismo e o racionalismo. O foco não era a cidade em si, mas o modo de produção e a condição humana.

Nessa corrente, a ciência e a técnica, em conformidade com Choay (2010, p. 16), “devem permitir resolver os problemas colocados pela relação dos homens com o mundo e entre eles”.

Já os culturalistas, representados por John Ruskin e William Morris, apresentam modelos de planejamento segundo os quais “um ponto de partida crítico não é mais a situação do indivíduo, mas aquele do agrupamento humano da cidade” (CHOAY, 2010, p. 21). Para os racionalistas, a simetria são os ideais de seu modelo, prezando-se muito mais pela estética, pelo bem-estar, pelo lazer do que pela ordem.

Isso posto, a crítica que se faz a essas duas correntes provém do fato de

¹³O termo original, em francês, era *progressiste*, daí a tradução original. Mas pode ser entendida como modernista.

¹⁴O modelo naturalista surge somente no período urbanista e pode ser considerado uma ramificação radical do realismo — que visa retratar a realidade assim como ela é - e se baseia na filosofia de que somente as leis da natureza são válidas para explicar o mundo.

que “ambos pensam a cidade do futuro em termos de modelo. A cidade, ao invés de ser pensada como processo ou problema, é sempre colocada como uma coisa, um objeto reprodutível” (CHOAY, 2010, p. 25). E, mais uma vez, vemos a cidade entendida como um palco sobre o qual as ações se dão, sem que haja o fator condicionante do espaço no âmbito das relações sociais.

A nova versão do modelo progressista, representada, entre outros, por Le Corbusier (2017), em vista das novas técnicas e das modernizações do fim do século XIX e início do século XX – a exemplo do advento do concreto armado e do elevador, que permitiram a verticalização – tem como ideais a modernidade, a estética, o funcionalismo, e é pautado em uma ruptura com o passado, com a história. Outro ponto de discussão é o surgimento da Carta de Atenas,¹⁵ corrente do planejamento urbanista tratada a seguir.

A referida linha de pensamento desenvolve-se via planejamento como sistema orgânico em que todas as suas partes devem estar em “harmonia” entre si, sendo que as formas têm especial importância.

Le Corbusier (2017), ao refletir sobre o planejamento urbano, oferece uma série de ensinamentos. Para ele, antes de tudo, a técnica apresenta um papel relevante no sentido de abrir horizontes ou, como ele mesmo diz, elas “abriram, fantásticamente, com a precisão dos instrumentos de medida, os espaços diante de nós e, por conseguinte, o sonho: os mundos estelares e as profundezas vertiginosas da vida sobre a terra” (LE CORBUSIER, 2017, p. 21).

Tais técnicas acompanharam as mudanças na sociedade: o artesanato é substituído pela indústria; o artesão pela máquina. Contudo, aliada à técnica, está a razão, a consciência. Para Le Corbusier (2017, p. 34), “a técnica e a consciência são as duas alavancas da arquitetura sobre as quais se apoia a arte de construir”.

No entanto, a onda de descobertas densificou o cotidiano do homem a ponto de oprimi-lo, restando aos urbanistas, arquitetos, economistas, sociólogos, antropólogos, geógrafos, entre outros, a tarefa de encontrar soluções para que o prazer de viver encontre lugar na sociedade.

¹⁵A Carta de Atenas (CIAM, 1933), publicada em 1943, por Le Corbusier, aborda outros pontos importantes, a saber: a incorporação do enfoque da cidade face ao seu território de influência (“cidade e região”), defendendo a necessidade da integração da visão urbano-regional, e dedica parte especial à preservação do patrimônio histórico. Na cidade moderna, proposta pelos progressistas, há que se tratar também com cuidado dos exemplos arquitetônicos urbanísticos de um período histórico já ultrapassado.

As novas técnicas aplicadas à construção, como o aço, o alumínio e o concreto armado, além de invenções, como a energia elétrica e o elevador, propiciaram um avanço na arte de construir e, por conseguinte, uma forma de aproximação da sociedade harmônica, “sadia”. Importa ressaltar, entretanto, que muitos problemas surgiram exatamente com as intervenções urbanas.

Le corbusier (2017, p. 31) chama isso de “revolução arquitetônica”, pois ao oferecer recursos ligados à técnica, conduz à “urbanização das cidades contemporâneas”. O mencionado autor adota uma postura organicista, enxergando a cidade como um organismo vivo, tanto que chega a falar em corpo urbano, cidade doente e ossificação (com relação às vias). Para esse corpo não ficar doente, o remédio seria o planejamento pautado em premissas como a garantia de sol, vegetação, espaço, eficiência das vias entre outras (LE CORBUSIER, 2017).

Essas ideias fazem parte de um importante movimento oriundo do surgimento do modelo progressista, que foi a Carta de Atenas, documento inspirado nas necessidades universais humanas, representadas por quatro grandes funções que a cidade deve oferecer: habitação, recreação, trabalho e transporte.

A fim de que tenham a máxima eficácia,¹⁶ cada uma dessas funções obedeceria a uma série de critérios de organização devidamente analisados. Assim, a largura de ruas, o tamanho e a localização de parques, residências e indústrias, bem como a organização do transporte em cada zona da cidade, são de grande relevância para identificar e sanar os problemas da cidade. Aliar essas condições às técnicas, cada vez mais modernas, seria o ponto central para a busca do prazer de viver na cidade.

Contribuindo com essa temática, Gehl (2015), um arquiteto fascinado pelo planejamento das cidades, defende, em seu livro *A cidade para pessoas*, que uma cidade que seja capaz de convidar as pessoas para a experimentar.

Para o referido autor, não basta ter somente o direito à cidade, é preciso vivenciá-la. Ademais, Gehl (2015, p. 26) ressaltou que “ideologias dominantes de planejamento rejeitaram o espaço urbano e a vida na cidade como inoportunos e desnecessários”. Isso acontece porque o planejamento se dedica tão somente a criar cenários racionais que, muitas vezes, repelem a vida urbana na cidade.

Outra importante corrente de estudos do planejamento urbano e que se deve

¹⁶Eficácia é a qualidade daquilo que cumpre com as metas planejadas, característica utilizada na teoria da administração que remete à qualidade de resultados esperados.

mencionar é a Escola de Sociologia de Chicago, fundada pelos sociólogos Robert Erza Park, Ernest Watson Burgess e Roderick Duncan McKenzie, e que atuou mais intensamente no período de 1920 a 1940. Gotidiener (2016, p. 37) afirma que “embora os três compartilhassem a mesma sensibilidade teórica, acabaram por se especializar em enfatizar aplicações diferentes da abordagem ecológica da sociologia urbana”.

Todavia, em sua essência, a natureza humana preconizada e concebida como influência constante não conseguiu explicar a variação espacial observada nas fragmentações do espaço urbano da cidade.

Essa corrente inspirou o nascimento do paradigma ao qual se vincula: uma visão ecológica do comportamento humano na cidade. O paradigma ecológico não se sustentou por muito tempo, pois não fazia referência às problemáticas urbanas recentes e, com base nessa premissa de espacialidade das relações sociais, formase o modelo socioespacial, cujos principais representantes são Lefebvre, Castells e Harvey.

Outro autor digno de nota, nesse cenário, é Friedmann (1960), que parte de uma postura tecnocrata do planejamento, além de organicista e mecanicista, pretendendo alcançar uma racionalidade absoluta. Para ele, o população não sabe tomar decisões, cabendo ao planejador a tarefa de tomá-las, pois conta com a sensibilidade de saber fazer o que é melhor.

Sendo assim, “o planejamento se define como uma atividade pela qual o homem, agindo em conjunto e através da manipulação e do controle conscientes do meio ambiente, procura atingir certos fins já anteriormente por ele mesmo especificados (FRIEDMANN, 1960, p. 7).

A racionalidade, tão preconizada pelos planejadores, acaba tornando-se um grande meio pelo qual o capital se difunde. De acordo com Santos (2003, p. 17), “as noções de eficiência e de racionalidade também tinham que ser estabelecidas a fim de justificar o uso de mais e mais capitais”. O modo como se vê e pratica o planejamento traduz o peso que a ciência econômica tem no atual período.

Segundo Souza (1988, p. 72), “o planejamento é erroneamente entendido no Brasil e traduz filiações ideológicas e escolas estrangeiras”. Para a autora, o planejamento é realizado de acordo com Chicago, Paris e Londres, daí a necessidade de resgatar a dimensão histórica do lugar, identificando e esclarecendo equívocos, fornecendo elementos para um planejamento que não

seja alheio ao lugar e que, portanto, seja condizente com a realidade atual.

Por isso, ressalta-se que é de suma importância estudar a história da formação territorial de Teresina e sua contemporaneidade, para que se possa oferecer elementos para a reflexão de um novo planejamento da cidade baseado em sua realidade. Com isso, pretende-se dizer que ele deve levar em conta território, lugar e cotidiano para que seja democrático e participativo, ao invés de corporativo e seletivo. Ao contrário do que se tem feito – e almeja-se constatar isso em Teresina –, este autor intenta propor um planejamento que seja praticado de “baixo para cima”, assegurando a participação da população para que suas decisões correspondam realmente aos seus anseios e desejos.

Pode-se inferir que os gestores, em sua maioria, não partem desse pressuposto, desconhecendo ou interpretando equivocadamente o planejamento municipal participativo.

Sette (2003, p. 6) corrobora esse fato e faz uma crítica de caráter geral à tarefa de elaborar o planejamento participativo, pois em suas palavras,

a ineficácia dos planejamentos urbanos se evidencia pela produção de planos, genéricos, tecnicistas e centralizadores, feitos em gabinetes bem longe da realidade urbana e em sua maioria por empresas de consultoria de outros Estados, voltados mais para retórica eleitoral do que para serem efetivamente aplicados.

Hoje, percebe-se um avanço maior em relação ao discurso do mencionado autor sobre a produção e efetivação dos planos que passaram, de certa forma, a valorizar a participação, sobretudo referenciada na atual legislação, por permitir aos sujeitos sua incorporação nas tomadas de decisões.

Ninguém melhor do que a comunidade para identificar suas necessidades, já que nem Estado nem empresa fazem isso, tornando-se um importante fator para que o espaço de decisão esteja nas mãos do cidadão, o que representaria o reencontro da economia com os anseios da população. A pergunta que cabe é: como isso tudo pode ser feito? Teoria e prática parecem um tanto quanto distantes em meio aos muitos discursos.

Outra autora que aborda características do planejamento técnico e que ainda não foi possível efetuar uma leitura mais minuciosa, porém necessária, até para situar o tempo cronológico do planejamento, é Mindlin (2010), que discorre um pouco sobre a história do planejamento, remontando ao planejamento soviético e

planejamento estratégico, além de versar sobre o planejamento em uma economia capitalista.

De acordo com Souza (2018, p. 47), “um desafio que se coloca de imediato, ao se debruçar sobre a tarefa de planejar, é o de realizar um esforço de imaginaginação do futuro”. Nas palavras do referido autor, o planejamento precisa de uma reflexão prévia sobre o tempo presente, a fim de prever o futuro.

O planejamento, seguindo a definição acima, visando a se precaver com relação ao futuro, faz muito uso de artifícios, como a criação de cenários. “Construir cenários significa (ou deveria significar) apenas simular desdobramentos, sem a preocupação de quantificar probabilidades e sem se restringir a identificar um único desdobramento esperado, tido como a tendência mais plausível” (SOUZA, 2018, p. 48).

Estes, ao tentarem antecipar o futuro, acabam indicando alternativas que pretendem esgotar ou, ao menos, restringir as possibilidades. No entanto, sabe-se que, no contexto atual do mundo, imbuído de técnica, ciência e informação, o reino das possibilidades é incomensurável.

Apesar disso, vê-se que essa metodologia é comumente utilizada, principalmente em tempos de competitividade acirrada, não só por empresas (planejamento estratégico), como também por prefeituras que transplantaram esse planejamento visando à exposição das funções da cidade como mercadoria.

E segundo Sánchez (2001, p. 33), em relação ao planejamento, “é possível identificar interessantes convergências. Essas convergências dizem respeito às estratégias utilizadas pelo poder político ao vender as cidades”, surgindo, portanto, um mercado de cidades que mostra cada vez mais a importância do espaço capitalista.

Dentre as contribuições presentes na obra de Souza (2018) e que sintetizam suas ideias, está o fato de que o planejamento e a gestão têm por objetivos a melhoria da qualidade de vida e o aumento da justiça social, sendo este último decorrência do primeiro.

Tendo em vista tal pressuposto, o supracitado autor perpassa diversos temas, como o orçamento participativo e a participação popular no processo decisório de planejamento sobre os instrumentos urbanísticos, hoje existentes dentro dos planos diretores e do Estatuto da Cidade, entre outros assuntos que culminarão com tentativa de saber quem serão os agentes que “mudarão a cidade”.

O referido autor sugere, ainda, que se esperem mais ações dos de “baixo” (os movimentos sociais) do que do Estado e suas parcerias, já que são os mais pobres que, mais próximos da realidade e das contradições nela presentes, saberiam encontrar o melhor caminho para um novo planejamento. Tal expectativa vai ao encontro da deste pesquisador.

Reputa-se meritório sublinhar que todas as teorias levantadas a partir de diversas referências sobre o planejamento, nesta discussão, ainda são ínfimas perto da riqueza e da complexidade que permeiam o tema estudado. Sabe-se que muitas outras deverão ser estudadas e aprofundadas, mas foi importante mencionar algumas delas para que se norteasse a reflexão proposta daqui em diante.

Não obstante, ainda há que se fazer uma série de discussões sobre muitos dos conceitos utilizados na geografia e que são fundamentais para a construção da teoria sobre o estudo da cidade de Teresina e seu planejamento urbano.

Notou-se o quanto a periodização é relevante para discorrer sobre determinado assunto. As inúmeras variáveis e os eventos que se tem em mãos e que possibilitam sustentar o pensamento sobre o planejamento da cidade, desvelam a grande complexidade que ela representa.

Uma possível leitura que se pode fazer com base nesse ensinamento é que se pode explicar a realidade vivida, sentida nos lugares, espaços e subespaços, deve ser explicada levando-se em conta todo o contingente histórico que lhe pertence para que seja possível identificar elementos que digam o porquê de essa realidade ser dessa forma e não de outro jeito. Assim são considerados os processos históricos como possibilidade metodológica que revela o passado para fazer uma geografia no presente.

A cidade é uma complexidade organizada, ou seja, é composta por um imenso conjunto de variáveis interdependentes, passíveis de serem estudadas, já que o que importa não é sua quantidade, mas a sua inter-relação, em um todo orgânico. Portanto, seria indispensável operacionalizar e observar todas as interdependências entre os mais diversos sistemas de objetos e ações que compõem uma grande cidade, como Teresina.

É isso que o planejamento urbano deveria levar em consideração: o lugar, o território, o espaço e seus processos dentro da totalidade. Porém, o que se verifica é um planejamento que desconhece os processos da cidade e a planeja de acordo

com teorias já ultrapassadas ou modelos exógenos ao lugar.

2 PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL E EM TERESINA: NOVOS RUMOS DA POLÍTICA URBANA

Neste capítulo, faremos uma breve periodização histórica a respeito do planejamento urbano na Geografia, levando em consideração as correlações dessa temática em nível nacional e no recorte deste estudo, que é a cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí. Antes de avançar nessa discussão, destaca-se que não se tem o intuito de fazer um total retrospecto acerca do planejamento urbano, mas trazer algumas contextualizações pertinentes que se consideram essenciais para a compreensão das seções subsequentes do trabalho.

Falar em planejamento remete que se pense em algo que é realmente pensado, organizado, sistematizado, antes de promover a sua execução. Levando isso para o contexto do planejamento urbano, muitas ideias podem ser lançadas, tendo em vista que o ato de planejar pode ser indispensável para o desenvolvimento das cidades.

2.1 Periodização do planejamento urbano no Brasil, análise dos planos

Planejar pode ser considerada uma etapa do organizar, pôr em ordem, dar sistematização à produção socioespacial, e diante disso, o planejamento urbano pode ser pensado como a organização da forma e da dinâmica da cidade para que sua efetivação aconteça, intentando o desenvolvimento urbano no presente e no futuro. Logo, planejamento urbano é um assunto que envolve organização, sistematização e avaliação de ideias para o presente e o futuro das cidades.

Mesmo que se saiba gerir uma cidade não seja algo “fácil”, o planejamento urbano é essencial para a gestão do urbano brasileiro. Mas o que é, de fato, planejamento urbano? Para Clarck (1991), trata-se de um processo essencial de formulação de uma política de ações que identifica mecanismos para a promoção do desenvolvimento urbano, sua monitoração e avaliação.

Entendido isso, deve-se ter a dimensão de que planejamento urbano não pode ser confundido, essencialmente, com o urbanismo. Alguns autores chamam atenção para essa diferenciação, e designam algumas questões importantes para reflexão.

Por exemplo, Souza (2006) esclarece que planejamento urbano é algo muito mais amplo do que o próprio urbanismo. Assim, o planejamento urbano já inclui o urbanismo, principalmente porque esse último está mais ligado ao desenho da cidade.

A gênese do planejamento urbano ocorre por meio do desenvolvimento do urbanismo, e a partir do século XX é que esse se propõe e levanta-se, a partir de sua origem nos EUA e na Inglaterra. Inicialmente, isso com base em estudos “reais”, *in loco*, pois isso promovia maior contato com a realidade que se queria apreender, analisar, capturar.

Na mesma medida em que o urbanismo foi sendo desenvolvido, muitas críticas também passaram a ser lançadas contra ele, pois diversos teóricos no século XIX não aceitavam e não compreendiam o que seria, de fato, esse urbanismo. Assim, associado com as críticas acerca do urbanismo, é que o planejamento urbano foi tomando forma, gênese, sendo aceito pelos economistas e gestores urbanos.

Portanto, foi no século XX que se iniciou a história do planejamento urbano, alicerçado em uma perspectiva de que o urbanismo já não era mais interessante. Essa ideia, inicialmente, baseava-se muito em pesquisas “práticas”, estudos *in loco*, em contato com o objeto que estava sendo analisado. Essa foi uma das principais diferenciações feitas em contraposição ao urbanismo.

De fato, o planejamento urbano foi e é uma nova forma de analisar e investigar o que ocorre no espaço, nas cidades, passando a ser, realmente, uma nova maneira de analisar o urbano.

Pensando o planejamento urbano no Brasil, o que se pode vislumbrar nesse momento é o fato de que a partir dessa gênese, o espaço urbano passa a ser concebido a partir das intervenções que nele são realizadas, ou seja, como as ações podem desenvolver o espaço urbano.

Mesmo assim, o planejamento urbano no Brasil vem recebendo muitas críticas, haja vista não conseguir efetivar suas ações como “se espera”. Muitas delas são lançadas em função de parcela da sociedade considerar que o planejamento pode atuar como um mecanismo de solução para todos e quaisquer problemas que possam ocorrer no espaço urbano.

Por exemplo, sabe-se que a partir de 1940, muitas tentativas foram lançadas para tentar melhorar a economia, e a cidade passou a ser vista mais ainda como

um espaço importante para essas transformações. Assim, o planejamento urbano, quase sempre é visto como essa “ferramenta”, como um “mecanismo” por meio do qual se tem a visão de que se podem contornar todos os problemas de uma cidade.

Um marco dos estudos do planejamento urbano é desenhado por Villaça (1999), que divide em três períodos a história do planejamento urbano no Brasil: o primeiro inicia-se no fim do século XIX, mais precisamente por volta de 1875, e vai até o ano de 1930. O segundo vai de 1930 até por volta de 1992, ano em que se inicia o terceiro período, que perdura até os dias atuais.

2.1.1 Primeiro período: os planos de melhoramentos e embelezamentos

O primeiro período ou, como afirma Villaça (1999), o nascimento do planejamento urbano no Brasil, ocorreu em 1875, quando a então Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, criada em 1874, pelo Ministro do Império, João Alfredo Correa de Oliveira.

Nesse momento inicial, que vai de 1875 até 1930, o planejamento urbano e as medidas deliberadas de intervenção na cidade por parte dos gestores, centravam-se em melhoramentos em partes ou frações do espaço urbano, porém não de forma holística, não abrangendo a cidade como um todo.

Pode-se ressaltar que suas principais referências eram as reformas de cidades europeias no século XIX, a exemplo de Paris e Viena. Os principais campos de trabalho foram a construção de ferrovias e obras de infraestrutura das cidades: saneamento, abertura e regularização do sistema viário.

Outros dois pontos a serem relevados foram objetos de intervenções dentro do espaço das cidades, e dizem respeito, em primeiro lugar, a reformas, principalmente no que tange à remodelação e ao embelezamento de praças, além da abertura de largas avenidas. Em segundo lugar, o caso da ampliação de portos marítimos das principais cidades litorâneas, podendo-se mencionar, por exemplo, que nesse período, “os debates sobre os melhoramentos na cidade do Rio de Janeiro destacaram a necessidade de remodelação do seu porto, a qual envolvia também aterros e obras de urbanização” (VILLAÇA, 1999, p. 195).

Contudo, provavelmente as áreas centrais da cidade foram os locais que mais receberam intervenções urbanísticas. Assim, à medida que as áreas próximas aos centros tradicionais passavam por transformações e melhoramentos, o espaço

urbano agregava um processo de valorização e, conseqüentemente, o início de um processo de descentralização.

O declínio do planejamento direcionado ao embelezamento e melhoramento aconteceu devido à falta de recursos para esse tipo de obras e intervenções, quando a administração pública começava priorizar outras obras, voltando o seu olhar principalmente para as obras de infraestrutura, que contribuiriam para ampliar as condições de reprodução do capital, tendo em vista o processo de industrialização e modernização que o País começava a consolidar. Logo, a importância da eficiência começava superar a da beleza e/ou da estética urbana.

Outro fator relevante para a decadência do planejamento voltado para o embelezamento e melhoramento foi o progressivo crescimento dos problemas urbanos e a insatisfação popular com eles, o que levou a uma organização cada vez maior. Contudo, “fica claro que os planos não seriam elaborados para ser executados nem para resolver os grandes problemas das massas populares urbanas. Sem dúvida, eram elaborados para atender aos interesses dominantes urbanos” (VILLAÇA, 1999, p. 203).

Dessa forma, chega-se ao fim do primeiro período do planejamento urbano brasileiro, caracterizado por planos e medidas que não visavam à organização do espaço da cidade como um todo, na forma de intervenções pontuais e setoriais, tanto espacialmente, em algumas áreas da cidade, quanto no caráter ou abrangência da intervenção, apenas obras de embelezamento que pretendiam transpor uma visão colonial para uma noção modernista baseada, sobretudo, em estudos de arquitetos europeus.

2.1.2 Segundo período: planejamento de planos técnicos de base científica

O segundo período iniciou-se na década de 1930, indo até o ano de 1992, momento da história nacional em que se verificava um aumento na organização e consciência das classes operárias, e um conseqüente enfraquecimento das classes dominantes, fato que se refletiu na Revolução de 1930, quando não havia um só grupo econômico com hegemonia política. Dessa forma, as conseqüências desse momento, por sua vez, refletiram-se na questão e no planejamento urbano no Brasil.

Pode-se considerar o segundo período como o de maior duração – em torno

de seis décadas – marcado por uma mudança dessa atividade, tanto no que diz respeito à exequibilidade quanto no ao seu pensamento norteador. Esse, aliás, é provavelmente, o seu aspecto de maior relevância, o que lhe caracteriza e o define como uma nova fase, sendo dividido em três subperíodos.

O primeiro subperíodo, compreendido entre os anos de 1930 e 1965, teve como premissa o início de uma visão de totalidade, ou seja, começa-se a se pensar na cidade em toda a sua extensão, buscando articular, por meio de vias de transportes, as suas diversas partes: centro, bairros e periferias.

Assim, são realizadas as primeiras propostas de zoneamento, além de serem criados órgãos específicos para o desenvolvimento de práticas de planejamento urbano nas cidades, sobretudo atrelado às atuais legislações urbanísticas que visavam a controlar usos e ocupações dos solos.

Outro ponto meritório desse período alude à evolução e ao crescimento do exercício e da prática do urbanismo ou do planejamento urbano dentro do País, à medida que se pode se afirmar que, a partir da década de 1930, observa-se uma nova fase de afirmação do urbanismo no âmbito da universidade, expansão da atuação para a maioria das cidades brasileiras.

A contratação de técnicos e urbanistas, tanto locais quanto estrangeiros, para a elaboração de pareceres e planos, ocasiona uma troca de experiências para os profissionais locais e o crescimento do urbanismo de forma geral.

Como marco inicial desse período, teve-se a elaboração de planos para Rio de Janeiro e São Paulo, em 1930. Posteriormente, “na década de 1940, as demais capitais brasileiras, seguindo o exemplo das duas maiores cidades do país, também produziram seus planos, como Porto Alegre e Salvador” (VILLAÇA, 1999, p. 209).

Ainda de acordo com Villaça (1999), a elaboração de um planejamento urbano era indispensável para solucionar problemas sociais, onde

desde a década de 1930, vem se desenvolvendo no Brasil uma visão do mundo urbano, segundo o qual os problemas que crescentemente se manifestam nas cidades são causados pelo seu crescimento caótico – sem planejamento – e que um planejamento “integrado” ou “de conjunto”. Segundo técnicas e métodos bem definidas, seriam indispensáveis para solucioná-los. (VILLAÇA, 1999, p. 183).

Foi contratado nesse período, pela prefeitura do Rio de Janeiro, o urbanista francês Donald Alfred Agache, para desenvolver um plano para a cidade, além de

ministrar palestras que tinham como objetivo tanto o convencimento da opinião pública quanto colaborar na difusão de novas ideias entre técnicos, arquitetos e urbanistas.

O plano de Agache para a cidade do Rio, produzido entre 1927 e 1930, tinha como características de destaque o fato de ser considerado o plano mais completo entre os elaborados na mesma época, além de ser a primeira proposta de um plano diretor. Um ponto relevante a ser mencionado foi a questão do levantamento de dados e estudos preliminares realizados, produzindo um retrato da cidade e comparando-a com a cidade ideal, que seria obtida por meio de suas proposições, com pretenções claras de solucionar problemas de transporte, habitação, saneamento e meio ambiente.

No transcorrer desse primeiro subperíodo, ocorreram transformações radicais nas estruturas urbanas das cidades, principalmente no tocante ao sistema viário, que permitiu uma circulação mais eficiente e adequada, tanto de pessoas quanto de mercadorias para o processo de industrialização que se consolidava no Brasil.

Dentre os fatos relacionados a esse fenômeno está o surgimento de novos aspectos na realidade brasileira ou a intensificação de outros já existentes. São eles: a migração campo-cidade; a crescente urbanização; o aumento da área urbana; além da conurbação de aglomerações urbanas.

Em uma visão panorâmica, intervenções planejadas no âmbito do espaço urbano eram de natureza extremamente setorizada e/ou de caráter local. Não havia uma política ou movimento por parte da nação que discutisse mais amplamente a questão do desenvolvimento das cidades.

As experiências de reflexão e tentativas de modelamento do espaço das cidades ficavam por conta de iniciativas locais e apenas em algumas cidades brasileiras, no caso, os grandes centros. Ademais, na escala do governo nacional, conceberam-se algumas iniciativas setorizadas. No entanto, tais políticas eram nitidamente pontuais, não atendendo a toda a dimensão do espaço das cidades.

Em relação ao urbanismo e ao planejamento urbano e regional, enquanto áreas do conhecimento, nesse período, os profissionais desses campos atuaram, de maneira geral, de forma simultânea no ensino superior e na administração pública, sendo fundamental essa dupla inserção profissional para a consolidação das áreas.

Em resumo, esse período foi um momento de importantes transformações no campo dos estudos urbanos, pela emergência de novos temas, introdução de novos métodos e participação de profissionais de outras disciplinas que, até aquele momento, não haviam se ocupado da questão urbana.

O segundo subperíodo iniciou-se entre os anos de 1965 e 1971, quando foi entregue o primeiro exemplar do “superplano”, o plano do Rio de Janeiro, elaborado por Doxiadis. Essa fase dos “superplanos”, também chamada de *Planejamento Integrado*, foi marcada por uma nova concepção de planejamento, onde o planejamento da cidade não deveria ser analisado somente em seus aspectos físico-arquitetônicos.

Os planos não poderiam se limitar a obras de remodelação urbana, mas integrar a cidade tanto do ponto de vista interdisciplinar quanto espacial, integrando a cidade em sua região. Diferentemente dos períodos anteriores, em que funcionários e técnicos das próprias prefeituras eram os responsáveis pela elaboração dos planos, os “superplanos” foram elaborados por especialistas de escritórios privados.

Identifica-se, pois, o distanciamento progressivo entre os planos e a possibilidade de suas implantações, causada tanto pela escassez de recursos quanto pela inviabilidade operacional, em virtude do conflito: planos cada vez mais abrangentes e integradores *versus* administração pública cada vez mais especializada e setorializada – o que, obviamente, dificultava ou mesmo inviabilizava a aprovação e execução das recomendações presentes nos planos, sobretudo se considerado o fato de que vários planos emitiam recomendações endereçadas aos mais variados órgãos das esferas municipal, estadual e federal.

Então,

muitas leis [...] para serem absorvidas pelos diversos órgãos públicos envolvidos, pressuporiam sua paralisação por vários meses, apenas para que fossem lidos, estudados, debatidos e absorvidos pelo funcionalismo (admitindo que não houvesse debate popular). (VILLAÇA, 1999, p. 216).

Outro ponto marcante é a natureza desses planos e do planejamento urbano desse período, o caráter tecnocrático, com forte apologia à ciência e à razão como os únicos mecanismos que poderiam resolver os problemas dos ambientes urbanos.

Por fim, sobrepõe-se que, em virtude de sua enorme abrangência, esses planos não obtiveram sucesso, dado o progressivo distanciamento entre os órgãos de planejamento e os setores executivos municipais, que não eram responsáveis nem tinham poderes para atender a todas as recomendações e propostas dos “superplanos”, ao passo que propunham muitas ações que fugiam da alçada da administração pública municipal, por vezes, com leis que exigiriam uma mobilização de caráter até nacional.

O terceiro e último subperíodo, iniciado em 1971 e encerrado em 1992, teve como marco, no auge da ditadura militar, a aprovação da Lei nº 7688, que lançava o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de São Paulo. Essa nova etapa do planejamento urbano no País corresponde à chamada fase dos “planos sem mapas”, em que os extensos, detalhados e abrangentes planos foram substituídos por uma nova concepção dessa atividade, na forma de planos mais simples, nas palavras de Villaça (1999, p. 221).

Os planos, em 1970, passam da complexidade, do rebuscamento técnico e da sofisticação intelectual para o plano singelo, simples – na verdade, simplório – feito pelos próprios técnicos municipais, quase sem mapas, sem diagnósticos técnicos ou com diagnósticos reduzidos se confrontados com os de dez anos antes. Seus dispositivos são um conjunto de generalidades. Novamente, o plano inconsequente.

É possível discernir essa nova nomenclatura adotada, “planos sem mapas”, para além da citação acima. Nesse novo período, que se inicia no ano de 1990, fica marcado por uma simplificação do planejamento e dos planos urbanos elaborados, já que os “superplanos” elaborados no período anterior, basicamente, não conseguiram ser implantados.

Uma hipótese que se pode levantar é que em virtude da enorme complexidade e abrangência desses últimos planos citados, sua exequibilidade foi comprometida, além de outras questões já mencionadas que dificultaram suas implementações. Dessa maneira, a simplificação dos planos, que apresentariam apenas objetivos, políticas e diretrizes gerais, poderia ser uma saída para que a partir de então, eles planos fossem, enfim, implantados.

Nota-se que além dessa simplificação dos planos diretores urbanos, Villaça (1999) salienta sobre esse período a real natureza do planejamento urbano realizado no País. Na realidade, essa atividade foi encarada como tendo um fim em

si mesma, não só nesse último subperíodo, mas durante todo o seu desenvolvimento, no século XX. Assim, nessa evolução,

os planos passam a ser encarados e avaliados, não por seus efeitos, não pelas suas capacidades reais de orientar a ação das prefeituras municipais, mas por suas características intrínsecas, sua lógica e coerência internas [...], por seus aspectos técnicos. (VILLAÇA, 1999, p. 222).

2.1.3 Terceiro período: redemocratização, institucionalização e mobilização popular

No que se refere ao terceiro período do planejamento urbano, começa na década de 1990, porém sua análise se inicia bem antes, na década de 1980. Esse período é considerado uma nova fase. Primeiramente, pela ruptura com as ideias tecnicistas dominantes até então na elaboração do planejamento urbano, e também pela maior mobilização popular e consequente maior politização dos planos diretores. Esse terceiro período pode ser desmembrado em duas fases, sendo que a primeira vai até o início dos anos 2000, quando se inicia o segundo período.

Na realidade, essa mobilização popular já vinha em uma crescente desde as duas décadas anteriores, apesar da ditadura pela qual passava o País (ou justamente em função dela).

Os anos de 1970 marcam uma nova etapa na consciência popular urbana no Brasil, com o fortalecimento dos movimentos populares. Nos anos de 1980, especialmente com a mobilização estimulada pelas possibilidades – embora limitadas – de influenciar na elaboração da nova Constituição do país, esses movimentos cresceram em organização, adesões e atuação. (VILLAÇA, 1999, p. 231).

O referido autor destaca que na década de 1980, consolidou-se o Movimento Nacional pela Reforma Urbana, mobilizando em âmbito nacional vários movimentos populares e as massas urbanas. Esse movimento ganhou corpo e representatividade em um contexto de redemocratização e construção de um novo processo constituinte, com características de ousadia e aspecto inovador, ao passo que permitia, em tese, ampla possibilidade de participação popular, por meio da realização de audiências públicas com a sociedade e, principalmente, admissão de emendas de iniciativas populares, desde que atendessem, pelo menos, a dois pré-

requisitos fundamentais, a saber: no mínimo, a assinatura de trinta mil eleitores e fossem patrocinadas por, pelo menos, três associações representativas.

Pode-se considerar que houve, sim, avanços com a Constituição de 1988, posto que “várias cidades brasileiras voltaram a elaborar planos diretores no início de 1990 [...] como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre”, e principalmente, pelo fato de que “o avanço está na possibilidade de o plano diretor ser o instrumento que define se a propriedade urbana está ou não cumprindo sua função social” (VILLAÇA, 1999, p. 233).

Assim, de forma sintética, as principais ideias pregadas neste capítulo são: a promoção do desenvolvimento urbano e da função social da cidade; e tomar o plano diretor como instrumento básico para que isso se torne possível.

Fora isso, é claro, concebe-se como avanço, igualmente, a maior politização do plano diretor na década de 1990, transformado-se, definitivamente, em projeto de lei, sendo introduzidos temas com a reforma urbana, a justiça social e a função social das propriedades urbanas, o que não deixam de ser características e aspectos novos. Justamente por isso, esse período é considerado uma nova fase.

A década de 1990 foi selecionada como fim de um período na história do planejamento urbano brasileiro porque marca o início do seu processo de politização, fruto da consciência e organização populares. Essa politização ficou clara desde as metodologias de elaboração e dos conteúdos de alguns planos até os debates travados, no legislativo e fora deles, em várias cidades importantes do país. (VILLAÇA, 1999, p. 231).

Em relação às mudanças na metodologia, o principal destaque seria para a desconsideração dos diagnósticos técnicos como os solucionadores dos problemas urbanos, os quais já são de conhecimento a longa data. Os diagnósticos técnicos teriam a função apenas de dimensionar ou viabilizar as soluções. No que tange à mudança de conteúdo, ocorreu uma tendência de destacar aspectos mais direcionados à competência e alçada da administração pública municipal, diferentemente, por exemplo, dos planos que continham diretrizes, recomendações e propostas que necessitariam de intervenções dos governos das escalas estadual ou federal. “Não decorre que um plano diretor deva ter propostas de desenvolvimento regional com as de infraestrutura, renda, emprego, desenvolvimento econômico, etc., cujas implementações fujam à sua alçada” (VILLAÇA, 1999, p. 231).

Contudo, a década de 1990 pode ser considerada como um momento de reflexão e, principalmente, assimilação dessas novas características e tendências dentro do planejamento urbano, ou seja, de sua maior participação popular, maior politização e de um esforço mais eloquente do governo federal, na figura da Constituição de 1988 – ainda que tenha sido necessária grande mobilização popular, por meio do Movimento Nacional pela Reforma Urbana, para que a questão urbana fosse tratada nesse documento. Pode-se reputar essa última década do século XX, portanto, uma etapa de construção de uma nova filosofia ou modo de se pensar e executar o planejamento, e os planos urbanos no País, sem tantas experiências práticas.

No entanto, o terceiro período tem como marco o ano de 2001, quando entra em vigor o Estatuto da Cidade. Procura-se sair dos planos tecnocráticos para os políticos. Busca-se extrapolar, transpor as barreiras dos escritórios técnicos, e pôr em discussão (técnica e política) a cidade real, com seus anseios e vários atores envolvidos. Estabelecem-se diretrizes de política urbana, dando embasamento legal e jurídico para que os municípios produzam leis que se tornem efetivas e que cumpram a função social da cidade, e da propriedade urbana.

2.2 A evolução do planejamento e da política urbana em Teresina, do PDL ao Agenda 2030

Ao fim da década de 1960, inicia-se uma importante fase do planejamento urbano realizado na cidade de Teresina, ou seja, chega-se à fase de início da elaboração dos planos urbanos que foram desenvolvidos para a cidade.

Embora o objetivo final deste estudo seja realizar uma análise do planejamento participativo, dos diagnósticos e das projeções que esses planos fazem do espaço urbano da cidade de Teresina, é fundamental para fazer um breve diagnóstico dos planos em si, descrevê-los, sintetizá-los, enfim, mostrar uma visão panorâmica desses documentos, apontando seus principais elementos e suas características.

Inicia-se a análise do primeiro plano urbano desenvolvido para a cidade de Teresina, o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), elaborado no ano de 1969 até o Agenda 2030.

2.2.1 O plano de desenvolvimento local integrado

Pode-se considerar, para os fins desta pesquisa, que o planejamento urbano, na figura da elaboração de Planos Diretores, teve seu início em Teresina em outubro de 1969, com a publicação do PDLI, contrato celebrado em outubro de 1968, e firmado entre Prefeitura de Teresina e a empresa Baiana de construções e Planejamento S/A (COPLAN), sendo interveniente o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), órgão do Ministério do Interior.

O PDLI de Teresina estrutura-se em seis grandes capítulos ou seções, a saber: Teresina: entraves e impulsos no seu desenvolvimento; Estratégia para o desenvolvimento local; Programas de ação – esta sendo subdividida em dois subtópicos, quais sejam De execução da Prefeitura (prioritários e especiais) e de execução de outros órgãos (prioritários e especiais); Implementação do processo de planejamento; Apêndice metodológico; e Bibliografia.

De acordo com o diretor do projeto do PDLI,

O trabalho engloba uma análise profunda e sem precedentes da economia de Teresina e de sua região tributária, que está resumida no capítulo Teresina: Entraves e Impulsos no seu Desenvolvimento. Nele procuramos identificar as causas mais profundas geradoras dos estrangulamentos do desenvolvimento local, como também encontrar os fatores propulsores para uma programação racional. Em seguida, é apresentada a Estratégia para o Desenvolvimento Local, que será responsável pela mudança como, também, os Programas de Ação correspondentes. Por último, registramos a Implementação do Processo de Planejamento que trata dos programas já em andamento, dos estudos, anteprojetos e projetos a serem seguidos pela Prefeitura, e das medidas já tomadas sem função do trabalho do Plano de Desenvolvimento Local Integrado. (TERESINA, 1969, p. 7).

O PDLI é composto, inicialmente, de um grande diagnóstico da cidade, em que são identificadas, dentro do levantamento de dados realizado, as principais características de Teresina, em suas várias dimensões – entre elas, os fatores que travam ou inibem o desenvolvimento da cidade. Em seguida, são traçadas as estratégias para driblar esses entraves e obstáculos, desenhando-se o caminho para uma mudança na cidade. Depois disso, são expostos estudos, projetos e ações já em andamento. Por fim, mostra-se a trajetória ou o roteiro metodológico da pesquisa realizada para a elaboração do PDLI e a bibliografia utilizada.

A partir da leitura de Villaça (1999) e da trajetória que ele desenvolve na história do planejamento urbano, é possível identificar que o PDLI de Teresina se

situa na chamada fase dos “superplanos” que o autor aponta. Assim, a elaboração desse plano faz parte de um contexto bem maior, seguindo uma tendência de escala que ultrapassa, e muito, a da gestão municipal.

Segundo o próprio Prefeito na época, José Raimundo Bona Medeiros, o PDLI de Teresina “[...] assegura a compatibilização dos aspectos físico-territorial, econômico, social e institucional, bem como a adequação dos objetivos locais ao planejamento nacional, regional e estadual” (TERESINA, 1969, p. 7).

Então, na primeira parte do PDLI, *Teresina: entraves e impulsos no seu desenvolvimento*, promove-se um grande diagnóstico da cidade, abordando desde aspectos físico-geográficos (relevo, caracteres climáticos de Teresina, hidrografia, vegetação, caracteres geológicos etc.); dados demográficos (área territorial e população, distribuição da população, incremento demográfico, migração, natalidade e mortalidade, ocupação da população, estratificação social, mobilidade ocupacional etc.); um levantamento dos serviços oferecidos na cidade (água, esgotos, energia, limpeza urbana, comunicações, educação, saúde, segurança etc.); um retrato da economia de Teresina (estrutura do capital agrícola, estrutura e localização da produção agrícola, pecuária, consumo alimentar, número e tamanho das empresas industriais, estrutura do capital e dos investimentos industriais, estrutura da produção industrial, integração indústria-agricultura, abastecimento de insumos, distribuição da produção industrial, importância do setor terciário, estrutura e evolução do terciário, características atuais do terciário etc.); um cenário da organização da gestão pública municipal (administração de pessoal da prefeitura de Teresina, finanças públicas municipais, administração financeira, organização administrativa etc.); além de informações mais diretamente relacionadas à descrição e à organização espacial da cidade (sistema viário, zoneamento espontâneo, estrutura fundiária, cadastro fiscal imobiliário, habitação, paisagismo etc.).

Na segunda parte do PDLI, *Estratégia para o desenvolvimento local*, são traçadas diretrizes com vistas a mudanças em toda a dimensão da cidade, visando a um melhor desenvolvimento dela. Em relação ao aspecto espacial, cerne da discussão desta pesquisa, são elencadas medidas para nortear o crescimento ou a evolução do desenho urbano de Teresina.

Dessa forma, estabelecem-se diretrizes para a evolução do espaço urbano da cidade, levando em conta aspectos de diversas ordens, como a dimensão

climática, por exemplo, defendendo-se a “projeção dos novos bairros residenciais nas partes mais altas do interflúvio, em direção aos terrenos mais irregulares de colinas e morros a sudeste da antiga linha de tiro”, pensando-se no aproveitamento de áreas de climas mais amenos, por exemplo (TERESINA, 1969, p. 55).

Ademais, de acordo com as diretrizes de natureza econômica, projeta-se um processo de descentralização das atividades econômicas e, por consequência, uma desconcentração espacial dessas atividades em Teresina.

Com isso, propõe-se, por exemplo,

a criação de um mercado de trabalho urbano pela prestação de serviços intermediários no armazenamento, transporte e comercialização dos bens produzidos na agricultura, como também o desenvolvimento de outros centros urbanos de segunda grandeza na região teresinense. (TERESINA, 1969, p. 61).

Outro tópico frisado no PDLI é a necessidade de elaborar uma legislação urbanística para a cidade, tendo em vista que o único documento dessa natureza encontrado em estudos, pesquisas e construção do Plano foi o Decreto-lei nº 54, de abril de 1939, ou seja, 30 anos antes da elaboração do PDLI, o que significa dizer que “a quase totalidade dos conceitos estavam superados face ao desenvolvimento da ciência e tecnologia construtiva” (TERESINA, 1969, p. 67).

Diante disso, elaborar e implementar uma legislação de natureza urbanística para o município de Teresina era considerado “um imperativo improrrogável, pois a comunidade, há muito tempo, reclamava normas jurídicas gerais, obrigatórias e bem delineadas que dessem meios capazes de orientar e controlar toda a problemática físico-territorial do município e principalmente da cidade” (TERESINA, 1969, p. 67).

Destarte, era fundamental criar uma legislação urbanística em Teresina, para disciplinar a organização do espaço construído e o que viria a ser produzido na cidade, e essa tarefa já começou a ser realizada mesmo antes da publicação do PDLI:

Por fim, o PDLI traz a seção *Apêndice metodológico*, revelando um pouco da trajetória da metodologia empregada para a elaboração do PDLI, e ainda são listados os órgãos onde foram levantados os dados e as informações referentes à pesquisa institucional realizada para a elaboração do plano.

2.2.2 I Plano Estrutural de Teresina (PET)

O I Plano Estrutural de Teresina, o I PET, foi elaborado em 1977, durante a gestão do Governador Dirceu Mendes Arcoverde, que tinha, na época, Felipe Mendes de Oliveira como Secretário de Planejamento. O plano foi construído em convênio entre Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPU), PMT com o Instituto de Planejamento e Administração Municipal (IPAM), constituído por uma equipe de Brasília.

O II Plano Estrutural de Teresina estrutura-se em três volumes. O primeiro deles divide-se em duas partes: a parte I compõe-se de uma avaliação (físico-sócio-econômica) e de um diagnóstico socioeconômico, tomando como base principal de dados as informações e os estudos feitos no primeiro plano urbano da cidade, o PDLI; a parte II versa sobre a estrutura físico-espacial (análises e diretrizes), e divide-se em quatro tópicos, a saber: definição do perímetro urbano e da área de expansão proposta; estudo das potencialidades das infraestruturas e dos equipamentos urbanos; distribuição das atividades na área urbana; e estrutura urbana atual e proposta. O segundo volume contém a identificação dos problemas das várias áreas urbanas, um plano de ação e traz, inclusive, um projeto de lei de uso e ocupação do solo. Já o terceiro volume apresenta os mapas elaborados.

Logo de início, na introdução, o I PET apresenta-se como um trabalho de revisão do PDLI, primeiro plano urbano da cidade, realizado alguns anos antes. Assim, o “[...] Plano Estrutural de Teresina é o resultado da atualização do Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Teresina, elaborado pela COPLAN em 1969” (TERESINA, 1977a, p. 10).

O II PET, de 1977, teve como perspectiva futura de implantação de suas propostas o ano de 1985, tendo como horizonte de trabalho o espaço de sete anos, portanto. A elaboração do I PET diverge em alguns aspectos do PDLI, o que lhe impôs uma série de limitações. Isso significa dizer que

[...] este Plano não pode ser considerado da mesma forma que o PDLI em função de vários fatores, dentre os quais, cabe destacar, a limitação dos recursos disponíveis para a sua realização o que determinou a utilização de técnicas simplificadas, que ao mesmo tempo fossem de emprego rápido e objetivo. Outro fator a considerar, e que é decorrente do anterior, trata da reduzida equipe técnica e auxiliar encarregada da elaboração do

Plano. Mais uma dificuldade com que se defrontou a equipe constituiu na obtenção dos dados solicitados a variados órgãos, não por sua falta de interesse, mas por deficiência em suas próprias estruturas administrativas. (TERESINA, 1977a, p. 10).

Por cúmulo, nota-se que em função de vários determinantes, em sua grande maioria de ordem financeira, o I PET teve sua elaboração comprometida, o que, inevitavelmente, influenciou em sua qualidade. De toda forma, em um primeiro momento, como referido anteriormente, o I PET faz uma avaliação do PDLI, mediante uma análise crítica, tratando de cada um de seus tópicos de maneira específica, apontando falhas ou limitações pontuais.

No tópico *Estrutura urbana atual*, expõe-se novamnete a metodologia dos estudos, cujos objetivos apresentam como premissa avaliar o nível de atendimento das necessidades da população quanto ao espaço necessário para o bom funcionamento das atividades; e definir as localizações em função de suas dinâmicas espaciais e da estrutura de polarização/concentração/dispersão de atividades, visando a uma implantação mais correspondente quantos aos recursos e às necessidades da população, o produto final (mapa proposta do plano estrutural até 1985).

Para tentar solucionar os problemas identificados, elaborou-se um Plano de Ação, a segunda parte do segundo volume. Tal plano foi construído de acordo com o Orçamento Plurianual de Investimentos da PMT para o triênio 1977/1979, ou seja, “o Plano de Ação é a concretização das propostas elaboradas, à medida em que procura dentro dos recursos disponíveis, responder aos anseios da população de Teresina, quanto à solução dos problemas levantados” (TERESINA, 1977b, p. 13).

De toda forma, são propostos projetos e programas relacionados aos temas ou setores de agricultura (programa de abastecimento alimentar); comunicações (programas de comunicações postais e telecomunicações); segurança (programa de se segurança pública); educação e cultura (programas de ensino de 1º grau); energia (programa de energia elétrica); habitação e urbanismo (programas de urbanismo, serviço de utilidade pública e habitação); saúde e saneamento (programa de proteção ao meio ambiente, saneamento e saúde); transportes (programa de transportes urbanos).

Logo em seguida, o Plano de Ação do Plano Estrutural de Teresina estabelece um quadro de estratégias de prioridades dos projetos, em que são

mostrados os principais projetos do plano de ação, classificados em três categorias: abrangência (que diz respeito ao número de pessoas e à área atingida); urgência (que se refere à necessidade premente e inadiável); e viabilidade (que tange à disponibilidade de recursos humanos e financeiros).

O segundo volume do I PET traz um Projeto de Lei de uso e ocupação do solo, cujo Capítulo I trata das definições e dos objetivos da lei. Ei-los:

I – Assegurar a reserva dos espaços necessários destinados ao desenvolvimento das diferentes atividades urbanas, através do agrupamento de usos idênticos, análogos ou compatíveis entre si em locais adequados ao funcionamento de cada um, em particular, e de toso em conjunto; II – Impedir a existência de conflitos entre as áreas residenciais e outras áreas relativas às atividades sociais e/ou econômicas não compatíveis, permitindo o desenvolvimento racional do aglomerado urbano, assegurando a concentração e integração equilibrada de atividades e pessoas no território do Município, mediante controle do uso e do aproveitamento do solo; III – Estimular e orientar o desenvolvimento urbano. (TERESINA, 1977b, p. 73).

O Capítulo II trata do perímetro urbano da cidade, abordando a área urbana e a de expansão urbana. Assim, a área urbana para o Projeto de Lei de uso e ocupação do solo do I PET seria aquela que possui, pelo menos, dois de cinco elementos/equipamentos, a saber: meio-fio ou pavimentação, com ou sem canalização de águas pluviais; abastecimento de água; sistemas de esgoto sanitário; rede de iluminação pública, com ou sem posteamento, para distribuição domiciliar; ou, ainda, escola de 1º grau ou posto de saúde a uma distância máxima de três quilômetros (3 km) da área considerada.

Outros aspectos de que trata o Projeto de Lei de uso e ocupação do solo do I PET dizem respeito ao Parcelamento do solo (Capítulo III); às Vias de comunicação (Capítulo IV); à Denominação dos logradouros e numeração dos prédios (Capítulo V); à Renovação Urbanística (Capítulo VI); e ao Uso e ocupação do solo (Capítulo VII).

O Projeto de Lei de uso e ocupação do solo do I PET traz como um de seus anexos a relação entre as zonas e os seus usos, sendo estes classificados em três categorias: adequado (o uso que se adequando às características para uma zona, seja nele permitido e incentivado); tolerado (o uso que embora se afaste das características estabelecidas para a zona, não seja conflitante com o uso estabelecido como adequado); e inadequado (o uso, ocupação ou

aproveitamento do lote que seja conflitante em relação às características estabelecidas para a zona).

2.2.3 Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Teresina (PDDU)

O terceiro plano urbano da cidade de Teresina, o PDDU, teve sua elaboração iniciada no ano de 1983, pela Fundação Joaquim Nabuco, de Recife, e pelo Instituto Nacional de Administração para o Desenvolvimento. Os estudos realizados no desenvolvimento do PDDU, juntamente com o Seminário Planejando Teresina, ocorrido em 1987, serviram de base para a elaboração do plano urbano seguinte da cidade de Teresina, o II PET, que será analisado adiante. Uma curiosidade interessante é que esse foi o primeiro plano urbano da cidade que utilizou a terminologia “plano diretor” em sua nomenclatura (esse termo só foi novamente utilizado na nomeação de um plano urbano da cidade no último plano elaborado, em 2006).

Enfim, o importante é que o PDDU foi um plano que não foi concluído e, conseqüentemente, também não foi posto em prática (embora essa discussão não seja objeto deste estudo). Basicamente, deveriam ter sido produzidos quatro relatórios, a saber: 1 - alternativas de desenvolvimento; 2 - formulação de políticas e estratégias; 3 - consolidação das políticas e estratégias; e 4 - consolidação do PDDU.

Um ponto a salientar no PDDU é a consideração da cidade de Timon no planejamento da cidade de Teresina, tendo em vista a dependência da população da cidade maranhense dos serviços e equipamentos urbanos da capital piauiense, além da localização das duas cidades, que se encontram conurbadas.

Na dimensão espacial, traz algumas ponderações sobre a história da cidade, sua construção e evolução, seu papel na rede urbana nordestina. Ademais, um levantamento do quadro natural da cidade, evidenciando algumas de suas características físico-geográficas.

Um aspecto interessante desse documento é que ele também lança considerações sobre esse enfoque (dimensão espacial) presente nos planos urbanos anteriores da cidade – o PDLI e o I PET. Em seguida, o tópico da dimensão espacial traz elementos relacionados aos conjuntos habitacionais da época, além dos demais usos do solo da cidade, que não são residenciais, além

dos equipamentos urbanos, da infraestrutura viária e de saneamento.

Com efeito, trata-se no PDDU dos temas do macrozoneamento, do sistema viário básico e de transportes, da distribuição espacial dos empregos e da distribuição espacial da população, sendo propostas diretrizes e medidas de curto, médio e longo prazos a serem estabelecidas, propondo programas de ação imediata a serem efetivados no que tange, novamente, ao sistema viário básico e aos transportes, à distribuição espacial de empregos e à distribuição espacial da população.

O documento elenca, ainda, ações recomendadas para a criação de projetos e programas destinados à implantação de agroindústrias, à comercialização de alimentos na cidade, à criação de um distrito agrícola, de uma escola agroprofissional, de um curso de administração e de manejo de unidades produtivas agrícolas etc.

O PDDU trata de políticas e estratégias destinadas a três setores, em especial: a geração de empregos; a questão habitacional na cidade; e as políticas de gestão, entendendo que o desenvolvimento desdes três aspectos é fundamental para a cidade.

Em relação à geração de empregos,

[...] urge estabelecer uma política de ampliação de mercado de trabalho, visando à incorporação de amplas parcelas da população do Aglomerado Teresina/Timon ao processo produtivo. [...] Por outro lado, é de suma importância garantir que os efeitos multiplicadores das atividades mais significativas, localizadas dentro do Aglomerado, repercutam na economia local, sendo, para tanto, necessário traçar diretrizes sobre tipos de atividades a implantar e sobre forma como devem se processar. (TERESINA, 1983b, p. 113).

Diante disso, são propostas políticas específicas para os setores primário, secundário e terciário, além de programas de ações imediatas para os três setores, indo desde a capacitação da mão de obra, à dinamização de algumas atividades, geração de tecnologias adequadas, bem como investimentos e incentivos para os três setores.

Em relação à questão habitacional, foi dividida em três subtópicos: a habitação, propriamente dita; os equipamentos e serviços urbanos; e a infraestrutura. Assim, sugerem-se medidas estratégicas e ações imediatas tratando de alguns aspectos específicos dessas temáticas.

No que diz respeito à política de gestão, concebem-se medidas que tratam da questão fundiária e da implementação das demais políticas. O PDDU trata, ainda, da modernização administrativa e gestão municipal.

2.2.4 II PET

Nota-se que os planos urbanos elaborados para Teresina – PDLI (1969), I PET (1977) e PDDU (1983) – foram construídos de maneiras diversas, ou seja, pela empresa baiana COPLAN, no caso do PDLI; pelo IPAM, composta por uma equipe de Brasília, no caso da elaboração do I PET; e pela Fundação Joaquim Nabuco e pelo Instituto Nacional de Administração para o Desenvolvimento, para a elaboração do PDDU.

O II PET foi elaborado durante a gestão do prefeito municipal Raimundo Wall Ferraz, no período de 1986 a 1989, tendo como Secretário Municipal de Planejamento Antônio César Cruz, e Secretário Municipal de Habitação e Urbanismo, José Maria de Carvalho Freitas.

Villaça (1999) mostra que a partir do fim dos anos 1980, os Planos Diretores no Brasil entram em uma fase de maior politização, transformando-se em leis ou projetos de leis propriamente ditas, deixando um pouco de lado os grandes e extensos estudos e diagnósticos que eram feitos em décadas anteriores no País.

Corroborando esse pensamento, o II PET é composto por um conjunto de leis que visam a nortear o desenvolvimento urbano da cidade de Teresina em suas diversas dimensões. Assim, a Lei nº 1932, de 16 de agosto de 1988, institui o II PET, como um “[...] instrumento normativo e orientador dos processos de transformação urbana, nos seus aspectos político-sociais, físico-ambientais e administrativos” (TERESINA, 1988).

Enquanto instrumento “orientador dos processos de transformação urbana”, o II PET busca realizar essa tarefa traçando objetivos de natureza política (Art. 4º), social (Art. 5º), econômica (Art. 6º), físico-ambiental (Art. 7º) e administrativa (Art. 8º).

Além disso, segundo o seu Art. 9º,

os objetivos do Plano Estrutural serão alcançados mediante obras, serviços ou normas que obedeçam às seguintes diretrizes político-administrativas, de participação comunitária, de habitação, de

educação, de serviços de saúde, de serviços sociais de lazer e áreas verdes, de transportes urbanos, de uso e ocupação de solo urbano, do patrimônio ambiental, do sistema viário e de sistemas urbanos. (TERESINA, 1988).

Dessa forma, o plano elege objetivos e, em seguida, aponta diretrizes para que eles se cumpram. Um ponto relevante a levantar sobre o II PET é que, acompanhando o processo de redemocratização que o País vivia à época, defende a bandeira de maior processo participativo nas tomadas de decisões, ou seja, de uma gestão (e de um planejamento) mais democrática.

Isso fica patente nos objetivos políticos presentes no Art. 4º, inciso I: “A participação do cidadão nas decisões relativas à prestação de serviços públicos, organização do espaço e qualidade do meio ambiente urbano”; e no inciso II – “A desconcentração do poder político e a descentralização do serviço público”, além nas diretrizes que tratam da Participação Comunitária (Art. 11º), onde se prega no inciso I a participação da comunidade no Conselho de Desenvolvimento Urbano.

Assim, a Lei nº 1933, que delimita o perímetro da zona urbana de Teresina, já o faz pensando em um prognóstico para o futuro da cidade, levando em consideração em consideração em seu Art. 1º as.

expectativas de assentamento urbano até o ano 2000, objetivando assegurar melhores condições de habitabilidade e conforto para a população [...], a otimização e economia dos serviços públicos de infraestrutura urbana, proporcionando crescimento urbano racional. (TERESINA, 1988).

Outrossim, a lei divide o território de Teresina em área urbana, área de expansão urbana e área rural. Um ponto interessante a se destacar é o que o Plano considera “área urbana”. Assim, área urbana para o II PET seria aquela que possui pelo menos dois de cinco elementos/equipamentos, a saber: meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais; abastecimento de água; sistemas de esgotos sanitários; rede de iluminação pública, com ou sem posteamento, para distribuição domiciliar; ou ainda, escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de três quilômetros (3 km) do imóvel considerado.

A Lei nº 1934 é um pouco mais específica que a anterior, delimitando o perímetro dos bairros de Teresina, enquanto a Lei nº 1935 determina os perímetros dos setores urbanos de Teresina, que podem ser definidos como “unidades de

microrreferência para fins de planejamento urbano e serviços de administração municipal” (art. 3º). Essas três últimas Leis (1933, 1934 e 1935) trazem como anexos o mapa do perímetro da zona urbana de Teresina, o mapa do perímetro dos bairros de Teresina e o mapa da cidade de Teresina, com divisão em setores urbanos, respectivamente.

A Lei nº 1936 define as diretrizes para a ocupação do solo urbano, tendo como objetivos, segundo seu Art. 1º:

- I – Orientar a ocupação do solo quanto ao adensamento, estruturação e desempenho das funções urbanas;
- II – Melhorar as condições de conforto ambiental, garantindo um nível de adequado de bem-estar à população;
- III – Garantir um padrão estético harmonioso e equilibrado ao desenho urbano da cidade. (TERESINA, 1998).

Assimila-se, pois, que a ocupação do solo urbano da cidade deveria seguir três norteamentos básicos: a questão da funcionalidade do espaço, aproveitando da melhor forma e otimizando a estruturação e o adensamento; o conforto ambiental dessa ocupação, já inserindo a temática do meio ambiente no debate do espaço urbano, que só seria consolidado em anos posteriores; e o aspecto estético, ligado à harmonia das formas da cidade, herança do urbanismo.

A Lei nº 1937 define as diretrizes para o uso do solo urbano da cidade, ou seja, trata do zoneamento de Teresina. Em seu Capítulo I, Art. 1º, a lei expõe os objetivos do zoneamento proposto:

- I - Orientar a utilização do solo quanto ao uso, quanto à disposição da população e quanto ao desempenho das funções urbanas;
- II - Promover uma estruturação urbana, visando melhorar a distribuição e a articulação dos polos de dinamização; e
- III - Preservar os elementos naturais da paisagem urbana e os sítios de valor histórico e cultural. (TERESINA, 1998).

Denota-se que a proposta de zoneamento visa a orientar o uso que a população faz de cada área da cidade, determinando funções para elas. Tem como uma de suas diretrizes a otimização da vida econômica da cidade, buscando articular e dar infraestrutura aos espaços, proporcionado o apoio necessário ao crescimento da economia teresinense.

Assim como a Lei da ocupação do solo, a Lei do zoneamento também já faz referência à questão da defesa do meio ambiente (elementos naturais da

paisagem) que se cristalizaria nos debates da organização do espaço das cidades em momento posterior. Contudo, a Lei do uso do solo vai um pouco além que a da ocupação do solo, defendendo a preservação de sítios de valor histórico e cultural.

Por fim, a lei traz como anexo um *Quadro de usos permitidos por zona*, relacionando os dois aspectos mencionados há pouco (zonas e usos e atividades). Cabe lembrar que, segundo o Art. 23º dessa mesma Lei, São admitidos usos mistos, desde que se trate de usos e atividades permitidos em cada zona, de acordo com o que dispõe essa lei.

O II PET também versa sobre a questão da organização do espaço urbano de Teresina, mas trata mais especificamente da reorganização de áreas já construídas ou incorporadas ao espaço urbano da cidade.

A Lei nº 1939, que cria zonas de preservação ambiental e institui normas de proteção dos bens de valor cultural, também aborda o uso do solo urbano, assim como a Lei 1937, porém sob uma utilização ou aspecto específico, que é o zoneamento de áreas de preservação ambiental. Dessa maneira, segundo seu Art. 3º, serão observadas nas zonas de preservação ambiental as condições de preservação, reconstituição e renovação das edificações, e, também, a revitalização de usos e espaços físicos de recreação e lazer, de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Por sua vez, a Lei nº 1940 institui o Código Municipal de Posturas da Cidade. Se anteriormente, esse tipo de legislação tratava de praticamente todas as atribuições da gestão do poder público, com a especialização maior das leis, como o surgimento de leis específicas que tratam de zoneamento, parcelamento, delimitação de perímetro etc., os Código de Posturas, de forma geral, passam a ficar restritos aos demais aspectos de interesse local, principalmente aqueles referentes ao uso dos espaços públicos, à higiene e ao sossego público, bem como ao funcionamento de estabelecimentos.

Em 1993, o II PET sofreu uma revisão, atualizando itens referentes à ocupação do solo urbano e aos códigos de obras e edificações, visto que a cidade começou a se verticalizar, de modo que o crescimento populacional exigia uma readequação desse planejamento.

2.2.5 Plano de desenvolvimento sustentável – Teresina Agenda 2015

A partir da década de 1990, testemunha-se maior politização dos planos diretores no País, de forma geral, fruto de maior mobilização e organização popular (expressa, por exemplo, pelo Movimento Nacional pela Reforma Urbana), além do próprio contexto histórico-social em que o País estava inserido – de período de redemocratização depois de um longo tempo imerso em uma ditadura militar (VILLAÇA, 1999).

Isso levou inúmeras cidades no País a elaborarem seus planos diretores. No entanto, é a partir do início do século XXI que um grande movimento de produção de planos diretores ocorre no País, especialmente pela publicação, depois de aproximadamente uma década tramitando nas instâncias legislativas, da Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, o Estatuto da Cidade, que regulamenta os Arts. 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana.

Apenas lembrando, o Estatuto, em seu Art. 41, define os casos em que a elaboração do plano diretor é obrigatória, a saber: em cidades com mais de vinte mil habitantes, integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, onde o poder público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no 4º do Art. 182 da Constituição Federal, integrantes de áreas de especial interesse turístico e, ainda, aquelas inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional. Além disso, o estatuto estabelece prazo para que os municípios que estejam enquadrados nos pré-requisitos do Art. 41º elaborem e aprovem seus planos diretores. Assim, de acordo com o Art. 50º. Os Municípios que estejam enquadrados na obrigação prevista nos incisos I e II do **caput** do art. 41 desta Lei e que não tenham plano diretor aprovado na data de entrada em vigor desta Lei deverão aprová-lo até 30 de junho de 2008. ([Redação dada pela Lei nº 11.673, 2008](#)) (BRASIL, 2001).

É nesse contexto que inúmeras cidades no País são obrigadas a elaborar seus planos diretores, a exemplo de Teresina que, cumprindo uma obrigação legislativa, elabora, em 2001 e, posteriormente, aprova o seu plano diretor, já seguindo as exigências e incorporando os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, em 2006, ou seja, cinco anos após aprovação do estatuto, limite do prazo legal estabelecido. Dessa forma, o referido plano foi elaborado em 2001, mesmo ano de aprovação do Estatuto da Cidade, e já incluiu os princípios da política urbana federal regulamentada.

O processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável – Teresina Agenda 2015 tem como marco importante caracterizar o local. Assim foi a realização o I Congresso das Cidades, que teve como uma de suas metas divulgar a proposta de elaboração do Plano Diretor de Teresina.

Dentro da proposta de metodologia estabelecida para a elaboração do Agenda 2015, foram criados grupos temáticos e grupos consultivos. Aqueles tinham a função de realizar o diagnóstico, projetar cenários, apresentar propostas, e era integrado por especialistas com estudos reconhecidos em suas respectivas áreas de atuação profissional. Já os grupos consultivos tinham a função de coordenar e acompanhar os grupos temáticos, discutir e aprovar os documentos produzidos, que seriam levados para validação final pelo Conselho Estratégico.

Dessa maneira, assim como II PET, o último plano diretor elaborado para a cidade até então, mais de uma década antes, Agenda 2015, é composto de 11 leis, a saber: a Lei nº 3.558, que reinstalou o Plano Diretor de Teresina, denominado Plano de Desenvolvimento Sustentável – Teresina Agenda 2015, e dá outras providências; a Lei nº 3.559, que delimita o perímetro da zona urbana de Teresina e dá outras providências; a Lei Complementar nº 3.560, que define as diretrizes para o uso do solo urbano do município e dá outras providências; a Lei Complementar nº 3.561, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano do Município de Teresina e dá outras providências; a Lei Complementar nº 3.562, que define as diretrizes para a ocupação do solo urbano e dá outras providências; a Lei Complementar nº 3.563, que cria zonas de preservação ambiental, institui normas de proteção de bens de valor cultural e dá outras providências; a Lei nº 3.564, que dispõe sobre o direito de preempção e dá outras providências; a Lei nº 3.565, que dispõe sobre o Estudo Prévio do Impacto de Vizinhança (EPIV) e dá outras providências (todas essas do dia de 20 de outubro de 2006); a Lei nº 3.600, de 22 de dezembro de 2006, que cria a Agência Municipal de Regulação de Serviços Públicos de Teresina (ARSETE), dispõe sobre a sua organização e seu funcionamento, e dá outras providências; a Lei nº 3.602, de 27 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a preservação e o tombamento do Patrimônio Cultural do Município de Teresina e dá outras providências; e por fim, a Lei Complementar nº 3.610, de 11 de janeiro de 2007, que dá nova redação ao Código Municipal de Posturas e dá outras providências.

De maneira semelhante ao II PET, a Agenda 2015 em seu Art. 2º “fixa

objetivos políticos, administrativos, econômicos, sociais e físico-ambientais que devem orientar o desenvolvimento sustentável do município” (TERESINA, 2002, p. 2).

No que tange aos objetivos políticos, o Art. 3º é particularmente interessante, e seus incisos estão expostos a seguir:

- I - A participação do cidadão nas decisões relativas à prestação de serviços públicos, organização do espaço e qualidade do ambiente urbano;
- II - A transparência da ação do governo e a ampliação do acesso à informação;
- III - A desconcentração do poder político e a descentralização dos serviços públicos;
- IV - A melhoria da qualidade de vida da população e a redução das desigualdades sociais;
- V - O estímulo ao exercício da cidadania e solidariedade entre os cidadãos;
- VI - O apoio e incentivo ao processo de organização comunitária. (TERESINA, 2006).

Observa-se que esse artigo, em harmonia com o contexto histórico-político que o País atravessa, defende a ideia de maior descentralização do poder, estimulando a participação popular e organização comunitária, principalmente nos incisos I, III e VI. Outro ponto importante é o inciso II, que trata da transparência e do acesso à informação, aspecto fundamental a toda gestão que se proponha a ser democrática, contando com a participação da população.

Assim como no II PET, são traçadas diretrizes para que os objetivos do Agenda 2015 sejam alcançados. Contudo, tais diretrizes são bem mais abrangentes do que as presentes no último plano da cidade. Em consonância com o seu Art. 8º,

os objetivos do Plano Diretor devem ser alcançados mediante obras, serviços e normas que obedeçam a diretrizes relativas: ao desenvolvimento econômico, à consolidação do polo de saúde, ao desenvolvimento rural, à geração de trabalho e renda, ao meio ambiente, ao saneamento, ao uso e ocupação do solo urbano, ao sistema de circulação e transporte, à revitalização do centro urbano, à habitação, à assistência social, aos serviços de saúde, à educação, às atividades culturais e às atividades de esporte e lazer. (TERESINA, 2006).

Outro aspecto meritório da lei é o incentivo ao exercício do planejamento urbano na cidade, propondo em seu inciso V, Art. 15 criar por exemplo, “o Instituto

de Planejamento Urbano, órgão específico de coordenação e integração das ações espaciais e de outras decorrentes do plano diretor Teresina Agenda 2015 e das ações rotineiras das superintendências e do gerenciamento da preservação ambiental e cultural” (TERESINA, 2002, p. 7).

Assim como no II PET, a lei que delimita o perímetro urbano da cidade não é pura e simplesmente uma definição neutra e sem intencionalidade. Ela objetiva definir esse limite do desenho da cidade, mas com o pensamento de propiciar melhores condições de qualidade de vida, conforto ambiental, além de pensar na otimização das atividades econômicas e em um aproveitamento mais acurado de uso do solo.

Assim, diante do exposto, assimila-se que a elaboração dos planos urbanos de Teresina seguiu, aproximadamente, uma tendência que vinha ocorrendo no Brasil como um todo. Esses documentos, à medida que foram surgindo, refletiram as características dos planos que vinham sendo elaborados no resto do País, no mesmo contexto temporal.

Desde o PDLI, elaborado em 1969, um exemplar dos chamados “superplanos” – seguindo uma orientação do SERFHAU –, que promoveu e financiou a elaboração de extensos planos em diversas cidades no País, com longos diagnósticos realizados e simbolizando a ideologia cientificista da época, até o Agenda 2015, elaborada em 2001 e reinstituída em 2006, já em um período histórico onde os planos estão mais politizados e com maior participação popular em seus processos de elaboração, seguindo as diretrizes do Estatuto da Cidade.

2.2.6 Plano de desenvolvimento sustentável – Teresina Agenda 2030

A construção de agenda de compromissos surge emanada em contexto desafiador quanto ao desenvolvimento sustentável, em que a crise global por recursos naturais transcende os aspectos econômicos e financeiros, e resulta no esgotamento e nas fragilidades do atual modelo de desenvolvimento urbano.

Dessa forma, sua solução não se esgota em medidas financeiras de curto e médio prazo, requerendo mudanças de paradigma nas relações humanas e com o planeta, nos padrões de produção, consumo e governança, mediante participação efetiva de toda a sociedade, entendendo a atual crise vivenciada pelo crescimento urbano desordenado como uma oportunidade para promover mudanças, com

correções conceituais de elaboração de planejamentos e de gestão pública.

Para tanto, faz-se necessária e urgente a adoção de um planejamento a longo prazo que possa ter metas claras e objetivas a serem cumpridas, este deve, pois, ser um programa que envolva tanto governos quanto empresas e organizações da sociedade civil, como estratégia de superação do imediatismo dos planos passados.

O Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU), é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, a fim de fortalecer a paz universal. O plano indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e 169 metas para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta. Trata-se de objetivos e metas claras para que todos os países adotem de acordo com suas próprias prioridades e atuem com o espírito de uma parceria global que oriente as escolhas necessárias para melhorar a vida das pessoas, agora e no futuro.

Nesse contexto de mudanças ocasionadas, sobretudo, pelo desenvolvimento sustentável, em 2012, a prefeitura de Teresina iniciou a construção do Agenda 2030, que foi lançado no ano de 2015 e tem até o ano de 2030 para alcançar metas e objetivos propostos para a cidade.

Essa agenda representa um esforço conjunto, embora não seja um produto acabado, representa uma carta de compromisso elaborada para tentar resolver problemas diversos, propondo discussões sobre temas relacionados à cidade e à produção de um espaço urbano justo, equilibrado e socialmente sustentável. Nesse sentido, o Agenda Teresina 2030, em grandes linhas, une os objetivos de manter as conquistas do Agenda 2015 e seguir construindo uma cidade para as pessoas.

Foram realizadas 12 oficinas de trabalhos com a participação de, aproximadamente, 1.000 pessoas; foram consultados dirigentes de órgãos públicos que têm atividades no município; ouviram-se lideranças de organizações civis que sentem os problemas e enfrentam os desafios do cotidiano; técnicos e especialistas de fundações e universidades que estudam a realidade participaram ativamente, procurando soluções e apresentando propostas, de acordo com o Agenda 2030.

Para atingir o sonho coletivo de uma cidade voltada para as pessoas, a Agenda 2030 foi construída de forma participativa, buscando a justiça social, a eficiência econômica e o equilíbrio ambiental de forma apartidária, desvinculada de ideologia política, sem compromissos com credo religioso ou interesses de grupos econômicos e sociais. (TERESINA, 2015, p. 16).

Assim, o foco principal é a participação da população e dos diversos segmentos organizados da sociedade. Isso posto, esse novo direcionamento foi referência para os demais planos que fossem elaborados pela prefeitura. Para essa elaboração, foram desenvolvidas oito etapas: a primeira constou dos aspectos formais de criação e definição da estrutura operacional de suporte; a segunda etapa constituiu-se de um diagnóstico das mudanças ocorridas nos mais variados aspectos – sociais, econômicos, culturais –, assim como das transformações ocorridas no desenho urbano e na infraestrutura, nos últimos dez anos, daí porque foi gerado o documento *Teresina 2000 a 2010: diagnóstico, avanços e desafios*; a terceira etapa realizou uma consulta aberta à população, com o auxílio da internet, por meio do qual a população pôde oferecer suas contribuições, por meio do site *Pensar Mais Teresina*; a quarta etapa compreendeu o período de agosto/2013 a outubro/2013, e se propôs a ouvir diretamente a sociedade, tendo em vista suas conquistas, seus sonhos, suas reclamações e suas preocupações; a quinta etapa foi destinada à consulta de lideranças e dirigentes de instituições não governamentais da sociedade civil organizada; a sexta etapa envolveu os atores que participam ativamente da vida da cidade, quando foram ouvidos gestores públicos que dirigem ou influenciam a gestão governamental nos âmbitos municipal, estadual e federal – aliás, esse segmento, formado por órgãos governamentais, possibilitou conhecer a visão que esses agentes têm da cidade de Teresina, dentro de suas áreas de atuação pública e profissional; a sétima etapa foi dedicada à análise de documentos, estudos, planos e projetos existentes nos acervos de órgão públicos, atividade entregue à equipe técnica constituída, bem como a realização de dois *workshops* envolvendo os temas mais críticos; a oitava etapa corresponde à validação do Agenda 2030, com base na II Conferência da Cidade e na participação da sociedade para a aprovação das Diretrizes e Ações previstas no Agenda 2030 e na instalação do Comitê Consultivo do Agenda 2030.

Diferente do Agenda 2015 e de outros documentos de planejamento urbano da cidade de Teresina, o Agenda 2030 não era formado por leis, e sua elaboração levou em conta a análise por eixos temáticos, divididos em cinco: “1. Eixo Cidade Sustentável; 2. Eixo Cidade de Oportunidades; 3. Eixo Cidade de Direitos; 4. Eixo Cidade Criativa; 5. Eixo Governança Eficiente” (TERESINA, 2015, p. 27).

O Agenda 2030 estrutura-se em cinco capítulos: o I desenvolve um análise

da cidade que somos; o II tem como tema *Ouvindo quem tem a dizer*, em que a prefeitura inicia uma nova etapa de elaboração dos planos municipais, ouvindo a sociedade e o que ela tem a dizer; o III desenvolve os eixos e as metas para os próximos 15 anos; o IV traz uma seção voltada a programas especiais necessários à cidade de Teresina; e o V capítulo traz um panorama, ou seja, um levantamento dos grandes desafios a serem trabalhados e alcançados para que se consiga uma Teresina presente no sonho dessa realização, a cidade desejada.

3 ANÁLISE DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DO PPA 2018-2021 DA CIDADE DE TERESINA

Neste capítulo, discutem-se os resultados da pesquisa de campo atrelada ao objeto de estudo, que tem como base a análise da participação popular na elaboração do PPA 2018-2021, revelando como foi proposta essa participação, se foi realmente participativa, levando em conta os desejos e anseios da população; se houve organização, a fim de perscrutar se ela foi capaz de chegar a todos os envolvidos no evento *Teresina Participativa*.

O evento aconteceu entre os dias 26 e 28 de abril de 2017, para cuja participação os interessados seriam previamente cadastrados em um site. A Prefeitura de Teresina possui quatro áreas administrativas, e a centralização de um evento tão importante em uma só região acaba por não propiciar a participação, embora o aplicativo *Colab.re* tenha ficado disponível por 32 dias.

Dessa forma, pode-se inferir que nem todos têm acesso à internet ou aqueles que mais precisam das políticas públicas talvez nem de celular disponham. Essa crítica inicial deve ser cuidadosamente investigada a fim de propor um planejamento realmente participativo, que não exclua os que historicamente são excluídos.

3.1 Caracterização da pesquisa: o início da caminhada participativa

O processo de construção e participação popular na elaboração do PPA 2018-2021, referendado à luz dos eixos da Agenda 2030, resultantes de observações diretas em reuniões, palestras, seminários, mediante aplicação de entrevistas gravadas com três técnicos da SEMPLAN, e questionários a três representantes da sociedade civil pública e três representantes da sociedade civil pública organizada. Desse modo, a análise dos informantes será apresentada a partir de tabelas e discussões que servirão para ilustrar os dados obtidos.

Visando a manter preservada a identidade dos sujeitos da pesquisa, adotaram-se os seguintes códigos, seguidos do número correspondente ao sujeito entrevistado: **T** para técnicos municipais; **P** para representantes sociedade civil pública; e **O** para representantes de sociedade civil organizada.

A organização dos dados ocorreu por meio de uma análise criteriosa das informações obtidas, tendo por prerrogativa tentar responder aos objetivos propostos e iniciar um debate que não chegará ao fim com essa discussão, uma vez que as formas de participação popular, mesmo que ancoradas na legislação atual do Estatuto das Cidades, tendem a sofrer mudanças ao longo do tempo.

A representatividade no processo de elaboração do planejamento urbano deu-se por categorias, ilustradas na Tabela 1, a seguir, de acordo com a opção que os participantes escolheram no momento da inscrição – realizada de forma presencial ou pelo site <teresinaparticipativa.com.br> – cujo número total de inscritos foi de 393 pessoas, em um universo de 197 do sexo masculino e 196 do feminino.

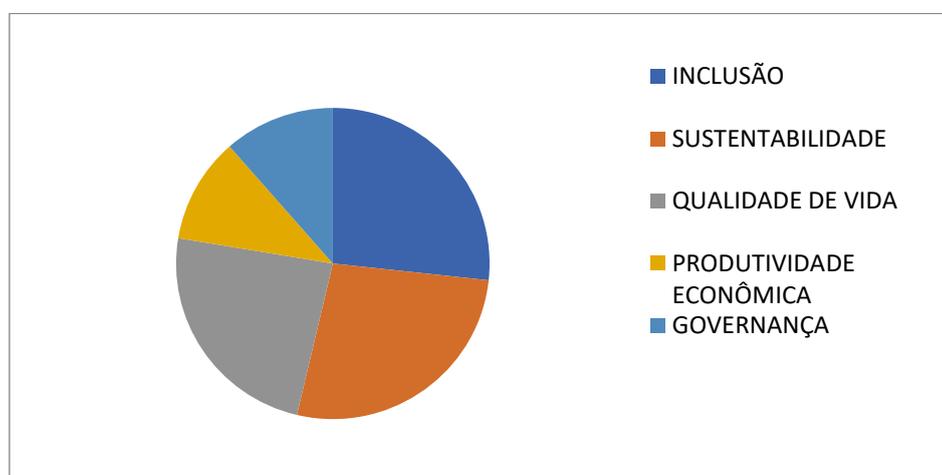
Assim, a categoria mais solicitada foi *sustentabilidade*, seguida de *inclusão social*; por outro lado, a menos procurada pelos participantes foi o eixo *governança*, mais voltado para a administração pública.

Tabela 1 – Participação na elaboração do PPA 2018-2021, por eixos

Categoria	Sustentabilidade	Inclusão	Qualidade de vida	Produtividade econômica	Governança
Sociedade civil pública	35	22	21	12	7
Sociedade civil organizada	25	36	23	12	8
Técnicos municipais	46	47	50	19	30
TOTAL	106	105	94	43	45

Fonte: elaborado pelo autor, de acordo com inscrições realizadas no Site <teresinaparticipativa.com.br>

Gráfico 1 – Participação, por eixo



Fonte: elaborado pelo autor, de acordo com inscrições realizadas no Site <teresinaparticipativa.com.br>

Por ser uma cidade muito carente de serviços básicos, com problemas desde a fraca cobertura de saneamento básico à grande quantidade de favelas em Teresina, isso faz com que a população sempre demande mais por obras de melhoria urbana, o que se reflete nas inscrições e nas participações desse evento.

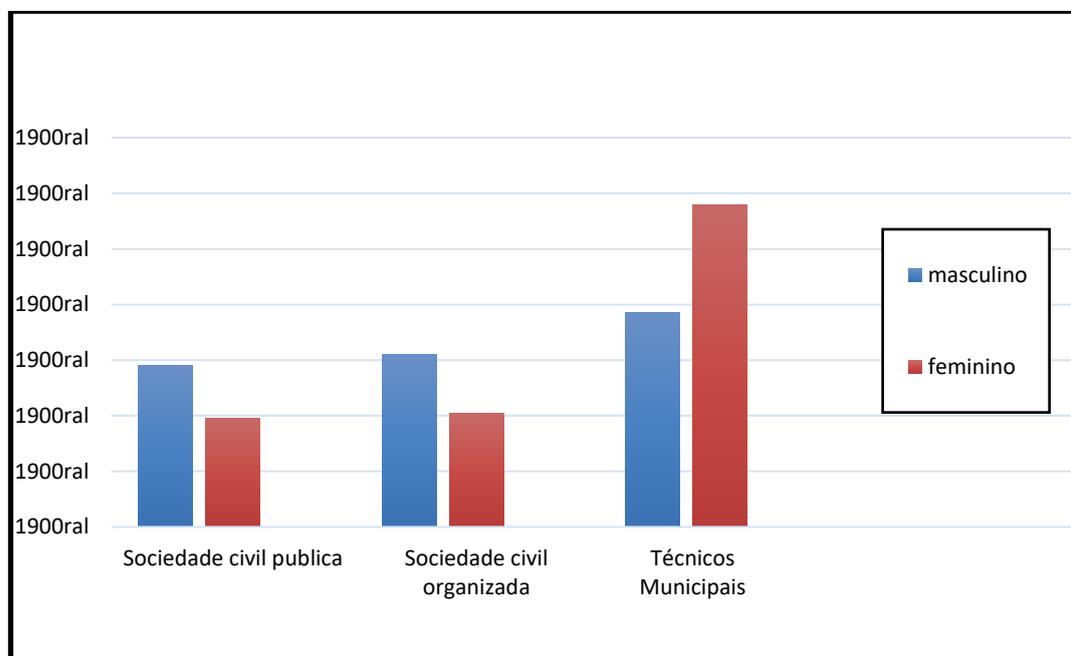
Esta pesquisa também buscou selecionar e mostrar como foi a participação, por gênero, na elaboração do planejamento urbano do município de Teresina, cujos resultados estão dispostos na Tabela 2, abaixo, desvelando um parâmetro como é composto esse universo.

Tabela 2 – Participação no PPA (2018-2021), por gênero

Categoria	Masculino	Feminino
Sociedade Civil Pública	58	39
Sociedade Civil Organizada	62	41
Técnicos Municipais	77	116
TOTAL	197	196

Fonte: elaborado pelo autor, de acordo com inscrições realizadas no Site <teresinaparticipativa.com.br>

Gráfico 2 – Participação na elaboração do PPA 2018-2021



Fonte: elaborado pelo autor, de acordo com inscrições realizadas no Site <teresinaparticipativa.com.br>

Embora esse evento apresente um número próximo da igualdade em relação à participação por gênero, a cidade de Teresina apresenta, segundo dados do

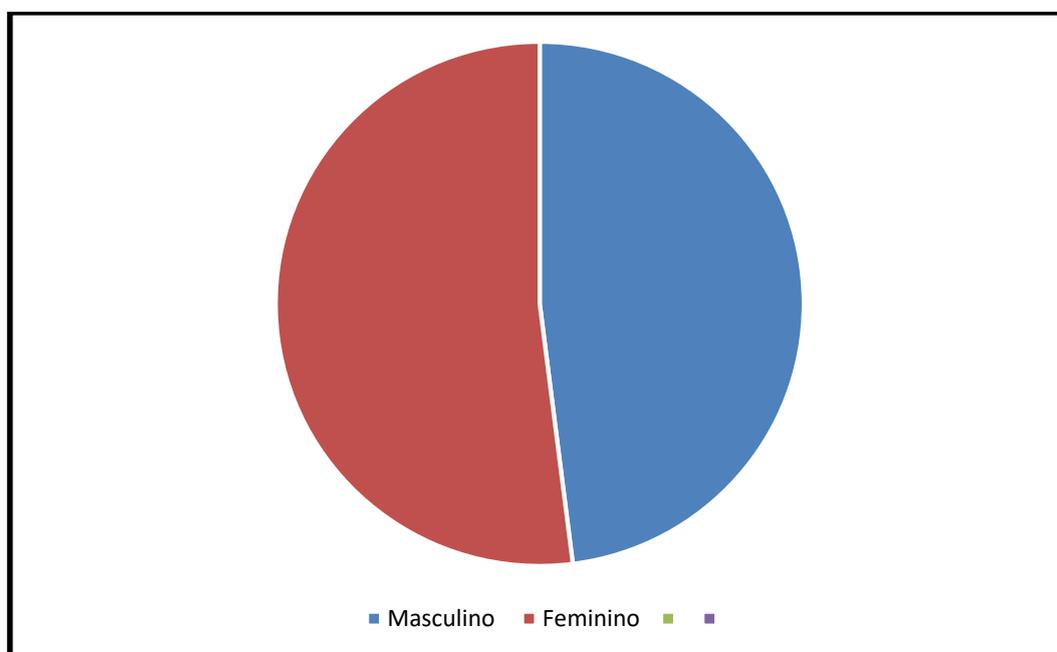
IBGE, no Censo de 2010, uma população de 814.230 pessoas, sendo 48% do sexo masculino e 52%, do feminino. Já a projeção para 2020, segundo dados do IBGE, coloca a cidade de Teresina com uma população estimada de 868.075 pessoas, representando um crescimento de 6,6% em relação ao último Censo demográfico realizado no ano de 2010.

Tabela 3 – População do município de Teresina, por gênero (2010)

PERÍODO	POPULAÇÃO TOTAL	MULHERES		HOMENS	
		Quant	%	Quant	%
2010	814.230	423.400	52%	390.830	48%

Fonte: **IBGE** (2010).

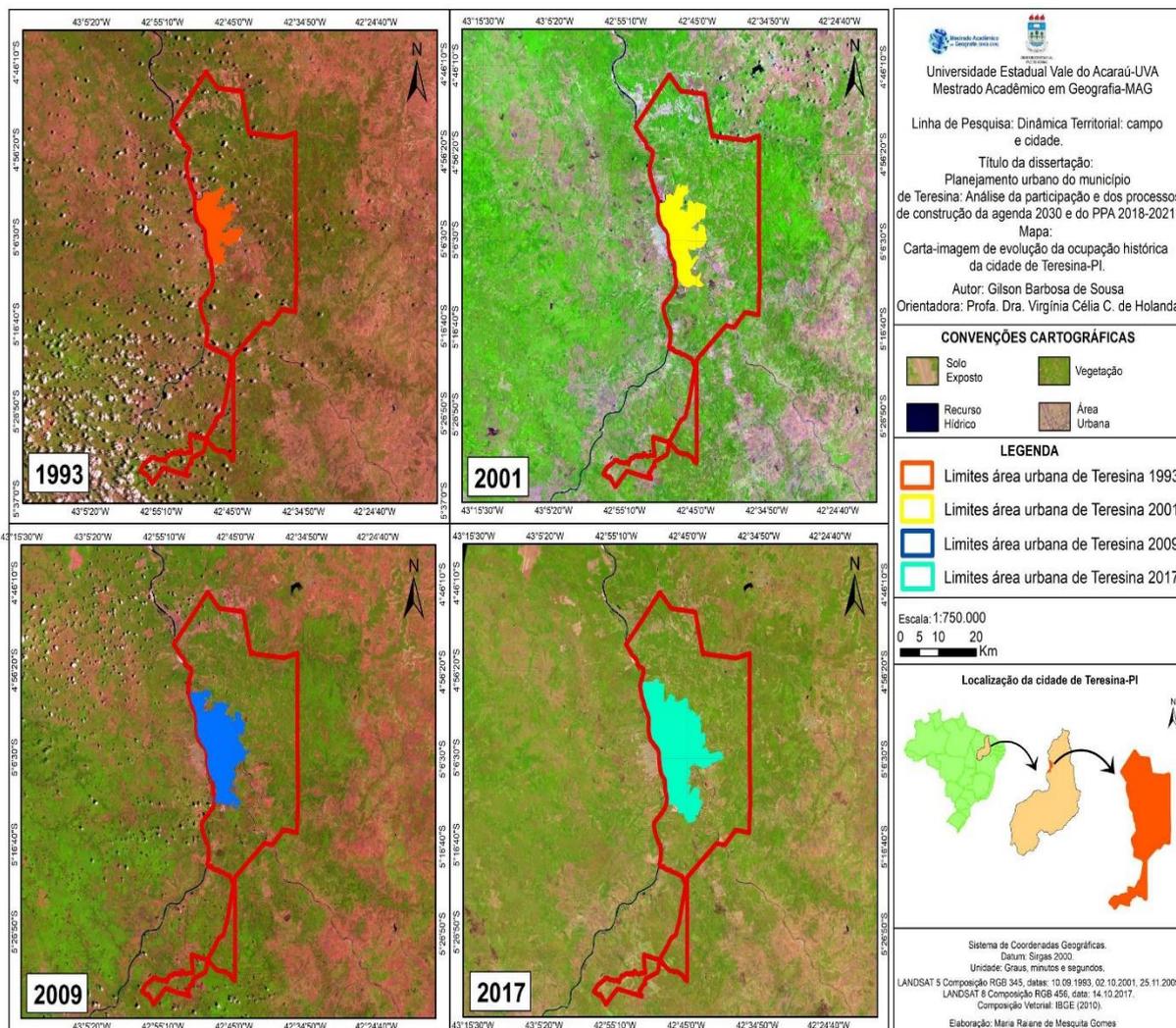
Gráfico 3 – População do município de Teresina, por gênero (2010)



Fonte: **IBGE** (2010).

Quanto ao percentual da população residente nas áreas urbanas e rurais, Teresina apresenta 94,27% da população residindo na área urbana e apenas 5,73% nas áreas rurais. Essa crescente inversão de pessoas advindas das zonas rurais contribuiu para que o município de Teresina adotasse uma postura no sentido de elaborar um planejamento capaz de engendrar uma cidade mais adensada e menos dispersa, pois nos últimos anos, a ocupação de seu território provocou grandes desafios para o planejamento urbano. A figura, a seguir, ilustra a evolução urbana dos últimos anos da cidade de Teresina (PI).

Figura 3 – Evolução da mancha urbana de Teresina (1993-2017)



Fonte: elaborado pelo autor, com base em dados do IBGE (2010).

Pela figura, percebe-se um crescimento de forma espreada, com reflexos negativos sobre toda a cidade, a exemplo de: mudanças no aumento do tempo de viagens no transporte público; aumento nas despesas com o lixo urbano. Ademais, a necessidade de implantação de novos equipamentos públicos, tais como: rede de ensino; educação; assistência social; esporte e espaços de lazer; investimentos em infraestrutura urbana, com pavimentação, abastecimento de água.

3.2 Planejamento governamental, proposta de governo e o PPA

Refletir sobre planejamento governamental, proposta de governo e PPA, implica ir além das definições mais simples, já que as principais inconsistências que dificultam a qualificação do PPA como instrumento efetivo de planejamento urbano

dão-se justamente pela dificuldade de repassar aos cidadãos que integração, plano, orçamento e gestão são um direito, e que sua participação reflete a relação política e técnica que tem por objetivo revelar as razões e os motivos que levam o plano de governo a influenciar a construção do plano plurianual.

O planejamento governamental tem sua relação associada ao Estado e à sociedade civil, garantindo o direito à cidade, zelando pelas leis vigentes e resguardando a gestão pública. Já o plano de governo tem seus preceitos baseados no desejo da gestão e na filosofia partidária, preocupando-se mais com a avaliação dos trabalhos executados e transformando a realidade local, tentando impor uma forma de produzir a cidade.

Há diversas questões que se colocam em torno das potencialidades e dos limites que o planejamento governamental pode desvendar, uma delas é justamente o detalhamento dos diagnósticos socioeconômicos que, muitas vezes, embora não seja regra, potencializam apenas as experiências positivas, manipulando indicadores ou simplesmente direcionando a construção de uma cidade imaginável.

As possibilidades para a construção de um PPA dotado de maior capacidade para a construção de processos de planejamento participativos, dominam o debate sobre a importância do planejamento governamental e do plano de governo no direcionamento dos rumos da política urbana.

Isso posto, cabe trazer para o debate a necessidade de elaborar um planejamento que possa oportunizar os desejos e anseios da população, cujo processo não seja conduzido nem só pela técnica nem só pela política, embora o planejamento corresponda a um ato político que envolve muitas instâncias. Porém, sua criação deve ter como objetivo central a criação de uma cidade justa, igualitária e acessível, porquanto políticas passam, planos de governos são substituídos e se não for construído com base em um plano de gestão, corre o risco de ser desmontado com trocas de gestão.

A cidade é um objeto em constante construção, e nesse sentido, deve-se discutir o planejamento governamental de forma exaustiva com a sociedade civil, focando no desenvolvimento contínuo e permanente, sem ter de ser atrelado a mandatos e/ou desejos governamentais, de modo que a ênfase seja um planejamento pautado na construção coletiva.

Nesse entendimento, Buarque (199, p. 70) aduz que

De um modo geral, o planejamento governamental é o processo de construção de um projeto coletivo capaz de implementar as transformações necessárias na realidade que leve ao futuro desejados. Portanto, tem uma forte conotação política. E no que se refere ao desenvolvimento local e municipal, o planejamento é um instrumento para a construção de uma proposta convergentes dos atores e dos agentes que organiza as ações e perspectivas do desenvolvimento sustentável.

Para o referido autor, o planejamento deve ser uma construção coletiva por que liberta a sociedade das limitações impostas pelas decisões monocráticas de uma gestão. Coadunando Buarque (1999), o planejamento governamental envolve decisões e escolhas voltadas a uma dimensão técnica, portanto

os objetivos e interesses sociais são muito diferenciados e, muitas vezes, conflitantes na sociedade, as decisões tomadas no processo de planejamento resultam de uma disputa política dos atores, cada um procurando influência no projeto coletivo com suas próprias expectativas em relação ao futuro e com os meios e instrumentos de poder.

Partindo desse pensamento, concebe-se que o planejamento governamental reproduz determinada estrutura de organização da sociedade, manifestada pela vontade dominante que confronta e articula os interesses e as alternativas para a sociedade. A partir dessa premissa, é possível compreender as motivações que levam grupos a defenderem o que se entende por *planejamento governamental*, remetendo, então, à racionalidade dos interesses.

3.3 PPA 2018-2021 da cidade de Teresina: construção ou manipulação?

Tendo em vista a construção de um plano tão importante para a condução da cidade, reputa-se a necessidade de destacar que concepções e/ou documentos estão presentes em sua elaboração e, assim, estabelecer um paralelo entre a realidade e os discursos dos técnicos responsáveis pela construção do PPA 2018-2021 da cidade de Teresina.

Ao serem indagados sobre o contexto e os documentos analisados para chegar ao objetivo proposto para a construção do PPA 2018-2021, captou-se que o plano de governo foi o documento que mais norteou a construção dos objetivos, o que se pode ratificar pela fala respostas dos entrevistados, a seguir

T1 O principal documento foi o plano de governo pois nele consta as visões que atual gestão queria passar para população. Também atualizamos o perfil socioeconômico da cidade de Teresina, a fim de ter um norte do que já foi feito e propor metas a serem alcançadas.

T2. O principal documento foi o plano de governo da atual gestão que no momento da elaboração propôs a longo prazo na agenda 2030 a cidade desejada, que analisou o perfil socioeconômico da cidade de Teresina e as demandas para propor um desenvolvimento sustentável.

T3. O PPA e uma processo que envolve a participação de vários agentes tudo isso comandado pela administração do prefeito e o levantamento desses objetivos dizem muito ao que está proposto no plano de governo e que se pretende implantar, sendo assim os objetivos são sim aqueles que mais estão em consonância com o desenvolvimento da cidade mais também com a proposta de sempre levar grandes obras a cidade.

Observa-se que o plano de governo direciona toda a construção do planejamento urbano da cidade de Teresina, e não por acaso, os técnicos afirmam que o seu uso seria o mais importante. Não obstante, a grande crítica que se faz ao elaborar um planejamento participativo e direcionar a sua construção pautada tão somente sobre a visão que a gestão tem sobre a cidade, é justamente continuar elaborando planos desconexos com a realidade local.

Ainda de acordo com a entrevista, um técnico disse a seguinte frase: **T3** “O plano de governo precisa ser um documento público e a população precisa analisar compreender e cobrar sua efetivação”. Isso acontece porque na visão dos técnicos, cada gestão tende a usar o poder dominante para levar à cidade a sua forma de fazer gestão.

O plano de governo, tão parecido com a leitura técnica do diagnóstico socioeconômico da cidade de Teresina, reflete meramente uma gestão baseada em dados quantitativos, que se vende e se esconde atrás de dados.

Para complementar essa discussão, Maricato (2015, p. 88) diz justamente que

Não é por falta de planos urbanísticos que as cidades periféricas apresentam problemas graves. Mas por que seu crescimento se faz ao longo dos planos aprovados nas câmaras municipais seguindo interesses tradicionais que comandam a política local e grupos específicos ligados ao governo de plantão.

Não faltam planos: é com essa afirmação da susodita autora que se infere que muitos deles existem, mas traduzem unicamente documentos elaborados em gabinetes, bem longe da real necessidade urbana, apenas para compor o rol de

conteúdos regulatórios e/ou jurídicos.

O plano de governo aparece associado, também, à construção de outras perguntas, como: sobre a atual legislação urbana, em que contexto o Plano Plurianual (PPA) 2018-2021 foi elaborado? Um entrevistado direciona sua resposta, mais uma vez, para a utilização do plano de governo, e afirma:

T1. Primeiro dizer que sua elaboração levou em conta os eixos da agenda 2030 que é nosso planejamento de longo prazo, a prefeitura optou por trabalhar por eixos temáticos para que assim pudesse ter uma maior socialização dentro das secretarias no sentido de alcançar as metas estabelecidas na agenda 2030

T2. Foi elaborado com base numa metodologia que pudesse colocar em prática os anseios da população, foi utilizado o diagnóstico do município de Teresina, a Agenda 2030, o Plano de governo e a análise do PPA anterior.

T3. Primeiro dizer que o PPA é uma lei e que sua realização é obrigatória sendo feito de 4 em 4 anos sempre elaboramos o PPA tentando melhorar as condições socioeconômicas do município, uma vez que só através de um planejamento e que podemos ter um direcionamento do que podemos fazer e como iremos fazer.

Nessa etapa preliminar sobre a condução da construção do processo de elaboração do PPA 2018-2021, assimilou-se que os entrevistados levam em conta a análise do PPA anterior, evidenciando quais metas e indicadores foram alcançados, a fim de planejar aqueles que não o foram, de certa forma. Para mais, analisam a leitura técnica do município, as reuniões e os debates sobre como eles poderiam ser trabalhados e conectados com a visão pretendida na elaboração do PPA de duração de quatro anos, sendo o pontapé inicial para que esse documento tenha um direcionamento.

O Quadro 3, a seguir, destaca os principais documentos utilizados na construção do PPA 2018-2021, e que repercutem de forma direta nos encaminhamentos voltados à elaboração do planejamento municipal.

Quadro 3 – Principais fatores internos e externos que repercutem na elaboração do planejamento urbano da cidade de Teresina.

FATORES EXTERNOS	FATORES INTERNOS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257/2001; ▪ Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ▪ MCMV: Construção de mais de 20 mil unidades habitacionais. ▪ Declaração de Quito, que define as diretrizes da nova agenda urbana para o desenvolvimento de cidades sustentáveis. ▪ Acordo de Paris, que tem como objetivo evitar o aumento do aquecimento global. ▪ Agenda DSD 2030: política para o desenvolvimento sustentável, estabelecida pela ONU. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 2002: Agenda de compromissos 2015. ▪ 2006: Plano Diretor de Teresina ▪ 2008 a 2012: <ul style="list-style-type: none"> • Início do programa Lagoas do Norte – Fase I. • Plano Diretor de Mobilidade Urbana. • Plano Diretor de Drenagem Urbana. • Plano de desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável. ▪ 2013 a 2016: <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e aprovação do PPA 2014-2017. • Captação de recursos para obras de Mobilidade Urbana. • Licitação do Sistema de Transporte Público. • Construção dos terminais de integração e corredores exclusivos. • Plano Diretor Cicloviário Integrado (PDCI) • Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB). • Legislação: perímetro urbano, calçadas, obras, drenagem e IPTU Progressivo. • Agenda de compromissos 2030. • Programa de Modernização da Administração Tributária – PMAT. • Adesão da Prefeitura de Teresina na ODS 2030. • Programa Lagoas do Norte – Fase II ▪ 2017 Elaboração do PPA 2018 a 2021 ▪ 2018 Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial. ▪ 2019 Aprovação do novo Plano Diretor de Ordenamento Territorial. ▪ 2020 Elaboração do último orçamento LOA, em consonância com o PPA 2018-2021

Fonte: elaborado pelo autor, com base no perfil municipal SEMPLAN (2018).

Já na pergunta relacionada à importância de elaborar o planejamento de curto prazo (PPA 2018-2021) na produção do espaço urbano em Teresina, surge uma resposta associada ao plano de governo da atual gestão do município de Teresina, em que um entrevistado revela que

T3. O PPA mesmo sendo de curto prazo prevê a alocação de recursos para as grandes obras da cidade de Teresina elaborado tendo como norte a agenda 2030 e o plano de governo da atual gestão e sua importância além de ser uma lei e ser obrigatória e justamente num período de 4 anos o prefeito poder fazer um balanço das ações e metas alcançadas propor mudanças a fim de conseguir as metas desejadas.

Percebe-se nas falas recorrentes dos entrevistados que a temática envolvendo a legislação e a construção do PPA está direcionada ao que foi posto no plano de governo. Examinando esse documento, elaborado bem antes que o atual PPA, no ano de 2017, pela *Coligação Com o povo, rumo à vitória*, sua estruturação e seu desenvolvimento obedeceu à estruturação da Agenda 2030, que se organiza por eixos, na fala do Prefeito de Teresina.

Qualidade de vida, lazer, pavimentação, esporte, iluminação e limpeza pública, em cada uma das áreas podemos citar avanços e conquistas significativas, que se expressam na melhoria contínua da cidade, atestada por diversos índices nacionais em que figuramos com destaque. (TERESINA, 2016, p. 2).

Diante da fala do prefeito, atina-se, mais uma vez, que a elaboração de um plano de governo exalta unicamente os dados quantitativos, descaracterizadores da realidade urbana, cujo principal horizonte é a promoção de cidade, distante da realidade. Contribuindo com a discussão em relação à elaboração de planos, Maricato (2015, p. 87) assevera que “o planejamento urbano modernista funcionalista, importante instrumento de dominação ideológica, contribuiu para a consolidação de sociedades desiguais ao ocultar a cidade real”.

Ainda relacionado ao processo de construção do PPA 2018-2021, quando perguntados de que forma os diagnósticos socioeconômicos influenciam a elaboração das propostas de PPA participativo, os entrevistados assim se manifestaram:

T1. Sim o diagnóstico nos permite observar o que já foi conquistado até então, mesmo que esse documento venha apenas os pontos positivos essa metodologia nos permite mostrar para população o que já foi feito e buscar alternativas para melhorar a gestão.

T2. Influencia totalmente, tendo como base a agenda 2030. O diagnóstico nos permite partir de um ponto inicial a Teresina que temos e prever a médio prazo a Teresina que queremos, porque como a agenda e de longo prazo o que a população consegue visualizar e justamente o de médio prazo nesse caso o PPA.

T3. O diagnóstico é parte integrante na construção do PPA pois é com base nesse documento que as secretarias irão levantar suas demandas, alocar os recursos, criar suas ações para poder atender as necessidades da cidade.

Em face desses relatos, nota-se a clara condução da construção do PPA 2018-2021 atrelada aos eixos da Agenda 2030 e ao plano de governo, referendada pelos indicadores alcançados e expostos por meio de diagnósticos do perfil da cidade de Teresina.

Aqui se faz uma crítica à ausência de um documento elaborado com a real necessidade, com um levantamento minucioso sobre aquilo de que realmente a cidade precisa, afastando-se de modelos de planejamentos governamentais que delineiam uma cidade sem se importar com as necessidades mais latentes, dando a entender que os diagnósticos, embora representem um levantamento de tudo o que foi produzido na cidade, apresentam apenas um relatório dos feitos da gestão, influenciando, de certo modo, a repetição e manipulação do planejamento, produzindo uma obra fictícia e impondo uma ideologia da perfeição administrativa.

No processo de elaboração do PPA, um dos direcionamentos era que ele se realizasse por meio de participação e consulta pública, mediante a utilização de aplicativos, atendendo a orientações preestabelecidas na Constituição Federal e no Estatuto das Cidades, tendo como pressuposto os princípios de uma gestão participativa. Na fala dos entrevistados, a prefeitura organizou-se da seguinte maneira:

T1. Bem esse início foi realizado bem antes dentro da secretaria de planejamento com envolvimento de técnicos municipais e especialista em planejamento urbano, foi feito todo um levantamento das necessidades da cidade e como poderíamos chamar a população para se fazer presente não só no seminário mais em todas as etapas, assim foi realizada inúmeras entrevistas e propagandas a fim de convencer a população a se fazer presente na elaboração do PPA 2018-2021.

T.2 Bem esta etapa foi muito complexa, devido a nova metodologia utilizada na elaboração do PPA, então foram realizadas várias reuniões com técnicos a fim de deixar o processo de participação acessível a todo, isso contou com a participação de técnicos da prefeitura e de secretários municipais.

T3. Muito antes de lançar as propostas para população de Teresina, iniciamos reuniões a fim de capacitar os técnicos de outras secretarias no sentido de sensibilizar eles como poderíamos passar para população a ideia do PPA e como seria a dinâmica já que optamos por trabalhar por eixo e que a população teria que escolher um eixo para participar dos

discursões possíveis encaminhamentos.

Para complementar o debate da questão anterior, lançou-se a seguinte pergunta: que metodologia foi adotada no Fórum Teresina Participativa para promover a interação entre participantes?

T1. Através de inscrição gratuita pelo site, a população precisava escolher um eixo onde seria feito debates e informes sobre a Teresina que temos aquilo que já fazemos e propor ações futuras e propor uma Teresina mais eficiente e que promova o bem estar da população. O envolvimento dos técnicos municipais também foi um ponto muito positivo, creio que precisamos ver uma nova forma de incluir mais a população no direcionamento desta peça tão importante para a cidade o PPA.

T2. No fórum tivemos o apoio de 100 técnicos preparados para receber a população, explicar a importância de cada eixo e de cada objetivo dos eixos e cativar a população para criar sugestões que poderiam melhorar a vida dos munícipes, a socialização aconteceu dentro dos eixos e cada pessoa só pode participar de um eixo pois as explicações e debate aconteceram no mesmo dia e de forma simultânea.

T3. A ideia foi dividir os técnicos por eixos e propor uma apresentação rápida do eixo para a população afim de fomentar a discussão em grupos e propor questões para o PPA 2018-2021.

A estruturação das equipes técnicas para elaborarem um documento que contemplasse a participação popular, devendo demonstrar o papel da população na elaboração do planejamento de curto prazo, foi proposto de acordo com o documento elaborado pela Latus – Consultoria, Pesquisa e Assessoria de Projetos LTDA, que iniciou os trabalhos em 2017, com o levantamento da realidade territorial da cidade de Teresina, onde o processo participativo deveria alcançar os seguintes objetivos:

Transformação Individual: através dos momentos de debates e das atividades de capacitação, espera-se que os agentes envolvidos vivenciem um processo de aprendizado e transformação individual, marcado pela troca de saberes – técnico e social;

Controle Social: este dar-se-á através do acompanhamento das etapas de desenvolvimento, levando os agentes a apropriarem-se da forma de funcionamento da administração municipal.

Mobilização Social: comprometimento de todos os agentes com o processo, compreendendo a importância do trabalho que está sendo realizado e as consequências deste para o cotidiano da cidade. (TERESINA, 2017, p. 14).

Essa equipe de consultoria apresentava como finalidade de sua supervisão apontar aspectos conceituais e metodológicos, sistematizar informações,

coordenar as reuniões de elaboração do planejamento urbano de Teresina, em específico o evento *Teresina Participativa*, para a construção do PPA 2018-2021, e a atualização do plano diretor. Nesse ensejo, sua equipe é composta, sobretudo, por arquitetos e engenheiros. Essa análise permite levantar um debate sobre a maneira como a sociedade, e especificamente os urbanistas, enfrentam os desafios que se apresentam na produção socioespacial do mundo atual.

Quadro 4 – Composição da equipe de consultoria

Nome	Titulação	Formação
Claudia Damásio	Mestre	Arquiteta e urbanista
Jacqueline Menegassi	Mestre	Arquiteta e urbanista
Ana Paula Marcante	Doutora	Advogada
Marcela Fonseca	Especialista	Sociologia
Gevaci Perroni	Mestre	Economista
Gustavo Bledow	Especialista	Engenheiro cartográfico
Camila Floric	Mestre	Engenheira ambiental
Tayrone Bueno	Especialista	Engenheiro civil
Grace Machado	Especialista	Arquiteta e urbanista
Walkíria	Médio-técnico	Digitadora
Dionatam Bina	Médio-técnico	Cadista

Fonte: Plano de Trabalho Latus Consultoria (2017).

Observa-se, embora a equipe apresente um número misto de técnicos, e mesmo o evento sendo realizado de forma fragmentada por eixos, a ausência de assistentes sociais, sendo o eixo *Inclusão social* um dos mais solicitados pelos participantes na elaboração do PPA 2018-2021.

Outra ausência, já mencionada anteriormente nesta pesquisa, diz respeito à falta do profissional de Geografia, e isso tem reflexo justamente no modo como esse plano reproduz aspectos da sociedade, sobretudo em relação ao processo socioespacial.

Souza (1988, p. 7) faz uma crítica à postura de elaborar planejamento com a presença unicamente de engenheiros e arquitetos, reiterando: “o nível do arquiteto é, sobretudo, o nível do habitar, do imóvel, enquanto que o Urbanismo diz respeito a sociedade como um todo”.

Ainda de acordo com Souza (1988), deixar o planejamento da cidade tão somente nas mãos de arquitetos, urbanistas e engenheiros, leva ao risco de construir uma cidade que não leva em consideração as necessidades das pessoas, ao produzir uma cidade imaginária, distante dos reais interesses da população.

Pensando nisso, a supracitada autora afirma que

há uma tendência para confundi-los e, quando vemos arquitetos muitas vezes travestidos de urbanistas, sem grandes preocupações e, conseqüentemente, manipulando o Urbanismo sem pensa-lo em toda a sua amplitude, tais confusões têm apresentado resultados catastróficos, e o Brasil tem, frequentemente, mostrado exemplos fantásticos dessa confusão. (SOUZA,1988, p. 7).

Por não tratar o espaço como uma manifestação socioespacial, projetando cidades definidas por tamanhos e funções, propondo projetos grandiosos de cidades novas e cidades desejadas quando ainda não se resolveram os problemas básicos inerentes à produção da cidade, com pretextos de descentralização ou apenas com a função de vender uma cidade próspera e imaginária, defende-se a presença de outras áreas, sobretudo de especialistas em geografia urbana e assistentes sociais.

Nas falas dos sujeitos entrevistados, percebe-se um detalhamento sobre como aconteceu o processo de construção do PPA 2018-2021. Pensado e elaborado para que seu produto contemplasse, de fato, a participação, a metodologia adotada apostou no alcance dos objetivos, cujo direcionamento aconteceu bem antes, de acordo com as falas dos entrevistados, que desenharam a maneira como os técnicos se prepararam para apresentar a ideia para a população, uma vez que ao se inscrever, optava-se por um dos cinco eixos presentes na elaboração do PPA 2018-2021. Como o evento aconteceu de forma simultânea, isso impossibilitou que o participante pudesse participar em todos os eixos.

Quadro 5 – Eixos do plano de governo (2016-2020)

EIXOS	OBJETIVOS
Inclusão social	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Educação ➤ Saúde ➤ Assistência social ➤ Integração das políticas sociais ➤ Políticas públicas para mulheres em Teresina ➤ Políticas para a juventude
Qualidade de vida	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Fortalecer a cultura ➤ Preservar o patrimônio histórico ➤ Estimular o lazer comunitário
Sustentabilidade ambiental	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Urbanismo ➤ Mobilidade urbana ➤ Meio ambiente e drenagem ➤ Habitação e regularização fundiária

	➤ Saneamento básico
Cidade de oportunidades	➤ Desenvolvimento econômico ➤ Turismo ➤ Economia solidária ➤ Desenvolvimento rural ➤ Qualificação profissional
Governança eficiente	➤ Inovação ➤ Servidor público

Fonte: elaborado pelo autor, de acordo com Leitura comunitária do município – Latus (2017).

Eixos e temas foram considerados prioritários em função das preocupações e das necessidades da comunidade teresinense. Assim, a metodologia adotada no momento dos debates sobre cada eixo teve o tempo estipulado em cinco minutos para discussões individuais, e dois minutos por pessoa e no máximo, dez para discussões em grupo das propostas.

Esse tempo disponibilizado pela equipe técnica, de acordo com observação direta, foi insuficiente para promover o debate em torno dos eixos, pois quando perguntados se o tempo destinado as discussões em torno dos Eixos da Agenda 2030 no Fórum Teresina Participativa foram suficientes para esclarecer a importância da elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2018-2021 para a cidade de Teresina, os entrevistados assim responderam:

T1. Creio que poderíamos ampliar mais o tempo dos debates dentro do eixo pois como o evento era sobre a realização do PPA e sobre o início da atualização do PDOT alguns não entenderam e como os técnicos municipais ficaram responsáveis por explicar os objetivos do eixo e falar sobre o diagnóstico de tudo que já foi realizado dentro do eixo.

T2. Sim o tempo foi suficiente tivemos várias palestras e debates a fim de esclarecer que cidade agente tem e que cidade pretendemos ter no futuro, esse sentimento de propor o PPA de forma participativa também foi uma forma de prestar contas com a população e mostrar que a cidade precisa de novas diretrizes, metas e objetivos para se chegar a um desenvolvimento sustentável.

T3. Sim o tempo foi dividido entre palestras de técnicos para explicar os objetivos do eixo e posterior a discussão em grupo e apresentação das demandas que poderiam ser anexadas na elaboração do PPA.

A fala de um entrevistado confirma justamente o que se observou no *Seminário Teresina Participativa*: pouco tempo para o debate, uma vez que os participantes não estavam preparados para participar por eixos, ficando a cargo de um técnico explicar a importância do eixo e tentar passar para o participante como se daria a forma como ele poderia colaborar.

Outra indagação que surgiu relaciona-se à regionalização do município de

Teresina, pois mesmo apresentando quatro regiões administrativas, optou por realizar o *Seminário Teresina Participativa* apenas na região sul. Conforme a Lei Orgânica do município, Lei 1.934, de 1988, cumulada com a Lei 2.114, de 1992, que dividiram a cidade em cinco regiões (sul, norte, leste, sudeste e centro), bem como a Lei 2.960, de 2000, que propôs divisão da cidade em quatro regiões (centro-norte, leste, sudeste e sul), ambas visam à descentralização administrativa, no entanto são popularmente conhecidas pela população como zonas, termo, inclusive, bastante utilizado pelos técnicos do município de Teresina.

Essa regionalização prevalece até hoje como um importante instrumento de planejamento urbano, cuja descentralização ajuda a organizar as demandas da cidade, embora se tenha percebido no decorrer da pesquisa a total falta de alinhamento no que diz respeito às ações integradas de desenvolvimento urbano para a cidade de Teresina.

Essa total falta de sintonia alude a esse modelo de regionalização implantada em Teresina, distante das reais necessidades da população, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Teresina, cuja divisão tem por objetivo:

CAPÍTULO VIII
DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO
SEÇÃO I
DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS E REGIÕES ADMINISTRATIVAS RURAIS
Art. 130. O Município, para fins administrativos, dividir-se-á:
I - dentro Do perímetro urbano, em Administrações Regionais;
II - Fora do perímetro urbano, em Regiões Administrativas Rurais.
§ 1º As Administrações Regionais serão criadas e organizadas por lei específica, pelo agrupamento de bairros contíguos, respeitando-lhes os limites.
§ 2º As regiões Administrativas Rurais serão criadas e organizadas por lei específica, nas quais serão fixados os seus limites. **(Grifo nosso)**

Nesse sentido, recorre-se à Lei 2.960, de 2000, que criou as Superintendências de Desenvolvimento Urbano (SDUS):

Art. 1º. Ficam criadas as Superintendências de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente Centro-Norte, Leste, Sudeste e Sul - SDUs, entidade de Direito Público, integrante da Administração Indireta do Município de Teresina, definida como pessoa jurídica de Direito Público, sem fins lucrativos, vinculadas diretamente à Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação - SEMPLAN, em nível de Secretaria Municipal. Parágrafo único. A delimitação territorial de cada SDU será definida através de decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. **As SDUs têm por objetivo executar de forma descentralizada**

as políticas públicas referentes aos serviços urbanos básicos, fiscalização e controle, obras e serviços de engenharia, meio ambiente, habitação e urbanismo, **observado o planejamento urbano municipal (Grifonosso).**

De acordo com a Lei Orgânica do município, a Prefeitura de Teresina divide-se em administrações regionais, e ainda de acordo com a Lei 2.960, de 2000, tem por objetivo a descentralização dos serviços públicos.

Pautados em pesquisas e estudos sobre região e zona urbana, assunto bastante discutido por Castro (2016, p. 209), que expõe que:

A regionalização não pode ser imposta, autoritária, deve respeitar as particularidades e dinâmicas espaciais construídas historicamente pelas comunidades compreendidas pelos recortes que se pretende regionalizar. O que facilita a identidade da população com a regionalização e a torna mais efetiva e compatível com a realidade.

Ainda de acordo com o Castro (2016, p. 212), em relação à cidade de Teresina, “a utilização do termo zona para se referir aos recortes espaciais administrativos da cidade mostra-se inadequada, sendo correto o uso, pelas razões já expostas, do termo região”.

A fala dos entrevistados em relação à localização do evento *Teresina Participativa*, levam a questionar a importância da descentralização aferida na lei 2.290, de 2000, que realça a presença da Prefeitura de Teresina de forma descentralizada, embora o evento tenha sido centralizado na região sul.

T1. Bom após várias reuniões e devido à falta de grandes auditórios que pudessem comportar todos os inscritos, observou-se que o local escolhido o auditório FIEP era acessível a todas as regiões, vale destacar que além do fórum presencial, também disponibilizamos a consulta pelo aplicativo Colab, uma VAN que levava tabletes incentivando as pessoas baixarem o APP e estimulando a participação.

T2. Acho que foi por conta mesmo da estrutura e do tempo, não alisamos a questão por região e nem entendemos que prejudicou na realização e ou coleta de propostas quem sabe para os próximos eventos participativos a gente consiga realizar um seminário em cada zona, embora precise analisar se teremos demanda para 4 eventos.

T3. Acho que a zona foi o local mais acessível a todos e que no momento não tínhamos um local que pudesse comportar todos os inscritos porem podemos perceber que o teve muita gente em determinados locais, mas isso não se refletiu no seminário como um todo. No entanto poderia ter acontecido em outras zonas sem problemas agora precisava ver toda a logística.

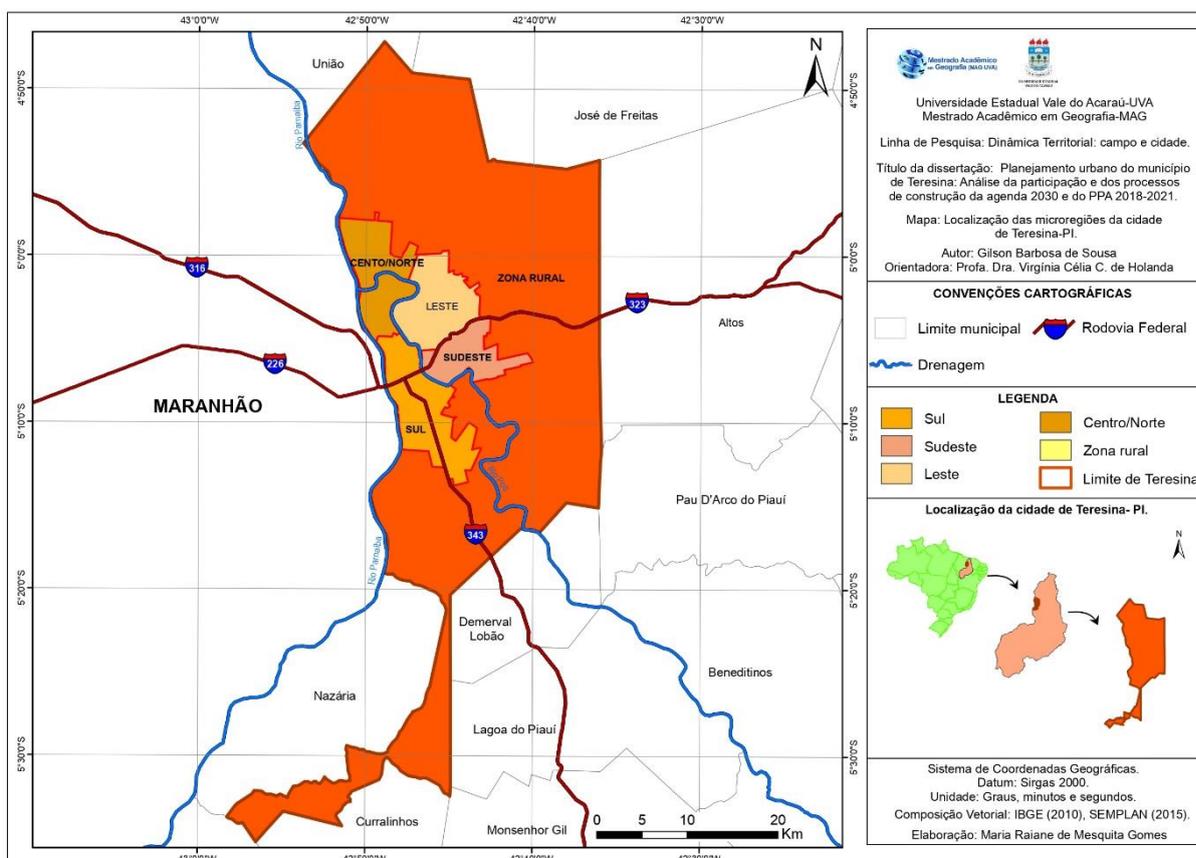
Todas as repostas dos entrevistados não levam em conta a mobilidade dos

participantes, apenas dizem que por conta de auditórios e/ou que o local onde aconteceu o evento é de fácil acesso por vias que conectam tanto a região sudeste, leste e norte, outro fator evidenciado nas observações diretas no *Seminário Teresina Participativa* são atinentes ao esvaziamento do evento pelos participantes, uma vez que os debates aconteceram à tarde, em cada eixo, e as palestras, à noite.

Talvez esse tenha sido um ponto negativo, pois para fazer um evento participativo e chamar toda a cidade, é preciso observar os horários de término e a distribuição de transporte na região.

A Figura 4, abaixo, mostra o número de habitantes, por região, embora esse não tenha sido, de acordo com os técnicos, o motivo da escolha da região para sediar o *Seminário Teresina Participativa*.

Figura 4 – Divisão administrativa da cidade de Teresina, por região



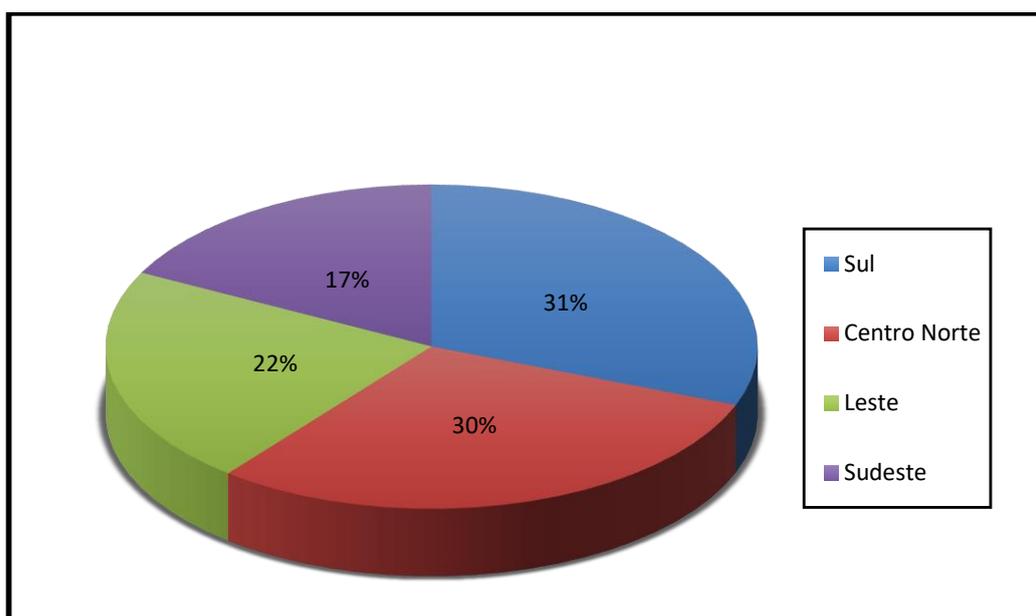
Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados do IBGE (2010) e Semplan (2015).

Tabela 4 - População e quantidade de bairros de Teresina, por região

REGIÃO	ÁREA TOTAL	POPULAÇÃO	NÚMERO DE BAIROS	DENSIDADE
SUL	68,88 km ²	237.059	35	3.442 hab/km ²
CENTRO-NORTE	71,51 km ²	228.906	40	3.201 hab/km ²
LESTE	62,87 km ²	167.443	29	2.663 hab/km ²
SUDESTE	36,69 km ²	134.119	19	3.655 hab/km ²

Fonte: Semplan (2017).

Gráfico 4 – População de Teresina, por região



Fonte: Semplan (2017).

A construção do processo de elaboração do planejamento urbano de Teresina, de acordo com entrevista realizada com a Secretária Executiva de Planejamento Urbano do município de Teresina, apresenta uma ideia que será seguida pelos demais planos urbanos, no sentido de direcionar recursos e estratégias para a construção de uma cidade inspirada no conceito de cidade 3C - Compactada, Conectada e Coordenada. Essa nova visão de desenvolvimento é orientada, principalmente, para o transporte sustentável.

Esses três princípios reforçam a ideia central da elaboração do planejamento urbano de Teresina: o primeiro princípio, volta-se ao crescimento urbano compactado, com o objetivo de controlar o espraiamento da cidade, promover o uso dos espaços vazios dentro da cidade, desenvolvendo um adensamento equilibrado; o segundo princípio diz respeito à produção de uma infraestrutura concentrada, aumentando a eficiência e o uso dos aparelhos urbanos, reduzindo a

necessidade de grandes deslocamentos; por fim, o terceiro princípio volta-se a uma gestão coordenada que valorize a coletividade, a promoção social e o direito à cidade.

3.4 A participação popular na política urbana

Os debates em torno da política urbana de planejamento devem ocorrer sob o prisma de uma gestão democrática das cidades, respaldada à luz do Estatuto das Cidades, que determina em seus artigos 43, 44 e 45 a necessidade incluir a sociedade civil nas discussões centrais acerca do direito de decidir e intervir sobre a produção do espaço urbano. Neste sentido, o Estatuto da Cidade vem atender à orientação constitucional de Estado Democrático de Direito que valoriza não só a democracia representativa, como também a democracia participativa. A visão imposta à sociedade, mesmo que de forma induzida, sobre a participação nas decisões, é que atualmente, e em determinadas circunstâncias, a sociedade não está preparada para decidir sobre os anseios macro de um planejamento urbano.

Isso deve-se, em parte, ao consentimento do cidadão, que gradativamente, é moldado por novos modelos de gestão pública, os quais, no pano de fundo do jogo político-administrativo, valorizam o papel do cidadão como colaborador, co-gestor e fiscalizador das atividades governamentais.

Nesse emaranhado ciclo de participação popular frente a decisões sobre a elaboração do planejamento urbano, o cidadão exaltado passa do simples direito de escolher seus governantes (democracia representativa) para a maneira como quer ser governado (democracia participativa), por meio de legislações urbanísticas que tendem a ser mais eficazes e prudentes.

É nesse contexto que a participação popular em gestões democráticas passa a ser compreendida como aquela que busca a legitimidade das políticas públicas urbanísticas mediante a delegação de decisões aos próprios afetados, ou seja, os cidadãos em geral. Em face dessas compreensões, o cidadão corrobora o processo decisório, dando maior credibilidade à própria Administração Pública.

O planejamento participativo não é algo tão novo, porém sua concretude se deu, sobretudo, a partir da ascensão dos chamados *partidos de esquerda*. Isso por que em uma sociedade dualista que cresce no Brasil, chamar ou perjurar *esquerda* refere-se a uma manobra da elite dominante em impor que o modelo passado, sem

a participação do cidadão nas tomadas de decisões, seria o mais sensato.

No Brasil, as cidades de Fortaleza e Porto Alegre foram, de certa forma, os embriões dessa política participativa, com a implementação dessa modalidade de gestão que surgiu com a redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988, momento em que se estimulou a participação popular na definição de políticas governamentais, por intermédio da criação dos Conselhos Setoriais de Políticas Públicas enquanto espaços de controle social. As mudanças constitucionais validadas pela legislação, aliadas à vontade popular e política, viabilizaram a implantação, em Porto Alegre (RS), do Orçamento Participativo, no ano de 1989.

Destarte, a Constituição Federal de 1988 permitiu o exercício do direito à cidadania como um dos pressupostos do Estado Democrático de Direito, razão pela qual são crescentes as inovações institucionais e legais, tendo em vista a ampliação do alcance da participação popular nas políticas públicas.

Esse modelo de gestão, que existe em Porto Alegre desde 1989, só foi possível graças à pressão de movimentos populares para participar das decisões governamentais que se intensificam logo após a gestão de Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores (PT). A experiência participativa na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, ganhou reconhecimento da população, sendo-lhe atribuído, a grosso modo, a responsabilidade pela permanência da gestão do PT à frente da prefeitura de Porto Alegre durante dezesseis anos.

No entanto, para João Sette (2003), a definitiva ascensão da política participativa ocorre no ano de 2003, com a vitória do Presidente Lula nas eleições presidenciais. Essa nova página da política brasileira trouxe esperança para uma população que passou a sonhar com políticas participativas capazes de corrigir as gritantes desigualdades socioeconômicas.

Os altos índices da população vivendo em favelas no Brasil não paravam de crescer, assim como as periferias das grandes cidades. Nesse cenário perturbador, cria-se, pela primeira vez no Brasil, um ministério voltado unicamente a combater as desigualdades sociais, transformar as cidades em espaços mais humanizados e ampliar o acesso da população à moradia, ao saneamento e ao transporte. Por conseguinte, o Ministério das Cidades, criado em janeiro de 2003, teve como Ministro Olívio Dutra, considerado o principal responsável pela política participativa em Porto Alegre.

O Ministério das Cidades deparou-se com enormes dificuldades frente à tradição de elaborar o planejamento urbano nas cidades que, em sua maioria, utilizavam procedimentos centralizadores, autoritários e ineficazes – herança de anos de ditadura militar –, totalmente desconectados da realidade, fortemente enraizados no campo urbanista, constituídos tão somente com a pretensão de fortalecer a hegemonia das elites locais, e não de democratizar e universalizar o direito de participar das decisões.

Antes de mais nada, distinguir o termo *participativo* para uma compreensão mais acurada em torno de seu significado leva a dois momentos distintos, fundamentais e que se completam: a elaboração e a implementação. Na elaboração, o caráter participativo é visto como um objetivo geral dos planos, no sentido de torná-los instrumentos de melhoria das populações de baixa renda; já na implementação, a participação surge como tentativa de inclusão de representantes da população, por meio da criação de canais de institucionalização.

A crítica a essa forma de participação é evidente e específica, pois o planejamento participativo se torna essencialmente manipulador, uma vez que as tomadas de decisões dos programas permanecem centralizados no topo da estrutura do governo e sua descentralização participativa acontece exclusivamente no campo do *como fazer*.

Figura 5 – Visão estratégica de elaboração do PPA



Fonte: elaborado pelo autor, com base no Manual Técnico de Elaboração do Orçamento (2018-2021).

Na maioria das vezes, a participação popular nas tomadas de decisões sobre os planejamentos urbanos resume-se a articulações de interesses políticos que tendem a resistir a projetos ideológicos que não sejam de seu interesse ou que não estejam em sintonia com a proposta de governo.

Uma segunda crítica de caráter geral à tarefa de elaborar o planejamento participativo emerge, quase que naturalmente, sob a ótica de uma participação meramente representativa.

3.5 Análise do processo participativo na elaboração do PPA 2018 – 2021

Com objetivo de melhor compreender o planejamento urbano do ponto de vista da participação popular, percorreu-se um longo caminho visando ao aprofundamento do debate em torno dessa nova prática de planejar.

Embora o processo seja livre de participação, precisa ser construído com a sociedade desde a definição das metas até os objetivos que se deseja alcançar, sendo um ciclo permanente de interação entre o governo e a população. Assim, o desafio maior para a execução de tal modelo de planejamento urbano está em quebrar a inércia imposta pela burocracia pública que acaba por afastar o cidadão.

Quanto mais o planejamento participativo se aproximar das necessidades básicas e diretas da população, e de seus problemas concretos, mais o cidadão e seus interlocutores políticos poderão opinar sobre as prioridades, e assim, sentir-se motivados para participar e decidir sobre projetos para a cidade.

Para Souza (2018, p. 334), a importância central em partir da elaboração de planejamentos urbanos se dá porque

ao participar de uma decisão, um cidadão se sente mais responsável pelo seu resultado – para o bem, caso a decisão se mostre acertada, e para o mal, caso a decisão se revele equivocada. Isso não é relevante apenas sob o ângulo do amadurecimento político da população; isso é importante também na medida em que, ao sentir-se mais responsável, a população irá cuidar mais e fiscalizar mais (por exemplo, evitando que o patrimônio público seja depredado).

Em uma dimensão participativa, seria possível admitir ou legitimar um tipo de planejamento urbano a partir de processos que se formatam com a participação dos sujeitos neles envolvidos. Embora essas preocupações com o planejamento participativo sejam na atualidade uma prerrogativa prevista na Constituição Federal

do Brasil, no Estatuto das Cidades e/ou legislação urbana, concorda-se com Souza (2018) no tocante ao fato de que a participação é capaz de contribuir para a melhoria da vida urbana. No entanto, não se pode atribuir unicamente ao planejamento participativo a solução para equacionar todos os problemas urbanos.

Percebe-se que algumas das questões mais relevantes quanto à instituição do planejamento participativo se referem mais a questões de natureza prática e instrumental do que teóricas, tais como: a forma de institucionalização; a identificação dos beneficiados; o modo de participação da sociedade; o ambiente da participação; o controle dos excessos; a vinculação das decisões.

A pesquisa aplicada a representantes da sociedade civil e sociedade civil pública organizada buscou compreender como se deu a participação na elaboração do PPA. Então, quando perguntados em quais tipos de atividades contribuíram na elaboração do PPA 2018-2021, os entrevistados responderam, em sua maioria, que participaram tanto de forma presencial quando de forma virtual.

Ao serem questionados como ocorreu o contato da PMT e a sua avaliação em torno da diversidade dos meios de comunicação para a divulgação do *Seminário Teresina Participativa*, os entrevistados afirmaram que:

O1. Fomos convidados através de ofício da Secretaria Municipal de Planejamento.

O2. Fiquei sabendo do canal de comunicação *Colab.re* pela mídia local, que fez uma divulgação massiva do aplicativo, nele fiz minha inscrição e dei minhas contribuições.

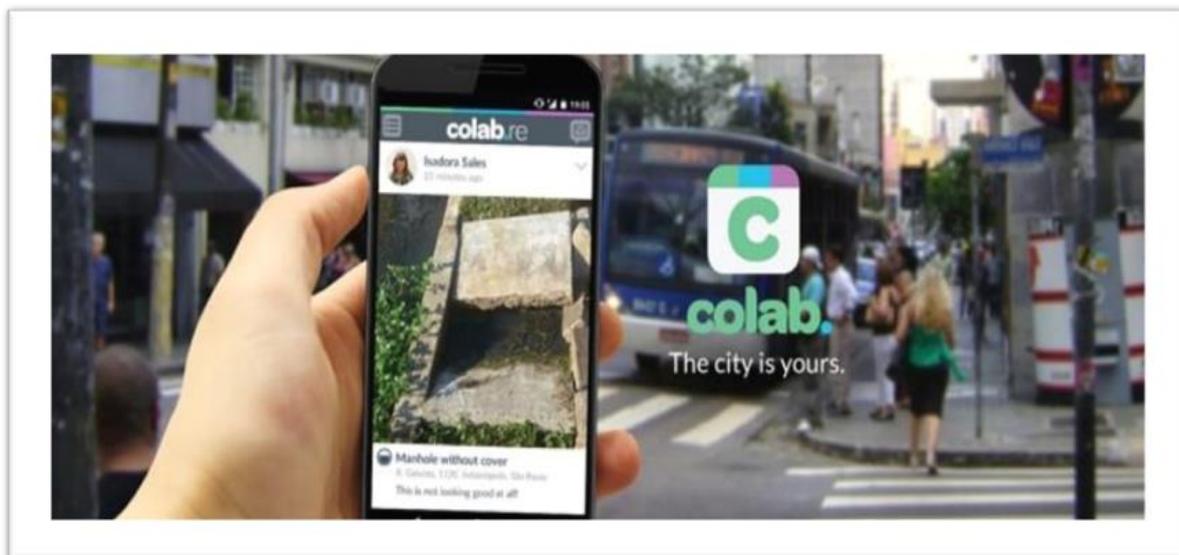
P1. O evento foi divulgado pelos professores da Universidade Federal do Piauí, bem como pela mídia e, através do aplicativo *Colab.re*.

P2. Descobri o canal de comunicação *Colab.re*, por meio das mídias sociais, na qual, várias pessoas próximas comentaram como se utilizava e assim pude contribuir.

Observa-se que com exceção de um representante da sociedade civil pública organizada, todos os demais ratificaram que o aplicativo *colab.re* foi um meio de comunicação tanto na divulgação quanto na participação da elaboração do plano plurianual.

A Figura 6, a seguir, ilustra o aplicativo *Colab.re* em uma das propagandas que foram espalhadas por Teresina, com o intuito de incentivar a população a baixar o aplicativo e assim, contribuir.

Figura 6 – Interface do aplicativo *Colab.re* em material de divulgação



Fonte: Semplan (2017).

Outra forma de divulgar e chamar a população para o evento *Teresina Participativa* foram os *outdoors* espalhados por toda a cidade, como se demonstra na Figura 7, abaixo.

Figura 7 – Material de divulgação do Seminário Teresina Participativa



Fonte: Semplan (2017).

Ainda nesse contexto de divulgação relacionado à elaboração do PPA por parte da prefeitura de Teresina, os entrevistados avaliaram a forma como se realizou a divulgação em massa, a partir de vários meios de comunicação, para contemplar todos os grupos da sociedade. A seguir, a fala dos entrevistados:

O1. Achemos que deveria ser mais divulgado, principalmente no meio de comunicação de massa, para abranger a classe mais carente, para que esta pudesse ter mais voz.

O2. Houve divulgação mais poderia ser mais intensa, considerando que parte da população não tem acesso à internet, já que este foi o principal meio de divulgação sendo assim a informação não deva ter chegado a parte da população mais vulnerável.

O3. Achei boa a divulgação, mas sempre pode ser mais intensa e mais clara (autoexplicativa) principalmente para as pessoas leigas que as vezes não vão ao evento justamente por não entenderem do que realmente se trata o PPA.

P1. A divulgação poderia ser mais intensa nos bairros mais carentes e ter ocorrido por mais tempo nos demais meios de comunicação possibilitando assim o de uma maior parcela da população.

P2. Apesar de estamos no século XXI e o acesso à internet esteja cada dia mais fácil é importante lembrar que as divulgações não chegam a todas as pessoas, da mesma forma que chegou pra mim. Devido a isso, o meio de comunicação deveria ser mais em rádios e televisões.

P3. A divulgação não foi algo que contemplou toda a sociedade, uma vez que a internet não está disponível a todos e nem mesmo a forma como ocorreu a disseminação da comunicação do evento, propor poucos dias de seminários e palestras em detrimento ao uso de APP que não é tão fácil de usar.

Esse foi um ponto bem interessante da pesquisa, por meio do qual se observou pela fala dos entrevistados que eles reconhecem a importância da participação em planejamentos urbanos, mas evidenciaram fraquezas na elaboração do PPA 2018-2021, a exemplo de: incluir os mais carentes, uma vez que muitos não entendem o que vem ser um PPA; outro problema detectado foi em relação à divulgação pela internet, que é uma ferramenta muito importante, mas ao mesmo tempo em que ela inclui, também exclui os mais vulneráveis, pois boa parte da população não tem acesso à internet, principalmente nos bairros mais carentes, onde ter essa ferramenta pode não ser uma prioridade.

Diante dessa realidade, nota-se que a participação não pode ser encarada apenas como um simples acessório do planejamento urbano, mas precisa ser construída em consonância com os direitos e deveres da sociedade, como um todo, e não incorporar somente o *onde* mas o *por que* da tomada de certas decisões.

Sobre essa constatação, Souza (2018, p. 335) exemplifica que

a participação, assim, proporciona ou pode proporcionar melhores chances de um exercício mais pleno da cidadania que equivale a uma maior e melhor integração na sociedade. O que está em jogo aqui, é a superação de fatores limitantes dessa integração, como a pobreza e o

preconceito.

Indaga-se, nesse momento, por que a participação é importante? Depreendeu-se que ela se torna necessária porque coloca a população no comando dos processos decisórios. Outro argumento é que ela pode não eliminar os erros, mas garante acertos em coletividade, uma vez que as tomadas de decisões não recaem apenas em quem elabora, mas também em quem participa de sua elaboração, tornando-se obstáculos da participação.

A pesquisa buscou revelar, ainda, quais fatores contribuíram para que houvesse interesse em participar da elaboração do PPA, bem como de sua avaliação em torno dessa nova prática. Eis as respostas dos entrevistados:

P1. A vivência e conhecimento da população a respeito da cidade, possibilitam uma maior probabilidade de apontar os problemas e propor soluções que auxiliem no planejamento urbano.

P2. A participação da população no desenvolvimento do planejamento do município em diversas áreas, é crucial. Pois, tais pessoas estão no dia a dia enfrentando os problemas, podendo trazer assim soluções para tais propostas.

P3. Contribuir com o planejamento urbano nos possibilita dar voz aos mais necessitados pois são eles quem mais necessitam do poder público.

O1. Somos os construtores e projetistas das edificações e somos responsáveis direto na modificação estrutural da cidade.

O2. A possibilidade de contribuir com o planejamento do município, em áreas diversas, é necessária a participação da população, haja visto que essa é que lida diretamente com os problemas da cidade e pode dar sugestões para que as devidas mudanças ocorram de forma significativa.

O3. Participar da elaboração do PPA é de suma importância para a melhor a visão da cidade e poder contribuir para o desenvolvimento urbano mais ordenado.

Os fatores elencados nas falas dos entrevistados direcionam para uma construção coletiva que leve em conta o enfrentamento dos problemas sociais na busca de soluções para a cidade. Desse modo, o planejamento esconde alguns dilemas que são expostos justamente quando se elabora um planejamento participativo, haja vista o fato de a cidade não ser homogênea, então são esses processos que revelam justamente as fraquezas das comunidades que não são capazes de alterar essa realidade se não for por meio de processo envolvendo a participação e representação.

O planejamento participativo caracteriza-se pelo tipo de participação, se

induzida ou espontânea, ou se de forma autônoma ou manipuladora. Esse viés permitiu discutir de forma empírica os problemas até aqui elencados sobre a representatividade e como sua inclusão contribui para a construção do PPA da cidade de Teresina.

Assim, a avaliação do processo de elaboração do PPA 2018-2021 por parte dos entrevistados leva em conta a importância do planejamento urbano para o direcionamento de uma cidade mais justa e menos excludente, que possa olhar não somente para os índices alcançados, mas ir atrás de índices que não foram alcançados e tentar propor uma forma coletiva para resolver e alcançar as metas preestabelecidas para o desenvolvimento urbano.

O2. Acho essencial e que este instrumento venha a ser não somente um ato político mais que possa continuar e realizar avaliações das ações planejadas e executadas e que esta etapa também seja participativa.

O3. Achei super importante essa nova prática de elaborar o PPA de forma participativa e que essa ação possa ser feita mais vezes pois a cidade de Teresina está em crescimento e conseqüentemente gerando novas ações a serem planejadas e discutidas.

P1. A Prefeitura Municipal de Teresina teve uma excelente iniciativa ao envolver a população em um plano que é voltado para o planejamento urbano da cidade, nada mais justo do que os usuários influenciarem diretamente no planejamento, visto que assim os resultados podem ser obtidos com mais facilidades.

P2. Creio que a participação da população nos planejamentos do município de Teresina, ajuda as secretarias a ter um olhar mais direcionado para os anseios da população ajudando essa cidade ter um desenvolvimento mais progressivamente.

Para que essa participação não seja meramente induzida ou manipuladora, espera-se que PMT não se utilize apenas da participação consultiva ou opinativa, mais de uma participação deliberativa, propondo decisões relevantes para a cidade, executando, de fato, a concepção de construção coletiva e ou de participação popular no planejamento urbano.

A partir dessas considerações, atina-se que a participação popular no processo de planejamento participativo pode ampliar o envolvimento da sociedade civil, pois na visão de Abranches (2012, p. 65),

a partir da abertura para a participação, quando os atores sociais passam a ter um papel ativo nas decisões sobre a elaboração, execução e controle das políticas públicas, é prioritário que se criem configurações sociais e novos espaços políticos que determinem uma nova relação com o espaço

público. E isso é tarefa da sociedade civil, que vai se inserir nesse processo. A participação social vai, da identificação e agrupamento dos interesses e dos recursos de poder de que esses atores sociais dispõem.

Essa reflexão patenteia que a construção de planejamentos urbanos, atrelada a processos de participação popular, designam uma garantia ao direito democrático de decidir sobre a construção do espaço, sendo possível que esse aprendizado e amadurecimento político tornem a participação efetivamente qualitativa.

A discussão acerca da participação no planejamento urbano deixou de ser relativa aos problemas da democracia representativa e às vantagens dos sistemas participativos, passando a incidir sobre como conformar sistemas representativos e participativos ou, em outras palavras, tornar a participação democrática.

A defesa de um modelo de democracia emancipatória ou inclusiva aproveitaria a dimensão prática do modelo representativo e a dimensão ética do modelo deliberativo, incluindo a mediação normativa do Estado, no sentido de garantir os pressupostos de racionalidade democrática justificados pela vontade das populações de participarem do planejamento das cidades.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação das cidades brasileiras são o reflexo das estruturas sociais, econômicas, culturais, políticas e ambientais constituídas ao longo da história. Todavia, a sua configuração e estrutura morfológica são igualmente decorrentes da repetição que, muitas vezes, gera as crises urbanas. Nesse contexto, o planejamento urbano estabelece uma cidade virtual que, muitas vezes, não se relaciona com as condições reais de produção e expansão das cidades reais, ignorando os reais anseios de boa parte da população.

Refletir sobre planejamento governamental, proposta de governo e PPA, implica ir além das definições mais simples, isso porque as principais inconsistências que dificultam a qualificação do PPA como instrumento efetivo de planejamento urbano, ocorrem justamente pela dificuldade de repassar aos cidadãos que a integração plano-orçamento-gestão é um direito e que sua participação reflete a relação política e técnica que tem por objetivo revelar as razões que levam o plano de governo a influenciar a construção do PPA.

O pesquisa tem como objetivo Geral analisar os processos de planejamento urbano do município de Teresina, discutindo as estratégias de participação popular presentes na constituição do PPA 2018-2021 e como ele se alinha aos eixos da Agenda 2030.

Deveras, justifica-se pesquisar o planejamento urbano do município de Teresina em virtude de sua complexidade, pois assim como há a necessidade de se pensar no futuro, é preciso conhecer e compreender todas as situações que permeiam o planejamento urbano, sejam de cunho político e/ou financeiro, pois o planejamento se completa com a sua efetivação, e para que esta aconteça, é necessário que se estabeleça de forma clara os objetivos que se pretende alcançar, sejam eles de curto ou longo prazo.

As experiências e os processos de planejamento, decorrentes do PPA 2018-2021, foram avaliados em relação às teorias democráticas, normativas e de planejamento urbano e, ainda, à opinião e percepção popular acerca dos processos de planejamento. Tal validação, que inclui as análises política, jurídica e das técnicas de planejamento, é capaz de configurar um modo de planejamento urbano como democrático e participativo, identificando elementos capazes de contribuir para a construção de um modelo geral de planejamento urbano efetivamente

participativo e inclusivo.

Evidenciou-se no evento *Teresina Participativa* uma tímida ampliação dos canais de participação, apesar da obrigatoriedade de realização de audiências e consultas públicas e do estabelecimento do sistema de conselhos consultivos e deliberativos. Logo, o fato de existirem instâncias formais de participação popular não garante a qualidade desta participação.

Apreendeu-se, com o desenvolvimento deste trabalho, que a discussão acerca da participação no planejamento urbano deixou de ser relativa aos problemas da democracia representativa e às vantagens dos sistemas participativos, passando a revelar como conformar sistemas representativos e participativos ou, em outras palavras, tornar a participação democrática.

A defesa de um modelo de democracia emancipatória ou inclusiva aproveitaria a dimensão prática do modelo representativo e a dimensão ética do modelo deliberativo, incluindo a mediação normativa do Estado, no sentido de garantir os pressupostos de racionalidade democrática, justificados pela vontade das populações de participarem do planejamento das cidades.

Há mecanismos em que a população vislumbra os efeitos do planejamento participativo, a exemplo do Colab.re, monitoramento de metas e ações anuais, com o intuito de designar o andamento dos indicadores propostos para o desenvolvimento urbano. Todavia, testemunha-se uma contradição: a cidade que, em tese, é considerada exemplo de participação no Estado do Piauí, com instrumentos como o orçamento participativo, tem em seu sistema de planejamento urbano a conformação de um sistema de planejamento urbano de democracia restrita e pseudoparticipativa, com o mínimo de participação popular, pois alguns elementos formais do sistema de democracia representativa ocorrem.

Apesar disso, analisando o sistema na perspectiva tanto da democracia quanto da participação, concebe-se a dificuldade de justificar o modelo não só como participativo, mas também como democrático.

Nas diversas questões que se colocam em torno das potencialidades e dos limites que o planejamento governamental pode desvendar, uma delas diz respeito ao detalhamento dos diagnósticos socioeconômicos que, muitas vezes – embora não seja regra – potencializam apenas as experiências positivas, manipulando indicadores ou simplesmente direcionando a construção de uma cidade imaginável.

As possibilidades para a constituição de um PPA dotado de maior

capacidade de construção de processos de planejamento participativo dominam o debate sobre a importância do planejamento governamental e do plano de governo no direcionamento dos rumos da política urbana.

Cabe, então, suscitar a discussão sobre a necessidade de elaborar um planejamento que possa demonstrar os desejos e anseios da população, em um processo que não seja conduzido só pela técnica ou só pela política, uma vez que o planejamento é um ato político que envolve muitas instâncias.

Contudo, sua criação deve primar por uma cidade justa, igualitária e acessível, porquanto políticas passam, mas planos de governos são substituídos e se não forem construídos com base em um plano de gestão, correm o risco de serem desmontados a cada troca de gestão.

A cidade é um objeto em constante construção, e nesse sentido, deve-se discutir o planejamento governamental de forma exaustiva com a sociedade civil, focando no desenvolvimento contínuo e permanente, sem ser atrelado a mandatos e/ou desejos governamentais. Nessa direção, a ênfase deve ser um planejamento pautado na construção coletiva.

Conclui-se, a partir de Teresina, capital do Estado do Piauí, que há uma vontade coletiva de participar das decisões políticas e que a mediação de interesses públicos e particulares na cidade necessita cada vez mais da atuação do Estado, fundamentada em uma política urbana constitucional garantidora de direitos à participação e à inclusão política, como legitimidade ético-racional do exercício do poder político na democracia.

Se a democracia é o destino do povo, o dilema sobre como a efetivar nas cidades passa pela legitimação popular.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, F. M. **Planejamento urbano participativo**: mapeamento dos problemas da cidade pelos seus diversos atores. Vila Velha, ES: Opção Editora, 2012.
- BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 1999.
- BRASIL. Lei 10.257/2001. Regulamenta os Art. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: [s.n.], 2001.
- CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.
- _____. **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. *In*: DE SOUSA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (org.) São Paulo: Contexto, 2018.
- _____. **A cidade**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- CARTA DE ATENAS. 4º Congresso C.I.A.M. 1933. **Revista Acrópole**, 1943.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CASTRO, F. A. B. de. **Regionalização, planejamento e gestão urbana em Teresina: a cidade planejada e a cidade real**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.
- CODEVASF. Ministério da Integração Nacional. **Plano de ação integrada e sustentável para a RIDE Grande Teresinha**: diagnóstico situacional participativo. Teresina: Governo do Estado do Piauí, 2013.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- CHOAY, F. **O urbanismo**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- DEÁK, C. O processo de urbanização no Brasil: falas e façanhas. *In*: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (org.). **O processo de urbanização no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004, p. 10-18.
- FAÇANHA, A. C. **Evolução urbana em Teresina**: agentes, processos e formas espaciais da cidade. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geociências da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.
- FERREIRA, A. M. M. **Direito à cidade e participação popular na política urbana da cidade de Natal – RN**: crítica sócio jurídica ao direito urbanístico. Teresina em questão. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) –

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

FERREIRA, J. S. W. Gestão democrática e participativa: um caminho para cidades socialmente justas? **Revista Democracia Viva do Ibase**, n. 18, set./out., p. 01-14, 2003.

_____. A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. In: SIMPÓSIO INTERFACES DAS REPRESENTAÇÕES URBANAS EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO, 2005, Bauru. **Anais...**, Bauru: UNESP- Bauru, SESC - Bauru, 2005. p. 1-24.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Tradução: Magda Lopes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FLORIANO, J. G. de O. *et al.* (org.). **Geografia urbana**: ciência e ação política. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

FRIEDMANN, J. R. P. **Introdução ao planejamento regional**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1960.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2016.

GEHL, J. **Cidade para pessoas**. Tradução Anita Di Marco. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

HADDAD, P. R. **Participação, justiça social e planejamento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HAESBAERT, R. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em desenvolvimento**: estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2010.

JUNIOR, J. C. C. **A reinvenção do planejamento governamental no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LE CORBUSIER. **Planejamento urbano**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

_____. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo:

Centauro, 2011.

KONZEN, L. P. A mudança do paradigma em sociologia urbana: do paradigma ecológico ao socioespacial. **Revista Ciências Humanas**, Florianópolis, SC, v. 45, n. 1, p. 79-99, abr. 2011.

MARICATO, E. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MELO, A. *et al.* **Teresina Agenda 2015**: a cidade que queremos. Diagnósticos e cenários – Revitalização do Centro. Teresina, 2002.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em estudos sociais**. São Paulo: Atlas, 2005.

MONTE-MÓR, R. L. de M. Planejamento urbano no Brasil: emergência e consolidação. **Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais etc. (Espaço, tempo e crítica)**, Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, vol.1, n. 14, p. 15, jun. 2007.

MINDLIN, B. **Planejamento no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

NASCIMENTO, S. M. dos M. G. do. **Implementação das diretrizes para o desenvolvimento econômico e meio ambiente do Plano Diretor de Teresina no período de 2010 a 2016**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

PÁDUA, C. M. de. **Planejamento urbano em Teresina de 1969 a 2006**. 2010. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010.

PENNA, Nelba Azevedo. Empreendedorismo e planejamento urbano em Brasília: da máquina de morar à máquina de crescimento urbano. *In*: PEREIRA, E. M. (org.). **Planejamento urbano no Brasil**: conceitos, diálogos e práticas. Chapecó: Argos, 2008.

PRODANOV, C. C.; DE FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, R. J. B. **Construindo o planejamento público**: buscando a integração entre política, gestão e participação popular. São Paulo: Atlas, 2013.

RODRIGUES, R. da S. **Planejamento urbano em Teresina**: análise das projeções de expansão urbana. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

RODRIGUES, A. M. O espaço urbano e as estratégias de planejamento e produção da cidade. *In*: PEREIRA, E. M. (org.). **Planejamento urbano no Brasil**:

conceitos, diálogos e práticas. Chapecó: Argos, 2013.

SÁNCHEZ, F. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Revista de Sociologia e Política**, n.16, p. 31-49, jun. 2001.

SANTOS, M. **Território**: globalização e fragmentação. *In*: _____; DE SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, M. L. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____.; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. Da totalidade ao lugar. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **Por uma Geografia Nova**. Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

_____. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

_____. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico científico-informacional. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2013.

_____. **Espaço e método**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SILVA, S. DE S. **(Re)produção espacial, intervenção urbana e agenda 2015**: a área central de Teresina em questão. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

SILVA, G. P. da. **Expansão do espaço urbano recente de Teresina (PI)**: uma análise do setor habitacional. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

SOUSA, M. A. de. **Governo urbano**. São Paulo: Nobel, 1988.

SOUZA, M. L. de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SOUZA, M. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

SPOSITO, M. da E. B. **Capitalismo e urbanização**. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

- TERESINA. **Plano de Desenvolvimento Local Integrado**. PMT, 1969.
- _____. **I Plano Estrutural de Teresina**. PMT, 1977.
- _____. **Plano de Diretor de Desenvolvimento Urbano**. PMT, 1983.
- _____. **II Plano Estrutural de Teresina**. PMT, 1988.
- _____. **Teresina Agenda 2015: Plano de Desenvolvimento Sustentável**. Teresina: PMT, 2002.
- _____. **Teresina 2000-2010: diagnóstico, avanços e desafios**. Teresina: PMT, 2013.
- _____. **Teresina Agenda 2030: a cidade desejada**. Teresina: PMT, 2015.
- _____. **Plano Plurianual – 2018-2021: Lei nº 5.135 de 18 de dezembro de 2017, diagnóstico e perspectiva econômica, programas setoriais, metas, indicadores e iniciativas**. Teresina: PMT, 2017.
- _____. **Leitura da realidade municipal**: Teresina: PMT, 2017.
- _____. **Leitura comunitária**: Teresina: PMT, 2017.
- _____. **Plano de trabalho**: Teresina: PMT, 2017.
- _____. **Leitura técnica do municipal**: Teresina: PMT, 2017.
- _____. **Teresina participativa: do jeito que você imagina**. Teresina: PMT, 2017.
- _____. **Perfil municipal 2018**. Teresina: PMT, 2018.
- VASCONCELOS, P. de A. A cidade contemporânea: segregação espacial. *In*: _____; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (org.). *Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades*. São Paulo: Contexto, 2018.
- VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. *In*: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (org.). **O processo de urbanização no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1999. p. 169-243.
- ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de estudo e de pesquisa em Administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração, UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de compromisso ético do pesquisador



Linha de pesquisa: **Dinâmica territorial: campo e cidade**

Eu, **Gilson Barbosa de Sousa**, (RG: 1.995.671 – SSP/PI), pesquisador responsável pelo projeto de pesquisa **Planejamento Urbano do Município de Teresina: Análise da Participação no Processo de Construção do PPA 2018-2021**, orientado pela **Prof.^a Dra. Virgínia Célia Cavalcante de Holanda**, que pode ser contatado pelo e-mail **Gilson.s.b@hotmail.com** ou pelo telefone número **(88) 9933-3071**, compromete-se em assegurar a preservação do anonimato do participante voluntário da referida pesquisa, mediante as seguintes garantias: o (a) participante não será identificado (a) por nome civil, endereço físico e eletrônico, cargo/função, idade e sexo. O (a) participante será identificado (a) genericamente como **“entrevistado A, B, C...”**, podendo-se atribuir nomes fictícios desde que não comprometam as condições de garantia do anonimato. Informações sobre o perfil acadêmico e profissional do (a)s participantes poderão ser apresentadas, desde que não revelem suas identidades. O trabalho tem por **Objetivo Geral analisar os processos de planejamento urbano do município de Teresina, discutindo as estratégias de participação popular presentes na constituição do PPA 2018-2021 e como este está alinhado aos eixos da agenda 2030**. E a participação do(a)s voluntário(a)s consistirá em conceder entrevistas ao pesquisador responsável pelo projeto de pesquisa. **O estudo possui finalidade de pesquisa e os dados obtidos serão utilizados e divulgados seguindo as diretrizes do Comitê de Ética na Pesquisa UVA, com a preservação do anonimato do(a)s participantes, assegurando assim sua privacidade.**

Teresina-PI, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do pesquisador responsável

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



Linha de pesquisa: **Dinâmica territorial: campo e cidade**

Concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa intitulado Planejamento Urbano do Município de Teresina: Análise da Participação no Processo de Construção do PPA 2018-2021 que tem como pesquisador responsável Gilson Barbosa de Sousa, orientado pela Prof.^a Dra. Virgínia Célia Cavalcante de Holanda, que podem ser contatados pelo e-mail Gilson.s.b@hotmail.com ou pelo telefone número (86) 9933-3071. Tenho ciência que a referida pesquisa tem por Objetivo Geral analisar os processos de planejamento urbano do município de Teresina, discutindo as estratégias de participação popular presentes na constituição do PPA 2018-2021 e como este está alinhado aos eixos da agenda 2030. e que minha participação consistirá em conceder entrevista ao pesquisador responsável pelo projeto de pesquisa. Compreendo que este estudo possui finalidade de pesquisa, que os dados obtidos serão utilizados e divulgados seguindo as diretrizes do Comitê de Ética na Pesquisa da UVA, com a preservação do anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. Sei que essa participação é voluntária e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Teresina-PI, ____ de _____ de _____

Assinatura do Entrevistado

Nome do Entrevistado em Letra Legível

Recomendado pela CAPES – Ofício Nº 003-10/2012 e homologado pelo CNE
(Port. MEC 11, de 04/01/2013, D.O.U de 08/02/2013, sec. 1, p.4)
Av. JonhSanford, 1845 – Campus Junco – CEP.: 62.030-975
(88) 3611-6887 – Sobral (CE)
mestradogeografia@uvanet.br

APÊNDICE C – Roteiro de entrevistas. Técnicos responsáveis pelo planejamento e secretários municipais



**UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ – UVA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA – MAG**

**PLANEJAMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE TERESINA: ANÁLISE DA
PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PPA 2018-2021**

Orientadora: Prof.^a Dra. Virgínia Célia Cavalcante de Holanda
Mestrando: Gilson Barbosa de Sousa

01 – Considerando a atual Legislação Urbana, em que contexto o Plano Plurianual (PPA) 2018-2021 foi elaborado?

—

02 – O diagnóstico socioeconômico da cidade de Teresina influencia, até que ponto, a Elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2018-2021?

03 – Como a Prefeitura Municipal de Teresina se organizou para promover o processo de participação da população na elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2018-2021?

—

04 – Qual a importância da elaboração do planejamento de curto prazo, o Plano Plurianual (PPA) 2018-2021 na produção do espaço urbano em Teresina?

—

05 – Em relação aos eixos da Agenda 2030, qual a sua importância na Elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2018-2021?

06 – Considerando o tema da Agenda 2030, “A cidade desejada”, que documentos foram analisados a fim de se chegar ao objetivo proposto?

07 – Levando em consideração a Agenda de Compromissos 2015, bem como a atual Agenda de Compromissos 2030, o Plano Plurianual (PPA) 2014-2017 e o atual Plano 2018-2021, é possível identificar se a cidade de Teresina alcançou o objetivo em relação à “cidade que queremos” ou continuamos na “cidade que temos”?

08 – Que metodologia foi adotada no Fórum Teresina Participativa para promover interação entre os participantes?

09 – Para ser participativo tem de haver participação. Você considera a utilização do Aplicativo Colab uma ferramenta eficaz na elaboração do Planejamento Urbano de Teresina?

10 – Por que a Prefeitura Municipal de Teresina, dividida em 04 (quatro) zonas, optou por realizar apenas na Zona Sul o fórum Teresina Participativa?

11 - O número de inscritos e de participantes no Fórum “Teresina Participativa”, evento que aconteceu entre os dias 26 e 28 de abril de 2017, foram suficientes para demandar ações e propostas para os 123 bairros do município de Teresina?

12 - O tempo destinado às discussões em torno dos Eixos da Agenda 2030 no Fórum Teresina Participativa foram suficientes para esclarecer a importância da elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2018-2021 para a cidade de Teresina?

APÊNDICE D – Roteiro de entrevistas representantes da sociedade civil pública e organizada



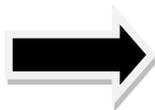
**UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ – UVA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA – MAG**

**PLANEJAMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE TERESINA: ANÁLISE DA
PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PPA 2018-2021**

Orientadora: Prof^ª. Dra. Virgínia Célia Cavalcante de Holanda
Mestrando: Gilson Barbosa de Sousa

Nome: _____
Instituição: _____
E-mail _____

Antes de iniciar as perguntas e ter sua contribuição nessa pesquisa gostaria de explicar o **“que é um processo Participativo”**



PROCESSO PARTICIPATIVO
É um conjunto de atividades realizadas para prática da cidadania na qual a sociedade tem o poder de expressar sua opinião e decidir sobre determinado assunto relacionado ao Planejamento urbano de sua cidade

As atividades participativas podem ser **PRESENCIAIS** e/ou **VIRTUAIS**



Ex: Fórum,
reuniões,
audiências públicas,
entre outros
encontros
presenciais



Ex: Consultas no
Site da Prefeitura
Municipal e outras
plataformas virtuais,
como Colab.re

01 – No processo de construção do Plano Plurianual PPA – 2018-2021 da cidade de Teresina-PI. Qual grupo você representa?

- Representante Sociedade Civil Ex. Morador de Bairro
- Representante de organização ou instituição Social Ex. integrantes de associação de moradores ou integrante de entidades de classes ou profissional.

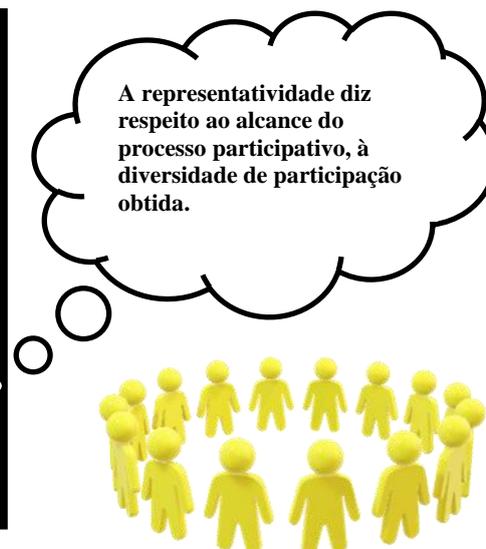
02 – Em quais tipos de atividades você contribuiu na elaboração do plano plurianual 2018-2021 da cidade de Teresina-PI?

- Presencial (Audiência pública, Fórum, Reuniões etc.)
- Virtual (Site da Prefeitura, Colab.re ou outras formas virtuais)
- Presencial e Virtual

03 – Como aconteceu o contato da Prefeitura Municipal de Teresina com sua entidade para a realização do plano Plurianual PPA 2018-2021?

04 – Houve alguma reunião em sua entidade, a fim de divulgar os objetivos da elaboração do Plano Plurianual PPA-2018-2021, de forma participativa? Comente como foram as contribuições dessa reunião.

Para continuar a entrevista, deixe-me explicar **o que é Representatividade**



05 – Quais fatores contribuíram para que sua entidade manifestasse interesse em participar da elaboração do PPA 2018-2021?

06 – Como você avalia a diversidade de meios de comunicação (Banner, Outdoor, reportagens, chamadas em TV, Propagandas em TV e Rádio, *Facebook*, *Instagram*, Site Próprio do evento) utilizados para divulgar o evento *Teresina Participativa*?

07 – Houve disponibilidade de recursos ou ferramentas para realizar contribuições nas atividades de que você participou? Ex: papel, caneta, microfone, computador, *tablet* internet, comente sua experiência.

08 – Como você avalia a liberdade para se manifestar e contribuir nas atividades participativas relacionadas à elaboração do Plano Plurianual PPA 2018-2021?

09 – Qual sua avaliação em torno dessa nova prática da Prefeitura Municipal de Teresina em realizar de forma participativa a elaboração do PPA 2018 – 2021, instrumento tão importante para o planejamento urbano da cidade? Comente.

10 – Em relação ao debate em torno do eixo da agenda 2030 do qual você participou, você considera satisfatório o tempo destinado às contribuições para a elaboração do PPA 2018-2021?

11 – Levando em consideração suas respostas anteriores, você achou satisfatório o processo participativo realizado para discutir a elaboração do PPA 2018 – 2021 da cidade de Teresina?

12 – Você mudaria algo no modo como foi proposta a participação na elaboração do Plano Plurianual PPA 2018-2021? Qual a sua sugestão?

APÊNDICE E – Observações diretas nas etapas de elaboração do PPA 2018-2021

Atividade	Local	Data	Reportagem Associada	Encaminhamentos
Reunião com técnicos da PMT	Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPPLAN)	29/03/2020	https://www.oitomeia.com.br/noticias/2017/03/22/toro-de-ideias-discute-proposta-para-teresina/	Esclarecer a metodologia em torno da elaboração do PPA 2018-2021
Reunião com membros do Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU)	Auditório da Secretaria Municipal de Finanças (SEMF)	31/03/2017	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2017/03/31/prefeitura-apresenta-forum-teresina-participava-aocdu/	Reunião baseada em torno dos eixos da agenda 2030 que seria a base para a construção do PPA 2018/2021
Reunião com as associações comunitárias da zona Sul de Teresina – UMAC SUL	Escolão do Bairro Parque Piauí, Zona Sul de Teresina	08/04/2017	https://www.oitomeia.com.br/noticias/2017/04/07/pmt-e-entidades-discutem-propostas-para-teresina/	Apresentação de resultados alcançados pela prefeitura e convite para a participar do PPA 2018-2021
PMT disponibiliza site para inscrições no Fórum Teresina Participativa	http://www.teresinaparticipativa.com.br/	18-25/04/2017	https://www.caupi.gov.br/?p=12794	Análise das inscrições no Site. Encerraram-se as vagas antes do previsto e o site só ficou no ar no período do evento
Fórum Teresina Participativa	Auditório da Federação das Indústrias do Estado do Piauí (FIEPI)	26 a 28 de abril de 2017	http://g1.globo.com/pi/piaui/videos/t/todos-os-videos/v/forum-teresina-participativa-discute-futuro-da-cidade-entre-gestores-e-populacao/5829433/	A inscrição no evento só permitia participar das discussões em 1 dos 5 eixos da agenda 2030.
Apresentação das metas aos secretários, afim de promover o debate de modelos urbanos	Auditório do centro de Formação de Professores Odilon Nunes	09/05/2017	https://cidadeverde.com/noticias/247180/pmt-defende-modelo-voltado-em-conceito-de-cidade-para-as-pessoas	Reunião voltada a mostrar sucesso de planejamentos realizados por cidades que defendem o modelo de cidade caminhável, cidade para as pessoas
Palestra na Faculdade AESPI	Auditório da faculdade	11/05/2017		Palestra realizada em torno dos eixos da agenda 2030 e da importância da participação na elaboração do PPA 2018-2021
Palestra na Faculdade ESTÁCIO – CEUT	Auditório da faculdade	16/05/2017		

Visitas técnicas as superintendências de desenvolvimento urbano (SDUs)	Sdu – Leste Sdu – Sudeste	8/05/2017		Visita programada para com intuito de promover uma roda de conversas em torno das propostas a serem inseridas no PPA 2018-2021
Palestra promovida pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Piauí-CAUC para discutir o planejamento urbano de Teresina	Metropolitan Hotel	14/05/2017	https://www.caupi.gov.br/?p=8297	Palestra promovida pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo com intuito de mostrar a evolução urbana de Teresina, desafios para o futuro, perímetro urbano e qualidade de vida nas cidades.
Prefeitura disponibiliza uma Van com colaboradores para fazerem	Mirante da Ponte Estaiada	21/05/2017	https://www.oitomeia.com.br/noticias/2017/05/12/teresina-participativa-prefeitura-percorrer-bairros-para-mobilizar-populacao/	Coleta de informações com uso de tablet indo de encontro a população, uma vez que o Fórum não possibilitou uma maior participação
Formação de comissão para acompanhar as propostas do PPA e PDOT	SEMPPLAN	23/05/2017	http://demo.pmt.pi.gov.br/semcom_antigo/noticia/Teresina-Participativa-PMT-reune-sociedade-civil-para-formar-comissao/14709	Reunião com técnicos da Semplan para encaminhar às secretarias as propostas enviadas pelo Colab e coletadas no Fórum para serem incluídas no PPA correspondente a cada secretaria.

ANEXOS

ANEXO A – Lei nº 5.135, que dispõe sobre o Plano Plurianual 2018-2021



Prefeitura
Municipal
de Teresina

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO - DOM

Órgão de Comunicação Oficial da PMT

R\$ 2,50

Ano 2017 - Nº 2.192 - 29 de dezembro de 2017

Atos do Poder Executivo



Lei nº 5.135 de 22 de DEZEMBRO DE 2017



Prefeitura Municipal de Teresina

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o
Quadrênio 2018/2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERESINA, Estado do Piauí
Faço saber que o Plenário da Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual do Município para o Quadrênio 2018/2021 – PPA 2018-2021, em cumprimento ao disposto no art. 150, da Lei Orgânica do Município.

Art. 2º O planejamento governamental é a atividade que, a partir de diagnósticos e estudos prospectivos, orienta as escolhas de políticas públicas.

Art. 3º O PPA 2018-2021 é instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável.

Art. 4º O PPA 2018-2021 terá como diretrizes:

- I – construir uma cidade igualitária, onde todas as regiões da Cidade estejam contempladas com equipamentos básicos para a qualidade de vida (escolas, creches, UBS's, esporte, lazer, praças e parques);
- II – adensar o espaço urbano; construir uma Cidade para as pessoas, onde a mobilidade e o uso sustentável do território e seus recursos seja a principal diretriz para as políticas públicas;
- III – gerar oportunidade econômica; construir uma cidade produtiva, com acesso e oportunidade de educação, qualificação, renda, investimentos e infraestrutura;
- IV – promover uma gestão transparente, participativa e eficaz; construir uma cidade em que a administração pública municipal seja referência de participação popular e eficácia de serviços, com foco na transparência das ações e estímulo à solidariedade.

Art. 5º Constituem prioridades da Administração Pública Municipal:

I - Inclusão Social:

- a) garantir acesso à saúde, educação e à rede de proteção social;
- b) garantir a qualidade no atendimento dos serviços básicos;
- c) ampliar as políticas de inclusão (juventude, mulheres, idosos, pessoas com deficiência e mobilidade reduzida);
- d) promover o respeito às diferenças e a defesa dos direitos humanos.

II - Qualidade de Vida:

- a) fortalecer a cultura;
- b) preservar o patrimônio histórico;
- c) estimular o lazer comunitário;
- d) incentivar o desporto escolar e de alto rendimento.

III - Sustentabilidade Ambiental:

- a) garantir a mobilidade, a habitação e o adensamento do espaço urbano;
- b) ampliar a cobertura verde da cidade;
- c) qualificar as políticas de preservação do meio ambiente e de monitoramento do clima;
- d) garantir políticas de saneamento com foco nos resíduos sólidos e na drenagem urbana.

IV - Produtividade Econômica:

- a) estimular a renda e a qualificação profissional;
- b) aprimorar a infraestrutura urbana e rural;
- c) atrair investimentos;
- d) promover a economia solidária e criativa.

V - Governança:

- a) modernizar os processos administrativos e capacitar o servidor municipal;
- b) garantir a qualidade da receita e da despesa;
- c) estimular a participação popular;
- d) garantir a transparência e controle social.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

Art. 6º O PPA 2018-2021 reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental por meio de Programas Setoriais ao Município, assim definidos: Programa Setorial – que expressa e orienta a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade.

Art. 7º O Programa Setorial surge dos objetivos de governo e organiza as Metas e Iniciativas.

§ 1º O Objetivo expressa o que deve ser feito, reflete as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de Iniciativas e tem como atributos:

- I - Órgão Responsável: órgão cujas atribuições mais contribuem para a implementação do Objetivo;
- II - Meta: medida do alcance do Objetivo, podendo ser de natureza quantitativa ou qualitativa, são materializadas pelas iniciativas; e
- III - Iniciativa: atributo que declara as entregas de bens e serviços à sociedade, resultantes da coordenação de ações governamentais, decorrentes ou não do orçamento.

§ 2º O Indicador é uma referência que permite identificar e aferir, periodicamente, aspectos relacionados a uma Meta, auxiliando o seu monitoramento e avaliação.

§ 3º O Valor Global é uma estimativa dos recursos orçamentários, necessários à consecução dos Objetivos, segregadas as esferas Fiscal e da Seguridade da esfera de Investimento das Empresas Municipais, com as respectivas categorias econômica e fonte de recursos.

Art. 8º Integram o PPA 2018-2021 os seguintes anexos:

- I - Anexo I – Diagnóstico e Perspectiva Econômica;
- II - Anexo II – Programas Setoriais;
- III - Anexo III – Metas e Indicadores;
- IV - Anexo IV – Iniciativas.

CAPÍTULO III DA INTEGRAÇÃO COM OS ORÇAMENTOS ANUAIS

Art. 9º Os Programas constantes do PPA 2018-2021 estarão expressos nas leis orçamentárias anuais e nas leis de crédito adicional.

§ 1º As ações orçamentárias serão discriminadas exclusivamente nas leis orçamentárias anuais.

§ 2º Nos Programas Setoriais, cada ação orçamentária poderá estar vinculada a mais de uma Iniciativa.

§ 3º As vinculações entre ações orçamentárias e Iniciativas constarão nas leis orçamentárias plurianuais.

Art. 10. O Valor Global dos Programas e das Iniciativas não são limites à programação e à execução das despesas expressas nas leis orçamentárias e nas leis de crédito adicional.

Art. 11. Os orçamentos anuais, compatibilizados com o PPA 2018-2021 e com as respectivas leis de diretrizes orçamentárias, serão orientados pelas diretrizes expressas no art. 5º para o alcance dos Objetivos constantes deste Plano.

CAPÍTULO IV DA GESTÃO DO PLANO

Art. 12. A gestão do PPA 2018-2021 consiste na articulação dos meios necessários para viabilizar a consecução das suas metas, sobretudo, para a garantia de acesso dos segmentos populacionais mais vulneráveis às políticas públicas, e busca o aperfeiçoamento:

- I - dos mecanismos de implementação e integração das políticas públicas;
- II - dos mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão do PPA 2018-2021.

Parágrafo único. Caberá à Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação - SEMPLAN definir os prazos, as diretrizes e as orientações técnicas complementares para a gestão do PPA 2018-2021.

Art. 13. O Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo relatório anual de avaliação do Plano, que conterá:

- I - avaliação do comportamento dos indicadores que embasaram a elaboração do Plano, explicando, se for o caso, as razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e os realizados;
- II - situação, por Programa, Objetivos e Metas.

Art. 14. O Poder Executivo promoverá a adoção de mecanismos de estímulo à cooperação federativa com vistas à produção, ao intercâmbio e à disseminação de informações para subsidiar a gestão das políticas públicas.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15. Para fins de atendimento ao disposto no § 1º, do art. 167, da Constituição Federal, o investimento plurianual, para o período de 2018 a 2021, está incluído no Valor Global dos Programas.

Parágrafo único. A lei orçamentária anual e seus anexos detalharão os investimentos de que trata o caput, para o ano de sua vigência.

Art. 16. A revisão do PPA será realizada:

I - pela SEMPLAN a qualquer tempo, para a atualização das informações relativas:

- a) aos Indicadores dos Programas e das Metas;
- b) aos Valores de Referência para a individualização de Empreendimentos como Iniciativas;
- c) aos Órgãos Responsáveis por Metas e Iniciativas;
- d) às Iniciativas sem financiamento orçamentário;
- e) às Metas e Iniciativas de caráter qualitativo e/ou alterar a vinculação destas com as ações orçamentárias, cuja implementação não impacte a execução da despesa orçamentária;
- f) às Metas de caráter quantitativo;
- g) à data de início, à data de término e ao custo total dos Empreendimentos Individualizados como Iniciativas;
- h) criar ou excluir Iniciativas.

II - por meio de Projeto de Lei de revisão nos casos em que seja necessário:

- a) criar ou excluir Programas ou alterar a sua redação;
- b) criar ou excluir Objetivos ou alterar a sua redação.

§ 12 As atualizações de que trata o inciso I serão informadas à Câmara Municipal.

§ 2º O Projeto de Lei de revisão que inclua ou modifique Programa Setorial ou Objetivo deverá conter os respectivos atributos e observar a não superposição com a programação já existente no PPA 2018-2021.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Teresina (PI), de 18 de dezembro de 2017.

FIRMINO DA SILVEIRA SOARES FILHO

Prefeito de Teresina

Esta Lei foi sancionada e numerada aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

CHARLES CARVALHO CAMILLO DA SILVEIRA
Secretário Municipal de Governo

Serviço Financeiro (Dezembro/2014)

SALÁRIO MÍNIMO (R\$).....	724,00	Atos do Poder Executivo.....	1
TAXASELIC (%).....	0,84	Administração Direta.....	9
TJLP (% ao ano).....	5,00	Administração Indireta.....	13
POUPANÇA (% - 1º dia do mês).....	0,5485	Comissão de Licitação.....	16
TR (% - 1º dia do mês).....	0,0483	19
		Ineditorial.....	20

ANEXO B – Relação de inscritos no Seminário Teresina Participativa Categoria Técnicos Municipais

						
Nº	Nome	E_MAIL	Sexo	EIXO	Bairro	Entidade
1	Achilles Hilton Bastos Moura	achillemoura@bol.com.br	masculino	sustentabilidade	Centro Sul	Prefeitura Municipal de Teresina
2	Adelina Maria Rocha do Nascimento Meneses	dilanmeneses2@yahoo.com.br	feminino	qualidade	Cristo Rei	SEMTCAS
3	Adriana Morgado	adrianamorgado@globo.com	feminino	qualidade	ININGA	Prefeitura Municipal de Teresina
4	ALTON	altonpr77@gmail.com	masculino	inclusao	Parque Ideal	Prefeitura
5	Alexandre de Carvalho Oliveira Lima	alexandrecolma@ig.com.br	masculino	governanca	Jóquei	Fundacao Wall Ferraz
6	Alexandre Lima	alexandregomes_xixa@gmail.com	masculino	qualidade	Itararé	SEMCOM
7	ALINE MARIA DA COSTA	lineca@gmail.com	feminino	sustentabilidade	Fátima	SDU CENTRO NORTE
8	Aline Rodrigues	alinerodrigues@gmail.com	feminino	sustentabilidade	AGARAPÉ	FMC
9	Aline Teixeira Mascarenhas de Andrade	aline.tma@hotmail.com	feminino	sustentabilidade	Matinha	Prefeitura Municipal de Teresina
10	Allyne Vieira Moura	allyne.v.moura@hotmail.com	feminino	sustentabilidade	Noivos	SDU-SUL
11	Ana Célia Vieira dos Santos	anaceliavs2013@gmail.com	feminino	inclusao	Mafuá	SEMEC
12	Ana clara leite almeida	anaclaral Almeida@gmail.com	feminino	produtividade	Aeroporto	Sdu sudeste
13	Ana Cleide Lopes	anaclopesrex@hotmail.com	feminino	inclusao	Centro	Semec
14	Ana Cristina Martins Rocha	cristinarochaacmr@gmail.com	feminino	produtividade	Cristo Rei	FMEPS-TE
15	ANA ELIANA CARNEIRO	anaeliana carneiro1996@gmail.com	feminino	produtividade	Ilhotas	FMEPS-TE
16	Ana Karine Batista de Sousa	anakarineb@gmail.com	feminino	qualidade	Parque Piauí	SDU Centro Norte
17	Ana Régia Lopes Broxado Nolêto	anaregianoleto@hotmail.com	feminino	produtividade	Centro	IPMT
18	Anaína	anaainacarvalho@bol.com.br	feminino	qualidade	NOIVOS	Concelho de Educação - Semec
19	André Luis Castro e Silva	andressluis@bol.com.br	masculino	sustentabilidade	Santo Antônio	SDR
20	ÂNGELA CÉLI BASÍLIO LIMA ARAÚJO	angela.celi@uol.com.br	feminino	inclusao	Fátima	SEMEL
21	Anna Karina Carvalho Freitas	karinafreitas26@hotmail.com	feminino	sustentabilidade	Vermelha	SEMPPLAN
22	Anne Kaline Moraes Cavalcante	annecavalcant@gmail.com	feminino	sustentabilidade	DIRCEU II	SEMGOV
23	Annyelly Carvalho	annyellysosa@hotmail.com	feminino	governanca	GURUPI	SEMAM
24	Antonia Melo de Sousa	antoniamelo@gmail.com	feminino	inclusao	Cidade Nova	Semec
25	Antônia Michele Moraes Cardoso Medeiros	michelezoo@hotmail.com	feminino	qualidade	Aeroporto	SEM DUH
26	Antonia Ximenes de Araújo	aximenesdearaujo@yahoo.com.br	feminino	qualidade	Angelim	Hospital UPA Promorar
27	ANTONIO CÉZAR SOBRREIRA MARQUES FILHO	cezarsobreira@gmail.com	masculino	inclusao	PARQUE PIAUÍ	SEMTCAS
28	ANTONIO VAZ FONTINELE JÚNIOR	vazfontinele1@gmail.com	masculino	inclusao	Cabral	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
29	Artur Vitor da Silva Costa	creas2teresina@yahoo.com.br	masculino	sustentabilidade	Vale Quem Tem	CREAS LESTE
30	AURÉLIA ALVES DE ARAÚJO	aureliaaraujo2008@hotmail.com	feminino	governanca	SANTA LUZIA	SEMPPLAN/PMT
31	AYRTON MENDES DOS SANTOS BARROS	ayrton.mendes@hotmail.com	masculino	sustentabilidade	Morada Nova	SDU Sul
32	Carla Pinheiro da Silva	carlapinsilva@gmail.com	feminino	governanca	Santa Isabel	SDU SUDESTE
33	CARMEM HOLANDA ABREU LIMA	carmemlima02@hotmail.com	feminino	sustentabilidade	Campestre	SDU NORTE
34	Célia Maria pedreira Santiago	celia.santiago@hotmail.com	feminino	qualidade	Santa Isabel	FMS
35	Cenira Torres Viana Vieira de Alencar	ceniralencar@yahoo.com.br	feminino	qualidade	São João	SDU NORTE
36	Clarice Bezerra de Santana	alicesantana2009@hotmail.com	feminino	sustentabilidade	Parque Ideal	Fundação Municipal de Saúde
37	Claudiane Lima da Silva	claudianelasilva@hotmail.com	feminino	inclusao	Mocambinho	SEMPPLAN
38	Claudinei Alves da Costa Feitosa	claudineifeitosa@hotmail.com	masculino	sustentabilidade	Centro Sul	SEMAM
39	Claudio Marcelo Loureiro Batista da Cunha	cmbcunha@hotmail.com	masculino	produtividade	Novo Horizonte	SEMPPLAN
40	CLELIA DO SOCORRO SOUSA RIBEIRO	clelia.angical@gmail.com	feminino	governanca	Centro	SEM COP - Prefeitura de Teresina
41	Cleto Augusto Baratta Monteiro	cleto_baratta@hotmail.com	masculino	governanca	Fátima	prefeitura municipal de Teresina
42	CONSTANÇE DE CARVALHO CORREIA JACOB MELO	consjacob@gmail.com	feminino	qualidade	ilhotas	Prefeitura Municipal de Teresina
43	Creusa dos Santos Soares	csmarps@gmail.com	feminino	sustentabilidade	Cristo Rei	PMT
44	CRISTINA DE MELO MOURA OLIVEIRA	kacribi.ibm@hotmail.com	feminino	inclusao	Mafrense	SEMTCAS
45	Daliany de Sousa Santos	dalyane1@hotmail.com	feminino	inclusao	Ilhotas	SEMEC
46	Daniel de Aguiar Gonçalves	daniel_contador_9@hotmail.com	masculino	governanca	Itararé	PGM
47	Daniilo Mendes Araújo	argdaniilomendes@hotmail.com	masculino	sustentabilidade	Promorar	ETURB
48	DAYSEANNE PACIFICO CARVALHO	dayseanne1@hotmail.com	feminino	governanca	Cristo Rei	SDR
49	Débora Cardoso Cavalcante	debccavalcante@hotmail.com	feminino	qualidade	Marquês	SDR
50	debora ferraz	cosampplr@gmail.com	feminino	governanca	Pirajá	prefeitura de teresina
51	Denise Cavalcanti Sampaio Melo	denisesampaio_melo@hotmail.com	feminino	sustentabilidade	Santa Isabel	Prefeitura Municipal de Teresina
52	Domingos Pereira da Silva Júnior	domjunior@gmail.com	masculino	governanca	Ininga	Semplan
53	Douglas Amauri Costa Nascimento	douglasamauri@gmail.com	masculino	qualidade	Parque Piauí	semplan
54	Edangela de Sousa Cutrim Gomes	edangelagomes@gmail.com	feminino	produtividade	Ilhotas	LAGOS DO NORTE
55	eduardo speeden	eduardospeeden@gmail.com	masculino	governanca	Piçarraira	SEMF
56	Elane Lopes Coutinho	elanelocoutinho@gmail.com	feminino	sustentabilidade	São Sebastião	LAGOS DO NORTE
57	ELINE GOMES DE MOURA SANTOS	elinegomesas@gmail.com	feminino	inclusao	Saci	SEMTCAS
58	Einete da Silva Alves	linetes2008@hotmail.com	feminino	qualidade	Alto Alegre	SEMPPLAN
59	Emílio César de Sampaio Oliveira	ec.so@hotmail.com	masculino	governanca	Horto	Prefeitura municipal de Teresina
60	emmanuel Jesus olimpico vieira	ej.vieira@yahoo.com.br	masculino	sustentabilidade	Parque Sul	SEMGOV
61	Erica de Paula Lopes Galeno	erica-paula-galeno@hotmail.com	feminino	qualidade	Angelim	SEMGOV
62	Erica de Paula Lopes Galeno	erica-paula-galeno@hotmail.com	feminino	qualidade	Angelim	SEMGOV
63	Érinelde Azevedo Nunes	eriazvevedo@bol.com.br	feminino	sustentabilidade	Campestre	SDU SUDESTE
64	Estegite Carvalho Moura	estegite@gmail.com	feminino	qualidade	Centro	Semec
65	FABIANA DOS SANTOS LIMA	adv.fabianalima@gmail.com	feminino	governanca	Saci	SEMGOV
66	Fábio Alves Camelo	fbcamelo@hotmail.com	masculino	produtividade	BELA VISTA	SEMDEC
67	Fábio Ruben de Macedo Costa	marciaalencar_uapi@hotmail.com	masculino	governanca	Matadouro	SEMEC
68	Felipe Santana	felipesantanaff@gmail.com	masculino	qualidade	SACY	SEMF
69	FERNANDO JOSE LOPES DE ABREU	fjabreu@outlook.com	masculino	qualidade	CAMPESTRE	SDU-SUL
70	Flavia Maia	flavianevesmaia@gmail.com	feminino	qualidade	JOCKEY	SEMPPLAN
71	Flávio Vinicius Borges Araújo	flavio.vinni@hotmail.com	masculino	qualidade	Morada Nova	STRANS
72	FRANCIANA BLEENSE DE SALES	francianasales@hotmail.com	feminino	qualidade	PARQUE SÃO JOÃO	SEMTCAS
73	francinete alves machado	francinete001@hotmail.com	feminino	inclusao	Nossa Senhora das	SEMTCAS
74	Francisca Maria Pinheiro Costa Teixeira	fcamariapcosta@gmail.com	feminino	qualidade	Noivos	SEMPPLAN
75	Francisca Odete de Melo	odetemelo26@hotmail.com	feminino	inclusao	Centro	ipmt
76	Francisco das Chagas Pereira Assunção	chaga_assuncao@hotmail.com	masculino	qualidade	mocambinho	semplan
77	Francisco Gabriel Santos de Lucena	franciscogabrielc@gmail.com	masculino	qualidade	Parque Piauí	fundação Wall ferraz
78	fredson castro	fredcastro33@hotmail.com	masculino	governanca	Angelim	prefeitura municipal de teresina
79	gerson dos santos sobrinho	gersonfwf@hotmail.com	masculino	governanca	Esplanada	prodater.
80	Geysa Gabrielle dos Santos Cunha	gsrduarte@hotmail.com	feminino	inclusao	Esplanada	SEMA
81	Gianne Carline Macedo Duarte Ferreira	gsrduarte@hotmail.com	feminino	qualidade	Esplanada	SEMA
82	Gilson Barbosa de Sousa	gilson.s.b@hotmail.com	masculino	qualidade	Satélite	SDU SUL
83	GILSON DE SOUSA	gilsonet@hotmail.com	masculino	inclusao	Matadouro	SEMEC
84	Giovanna Saravia Bezerra Barbosa	giovannasaravia@hotmail.com	feminino	qualidade	Fátima	Semec
85	grasiele pinho de aguiar da silva	grasiele45@gmail.com	feminino	qualidade	São João	FMS

86	helene silva santos	helinessantos@yahoo.com.br	feminino	produtividade	Campestre	fundação Wall ferraz
87	Hikaro Kayo de Brito Nunes	hikarokayo2@hotmail.com	masculino	sustentabilidade	Promorar	SEMEC
88	IRACILDA ALVES BRAGA	iracidabraga@yahoo.com.br	feminino	inclusao	Ininga	SEMTCAS
89	ISAAC SAMUEL PEREIRA DE MENESES	isaacmion@hotmail.com	masculino	sustentabilidade	Lourival Parente	SDU SUL
90	IVAN RODRIGUES BARBOSA	IVANRBARBOSA@HOTMAIL.COM	masculino	qualidade	Marquês	PREFEITURA DE TERESINA
91	Jairo Anderson Costa Sampaio	sampaiojair@outlook.com	masculino	qualidade	Mocaminho	ETURB
92	Janaina Lucélia Oliveira de Carvalho	Jalu_as@hotmail.com	feminino	governanca	Poti Velho	Semtcas
93	Jefferson Thiago Gomes de Sousa	jtedeficacoes@gmail.com	masculino	sustentabilidade	Itararé	SDU SUDESTE
94	Jesus de maria dos Santos dourado	jesusdourado@yahoo.com.br	feminino	inclusao	São Cristóvão	SEMTCAS
95	JHAMILLE WELLEN ALMEIDA V CARDOSO	jwellenn@gmail.com	feminino	governanca	Tabuleta	SEMPLAN
96	JOÃO ALBERTO LOPES DE MELO	joaolopesmelo@yahoo.com.br	masculino	produtividade	PLANALTO	PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA
97	João Costa da Silva	brisa_joao@gmail.com	masculino	inclusao	Angelim	FMC
98	João Eulálio de Pádua	jepadua@uol.com.br	masculino	sustentabilidade	São Cristóvão	SDU Leste
99	João Kaio Barros da Silva	joaokaiobarros@hotmail.com	masculino	qualidade	Mafuá	FMC
100	João Lenno da Silva Pedreira	jhon.lenno35@outlook.com	masculino	qualidade	poty velho	Semplan
101	João Paulo Gomes da Silva	j.paulounderground@hotmail.com	masculino	sustentabilidade	poty velho	FMC
102	Joe Héder de Sá Corrêa Carvalho Nolêto	eng.joesccnoleto@gmail.com	masculino	sustentabilidade	São João	SEMPLAN
103	Joelma Lessa de Sousa Sobrinho	joelmalessobrinho@hotmail.com	feminino	governanca	São Pedro	SEMPLAN
104	Jonas Barroso Luz Neto	jonasbarroso@gmail.com	masculino	inclusao	Nossa Senhora das	SEM JUV
105	JOSÉ AFRANIO DA SILVA DIAS	afrianoteresina@hotmail.com	masculino	qualidade	Cristo Rei	semplan
106	JOSE DA CRUZ DOS SANTOS FONTES	almeidafontes@hotmail.com	masculino	inclusao	Macaúba	SEMTCAS
107	JOSE HAMILTON LOPES LEAL JUNIOR	josehamilton.arg@gmail.com	masculino	governanca	Santa Maria	SDU SUL
108	Júlio Medeiros	contato@juliomedeiros.com.br	masculino	sustentabilidade	Fátima	Semam
109	Karina Mayra Mendes da Silveira	karinadasilveira10@gmail.com	feminino	inclusao	Centro/ Sul	SEMEC
110	KARLA DENNY DE SOUSA	kydyman2010@Hotmail.com	feminino	inclusao	Santa Cruz	SDU SUL
111	Karla viana	Karlavao@hotmail.com	feminino	inclusao	Três Andares	SDU SUL
112	Kárystom Soares de Macêdo	karystomsoares1020@gmail.com	masculino	inclusao	Marquês	fundação Wall ferraz
113	Katiara Araujo Moura	katiara.moura@hotmail.com	feminino	governanca		1 SEMTCAS
114	KELMA JEANA MODESTINA DE OLIVEIRA	kelmamodestina@hotmail.com	feminino	inclusao	Mocaminho	SEMTCAS
115	KIM FÉLIX RIBEIRO DE SOUSA PAIVA	kimfelix@hotmail.com	masculino	qualidade	Saci	(Fundo Municipal de Saúde)
116	Lais Correa Frota	lais.arg@hotmail.com	feminino	sustentabilidade	Acarape	ARGETE
117	Lais Bastos Lima Verde Nogueira	lais_nogueira@hotmail.com	feminino	sustentabilidade	Ininga	SDU SUL
118	Larissa Bezerra Azevedo	larissaaezevedo.arg@hotmail.com	feminino	governanca	Fátima	Prefeitura
119	Larissa Siqueira Marques Melo	larissa_marx@hotmail.com	feminino	qualidade	Ilhotas	SDU Centro Norte
120	Laura Aquino	lvaseconomia@gmail.com	feminino	qualidade	Parque piaui	PREFEITURA DE TERESINA - SEMF
121	Leno de Lima Portela	LPORT1977@HOTMAIL.COM	masculino	sustentabilidade	Cristo Rei	Sdu sudeste - PMT
122	LEONICE DOS SANTOS	santosleonic@yahoo.com.br	feminino	sustentabilidade	Macaúba	PMT
123	LICILENE SOUSA ROCHA	aliciasousa2013@hotmail.com	feminino	qualidade	Renascença II	HOSPITAL MONTE CASTELO
124	Lívio Roberto Castelo Branco Ferreira	liviofloyd@gmail.com	masculino	sustentabilidade	Nova Brasília	SEMEC
125	LUCÉLIA DE OLIVEIRA SILVA	lucelia_silva23@hotmail.com	feminino	inclusao	Mafrense	SEMTCAS
126	Lúcia Gomes Pereira	luciabotanica@yahoo.com.br	feminino	sustentabilidade	Santa Cruz	Semec
127	Luciana Pinto de Sousa Silveira Assunção	lucianapss@hotmail.com	feminino	qualidade	Socopo	Hospital do satélite
128	Luciana Soares Cavalcante	sissi_cavalcante@hotmail.com	feminino	qualidade	Vale Quem Tem	HOSPITAL DO SATELITE
129	Luiz Emídio Rocha da Costa	creas2teresina@yahoo.com.br	masculino	inclusao	Porto do Centro	CREAS LESTE
130	LUIZ GUSTAVO SOUDA DE CARVALHO	gugacarvalho72@gmail.com	masculino	qualidade	NOIVOS	FUNDAÇÃO MONSENHOR CHAVES
131	Luiza Marlene Eulálio Nunes	luizaaulalio@gmail.com	feminino	governanca	Jóquei	SDU SUDESTE
132	Manassés Ferreira de Moraes	creas2teresina@yahoo.com.br	masculino	inclusao	Tabajaras	CREAS LESTE
133	Marcelo Mourão Eduardo Pereira	marcelompeireira@hotmail.com	masculino	sustentabilidade	Jóquei	Gsu - Sudeste
134	MARCOS ANTONIO DE SOUSA LOPES	marcoslopes1@hotmail.com	masculino	produtividade	Centro	SEMDEEC
135	Marcos Davi Soares Alcantara	marcosteleng@yahoo.com.br	masculino	qualidade	Uruguai	Secrem/Semplan/Teresina
136	Marcos Felipe de Sousa Santos	marcosfelipe_s@hotmail.com	masculino	produtividade	Cidade Nova	UBS - CIDADE NOVA
137	Marfisa Martins Mota de Moura	marfisamota@hotmail.com	feminino	inclusao	Gurupi	SEMTCAS
138	MARGARIDA SIMPLICIO DA SILVA FERNANDE	magsilva74@gmail.com	feminino	sustentabilidade	Matinha	SEMPLAN
139	Maria da Conceição Freitas de Carvalho Santos	ceicafsanos@hotmail.com	feminino	inclusao	Centro	SEMTCAS
140	Maria da Conceição Silva de Brito	mariaceicabrito@hotmail.com	feminino	sustentabilidade	Três Andares	FMS
141	MARIA DE NASARÉ CARDOSO	MARIACARDOSO_1@OUTLOOK.COM	feminino	inclusao	Centro	SMPM
142	maria do amparo ribeiro vasconcelos	amparoribeirov@hotmail.com	feminino	produtividade	Nossa Senhora das	fundação wall ferraz
143	MARIA DO CARMO COSTA FERREIRA	carmocosta22@yahoo.com.br	feminino	inclusao	Zoobotânico	SEMTCAS
144	MARIA DO SOCORRO LUSTOSA DE QUEIROZ VILARINHO	sqvilarinho@hotmail.com	feminino	inclusao	Jóquei	PMT/SEMEC
145	maria do socorro portela martins veloso	socorroveloso@outlook.com	feminino	inclusao	Ininga	SEMPLAN
146	Maria Elane dos Santos Araujo	meliene_santos@yahoo.com.br	feminino	inclusao	Santo Antônio	Semec
147	MARIA LUZIA ALVES DE CARVALHO	marialuziaab@hotmail.com	feminino	inclusao	Lourival Parente	(SEMEC)
148	Maria Madalena Caminha Leal	mmcleal@hotmail.com	feminino	inclusao	Marquês	SEMEC
149	Maria Teresa Mendes Fortes	teresafortes@gmail.com	feminino	inclusao	Jóquei	Secretaria municipal de educação
150	MARIANA ALVES ADAO	marianaadao@gmail.com	feminino	produtividade	São Cristóvão	SEM COP - Prefeitura de Teresina
151	Markus Tajra	markus-tajra@bol.com.br	masculino	governanca	Ilhotas	SEMPLAN
152	Marlene Damasceno de Moura Fé	mmourafe@hotmail.com	feminino	qualidade	Marquês	FMS
153	Marta Maria Lopes de oliveira	marthamaklon@hotmail.com	feminino	qualidade	Monte Castelo	FMS
154	Maryanne Evangelista dos Santos	maryanne.eng@hotmail.com	feminino	governanca	Morada do Sol	SDU SUDESTE
155	Maura Fernanda Guimarães da Costa e Silva	maura_nanda@hotmail.com	feminino	inclusao	Bela Vista	Prefeitura
156	MELCIADES BORGES DA SILVA JUNIOR	melciades53@gmail.com	masculino	inclusao	Centro	SEMPLAN
157	Monique de Sena Rosa	moniquesena@outlook.com	feminino	sustentabilidade	Angelim	Prefeitura Municipal de Teresina
158	Nayra Maria Rodrigues da Silva	nayrahmaria@hotmail.com	feminino	produtividade	Cristo Rei	SDU Sudeste
159	Nelcia Beatriz Fortes da Costa Pinheiro	nelciabeatriz@hotmail.com	feminino	sustentabilidade	Planalto	Prefeitura de Teresina
160	ODIMIRTES ARAUJO COSTA REIS NEVES	odimirtesneves@hotmail.com	feminino	produtividade	PICARREIRA	SEMA
161	Osalda Maria Pessoa	osalidampessoa@outlook.com	feminino	governanca		1 SEMEC
162	Patricia Ferreira Silva de Sousa	sagaseyosagase@hotmail.com	feminino	produtividade	Tabuleta	SEMED
163	Paula Caroline Luz Sousa Cunha Tavares	paulaltavares@hotmail.com	feminino	sustentabilidade	Vermelha	Prefeitura Municipal de Teresina
164	Paulo da Silva Lopes	paullopesilva@gmail.com	masculino	governanca	Parque Piauí	SDU SUL
165	PAULO GUILHERME DE OLIVEIRA SOUSA	paulosousa.eng@outlook.com	masculino	sustentabilidade	Piçarra	Prefeitura de Teresina
166	Paulo Roberto Nonato da Rocha	gilson_s_b@hotmail.com	masculino	produtividade	Vermelha	sdu sul
167	Rafael José Marques	rafaelmarques.geo@gmail.com	masculino	sustentabilidade	Parque Piaui	Prefeitura
168	Raimundo Ulisses de Oliveira Filho	ulissesfilho@bol.com.br	masculino	qualidade	Santa Isabel	Prefeitura de Teresina
169	Raquel Vaz dos Santos	rakelivaz@hotmail.com	feminino	qualidade	Santo Antônio	SECRETARIA DA MULHER
170	Regina Célia Carvalho Rufino Ribeiro	reginarufino@hotmail.com	feminino	produtividade	Santa Isabel	Secretaria Municipal de Planejamento
171	RENATA DE SOUSA QUEIROZ	renata.pmt@outlook.com	feminino	sustentabilidade	Centro	SEMPLAN
172	Renato Lopes da Silva	renato.lopes16@gmail.com	masculino	sustentabilidade	Lourival Parente	Prefeitura Municipal de Teresina
173	ricardo Barbosa de freitas	rbfreitas.eng@globo.com	masculino	sustentabilidade	Jóquei	PMT STRANS
174	Rita Leandro da Silva Gomes	ritaleandropi@hotmail.com	feminino	inclusao		1 SEMTCAS
175	Rodrigo da Silva Rodrigues	rodrigo_geo_grafia@hotmail.com	masculino	qualidade	Extrema	SDU SUDESTE
176	Rosa Gabriela Uchoa Lima Oliveira	gabrielauchoa.sempplan@teresina.pi.gov	feminino	governanca		1 LAGOS DO NORTE
177	ROSYANNE FERREIRA PRASERES DRUMOND	rosypraseres@yahoo.com.br	feminino	sustentabilidade	Ininga	SDU LESTE
178	Ruan Pedro Gonçalves Moraes	ruanpedro_m@hotmail.com	masculino	qualidade	Real Copagri	SDU NORTE
179	Samara Cristina Silva Pereira	samaracefepi@gmail.com	feminino	inclusao	Aeroporto	Fundação Wall Ferraz

180	SELENE ELAINE DOS SANTOS LIMA	seleneelaine@hotmail.com	feminino	inclusao	Três Andares	SEMTCAS
181	Taffarel Francisco Oliveira Soares	taffa_soares@hotmail.com	masculino	governanca	Mocambinho	Prefeitura Municipal de Teresina
182	Teresa Cristina Moura Costa	tcmcosta@hotmail.com	feminino	inclusao	São João	SEMTCAS
183	THIAGO MELO BRAGA	arqthiagomelob@gmail.com	masculino	sustentabilidade	Centro	Ipmt
184	Thiago Valença Neves	thiago.neves@outlook.com	masculino	inclusao	Campestre	SDU Centro/Norte
185	Tiara Cavagando de Sousa Lopes	tiaracslopes@gmail.com	feminino	inclusao	Parque Ideal	SEMTCAS
186	Valdinete Ulisses Duarte de Oliveira	Valdineteulisses@hotmail.com	feminino	inclusao	Acarape	SDU SUL
187	VIRGINIA EMANUELLA MOURA LOPES	arquiteta@virginiamoura.com.br	feminino	produtividade	São João	SEMPPLAN
188	Washington S Bonfim	washbonfim@gmail.com	masculino	sustentabilidade	Fátima	Prefeitura de Teresina
189	Wellington Costa de Sousa	desousa995@hotmail.com	masculino	inclusao	Itararé	Fundação WALL FERRAZ
190	WENDER BACELAR DA SILVA	wenderbacelar@live.com	masculino	qualidade	Mocambinho	SDU - LESTE
191	WILL VIANA	Willviana.gestor@gmail.com	masculino	qualidade	Ininga	SDU LESTE
192	Wilson Fernandes de Sousa	wilsonfernandes314@gmail.com	masculino	qualidade	Monte Castelo	FMS
193	Yolanda Maria Oliveira Costa	yolandainacio@outlook.com	feminino	governanca	Centro	Sdu leste

ANEXO C – Relação de inscritos no Seminário Teresina Participativa Categoria Sociedade Civil Pública Organizada

 		 				
teresinaparticipativa.com.br						
Nº	Nome	E-mail	Sexo	EIXO	Bairro	Entidade
1	Adailton Almeida Pacheco	adailtonpacheco.br@gmail.com	masculino	inclusao	Santo Antônio	Acep
2	ADALGISA DE SOUSA COSTA SILVA	rodrigo_maxwel@hotmail.com	feminino	governanca	Novo Horizonte	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO LOT PARQUE MANOEL EVANGELISTA
3	Laisa Bastos Lima Nogueira Ludwing	laisa_nogueira@hotmail.com	feminino	sustentabilidade	Pininga	Empresa Forma Arquitetura
4	Adriano Melo	adrianomeloarquitecto@hotmail.com	masculino	sustentabilidade	Centro	CAU
5	Agostinho Pereira de Sousa	agotinho51@hotmail.com	masculino	inclusao	Morada do Sol	Associação de Moradores do Bairro Morada do Sol - AMBOSVU
6	Aline de Araújo Lima	alinelimap@hotmail.com	feminino	sustentabilidade	Dirceu Arcoverde II	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMAR
7	Ana Beatriz Ribeiro dos Santos	beatrizribeiro_geo@hotmail.com	feminino	sustentabilidade	Parque Piauí	Universidade Federal do Piauí UFPI
8	Ana Beatriz Rocha Cruz	anabeatrizrochacruz@hotmail.com	feminino	sustentabilidade	Parque Ideal	Representante de Classe estudantil
9	Ana Cleide Nascimento	acasc038@hotmail.com	feminino	inclusao	Beira Rio	UMAC
10	Ana Jéssica Santado de Lima Castro	ana.jessicacastro7@gmail.com	feminino	sustentabilidade	Três Andares	Instituição Religiosa
11	ANA LUCIA LIMA MACHADO	nalucia1mmphd7@gmail.com	feminino	inclusao	POREQUANTO	ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO EM BUSCA DE SOLUÇÕES
12	ANDERSON MOURÃO MOTA	andersonmouraomq@gmail.com	masculino	sustentabilidade	Cristo Rei	CASA PORÁ ARQUITETURA
13	ANGELA NAPOLEÃO BRAZ	angelabraz@ufpi.edu.br	feminino	qualidade	Fátima	Universidade Federal do Piauí - UFPI
14	Angélica Gomes Fontenele Rodrigues da C	angelitfontenele@hotmail.com	feminino	qualidade	Ininga	CERMAP
15	Antônia Maria Magalhães	antonyasousa11@gmail.com	feminino	qualidade	Santa Maria	Associação de mães de Santa Maria de codipi 3
16	ANTONIA RIBEIRO CARDOSO	toiinharc@bol.com.br	feminino	inclusao	vamos ver o sol	SINTE-PI
17	ANTONIO CASTRO ALVES	bibliotecacomunitariapc@hotmail.com	masculino	inclusao	Água Mineral	Organização Preparando Cidades-OPC
18	Antonio Correia Dos Santos	kbaconanthony@hot.com	masculino	produtividade	Parque Brasil	associação de moradores do Park Brasil III
19	Antônio Dario Torres	ado_pi@hotmail.com	masculino	inclusao	Três Andares	Associação da Vila Costa Rica
20	Antônio José Barbosa	institutofcepi@outlook.com	masculino	qualidade	Parque Alvorada	Fecipi-Federação das Entidades Comunitárias do Estado do Piauí
21	Aracely Ferreira Lucena	aracely@fipi.edu.br	feminino	sustentabilidade	Zoobotânico	Instituto Federal de Educação - IFPI
22	Arcelina Silva Gomes	aprospi@hotmail.com	feminino	inclusao	Espanada	aprospi
23	Ascânio Sávio dos Santos e Sousa	mssavia@gmail.com	masculino	produtividade	Saci	União Art Operária Teresinense
24	Augusto Santiago de Queiroz	augustosantiago.as@gmail.com	masculino	inclusao	Três Andares	TV ANTENA 10 / Fundação Santiago
25	Bernardo Neto	netorodrigues1011@hotmail.com	masculino	sustentabilidade	Res Edgar Gayoso	Associação de Moradores do Residencial Edgar Gayoso
26	Bruno Ferreira de Araujo	brunoferreiradearaujo96@gmail.com	masculino	inclusao	Cacimba Velha	Presidente da Associação cacimba velha
27	CLAUDIO BARROS ARAUJO	claudiobarros@gmail.com	masculino	produtividade	Primavera	Portal AZ
28	Daniel Leite Dantas	daniel.leite.dantas@gmail.com	masculino	qualidade	Ininga	universidade federal do Piauí - UFPI
29	Daniel Nunes de Araújo Costa	danielnunes507@gmail.com	masculino	produtividade	Parque do sol	Faculdade Aliança-FACE
30	Daniel Oliveira e Silva	daniel@c2dengenharia.com	masculino	qualidade	Campestre	CAU
31	Daniel Pereira dos santos	Danielpds068@gmail.com	masculino	sustentabilidade	Pedra Mole	Associação de moradores do conjunto pedra Mole
32	Daniolo Oliveira e Silva	daniolooliveira0886@gmail.com	masculino	qualidade	Morros	C2D ENGENHARIA
33	Débora Lopes dos santos	deborahlopesantos@yahoo.com.br	feminino	inclusao	Monte Castelo	Universidade Paulista - UNIP
34	Denise Alves Morra	denisemscorra@hotmail.com	feminino	sustentabilidade	Angelim	Centro da Juventude Santa Cabrini
35	DIONÍSIO CARVALHO NETO	dionisiopiua@gmail.com	masculino	sustentabilidade	Lourival Parente	MOVIMENTO CIDADE SANEADA
36	Djan Moreira	djanmoreira13@gmail.com	masculino	inclusao	Fátima	IV Conselho Tutelar de Teresina
37	Edmundo Ximenes Rodrigues Neto	exr_net@gmail.com	masculino	governanca	Itaraé	UFPI
38	Eduilson Livio Neves da Costa Carneiro	eduilson@gmail.com	masculino	governanca	Horto	Instituto Federal do Piauí - IFPI
39	Eliene Maria de Sousa Gomes Costa	elieneariasgomes@gmail.com	feminino	qualidade	Centro	CMDI - Conselho Municipal dos Direitos do Idoso
40	EIJETH maria de Oliveira costa	elijethmccosta@gmail.com	feminino	inclusao	Redenção	Comunidade do casa de metara
41	Elisane Melo	elisane_melo2012@gmail.com	feminino	governanca	São Cristóvão	SESI PI e MAIS
42	Emanuel Rodrigues Castelo Branco	emmanuelbranco@yahoo.com.br	masculino	qualidade	São Cristóvão	CAU/PI
43	Ermado Henrique de Sousa Paz	rmdhenrique666@gmail.com	masculino	sustentabilidade	Santa Maria	Class estudantil
44	Eulina Maria Da Rocha	eulina.adm@hotmail.com	feminino	inclusao	Santa Lia	Faculdade Aespi/Escola da Assembléia
45	Euro Viveiros Da Silva	euroviveiros@outlook.com	masculino	governanca	Tabajaras	União Nacional dos Estudantes
46	Fabício Pereira de Andrade	fabicioit@hotmail.com	masculino	sustentabilidade	Centro	REAPI- Rede Ambiental do Piauí
47	Felipe Pedro Fonseca Silva	felipep21@gmail.com	masculino	produtividade	Promorar	Grupo de amigos do Bairro Promorar
48	Flávio de Sousa Oliveira	pf.flavio.oliveira@hotmail.com	masculino	inclusao	Verde Lar	Igreja Evangélica Assembléia de Deus Campo Espanada do Uruguai
49	FRANCOISA DAS CHAGAS MATOS	piuasocial@gmail.com	feminino	produtividade	Saci	ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DA CASA DE TAIPA DO PIAUÍ - ASTAÍPI
50	Francisca Marina de Moura Costa	marinamourathe1311@gmail.com	feminino	inclusao	Angelim	Associação da Juventude de zona sul
51	Francisca Regina Alves de Oliveira	reginaalves8807@gmail.com	feminino	inclusao	Santo Antônio	Associação demoradores da vila felicidade
52	Francisco Antonio da Conceição	ribamamaroto@hotmail.com	masculino	inclusao	santo antonio	UMAC
53	Francisco Araújo Vieira	ribamamaroto@hotmail.com	masculino	qualidade	Parque Brasil III	UMAC
54	Francisco das Chagas Bispo	flamersontfameq@gmail.com	masculino	inclusao	Pedra Mole	presidente da Associação da Moradores do bairro Cidade Jardim.
55	FRANCOISA DE ASSIS SOUSA JUNIOR	fr2assis@gmail.com	masculino	sustentabilidade	Morada do Sol	OAB
56	Francisco Deon da Câmara Falcão	fr-deon@hotmail.com	masculino	qualidade	Mafrense	Associação dos Moradores do Mafrense
57	Francisco Isábio Braga de Sousa	isariosousa@gmail.com	masculino	qualidade	Macaúba	Serviço de Pastoral do Migrante
58	Francisco José de Sousa	franciscotoshio@yahoo.com.br	masculino	inclusao	Verde Lar	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
59	Francisco Müller Martins Braga	chicooeu@gmail.com	masculino	sustentabilidade	Santa Maria	UJS
60	Franklin Alberto F. Rodrigues Junior	franklinjuniorpt@hotmail.com	masculino	inclusao	Centro	Atividades físicas para crianças e jovens - Parkour
61	Garênia Angelim	gardeniaangelim@gmail.com	feminino	inclusao	Jóquei	Universidade Federal do Piauí
62	GASPÁR ROQUE DE OLIVEIRA	soudharma.music@gmail.com	masculino	produtividade	Centro	Associação Filantrópica de Umbanda Ofina do Amor - AMORFIL
63	Glória Tavares de Araújo	gloria97avares@gmail.com	feminino	produtividade	São Sebastião	Associação de Moradores do Res Araguaia
64	Hanna Layne Rodrigues Amarante	hannalayne@gmail.com	feminino	inclusao	Fátima	classe estudantil
65	Helena Maria R de Carvalho	cermap16@gmail.com	feminino	qualidade	Centro	Centro de Estudos e Recreação do Magistério Piauiense - CERMAP
66	Iara Rodrigues de Carvalho	cermap16@gmail.com	feminino	qualidade	Centro	Centro de Estudos e Recreação do Magistério Piauiense - CERMAP
67	Igor Alves de Almeida	igor60890@hotmail.com	masculino	qualidade	Itaraé	UFPI
68	Ildnéé Rios	dne_rios@hotmail.com	feminino	sustentabilidade	Noivos	CAU
69	INGRID GOMES DA SILVA	ingridsilva2014@gmail.com	feminino	inclusao	Vale do Gavião	CENARAB
70	Iure Anderson Dias de Araujo	iuryanderson@gmail.com	masculino	qualidade	Brasil	Presidente de Associação de moradores
71	Ivan Neves Cabral	ribamamaroto@hotmail.com	masculino	inclusao	Satélite	UMAC
72	Jardel Ramos da Cruz	Socorroolive20011@hotmail.com	masculino	inclusao	Santo Antônio	Ajmt
73	Jeanne Maria Leal da Silva	ribamamaroto@hotmail.com	feminino	produtividade	Angelim	UMAC
74	Jefferson Aires Miranda de Sousa	jeffersonairesm@gmail.com	masculino	inclusao	Espanada	Comunidade Sul
75	João Batista de Aragão Ferreira	azuaraga017@gmail.com	masculino	sustentabilidade	Portal da Alegria	mobilizador comunidade
76	João Batista Gonçalves Honório	ribamamaroto@hotmail.com	masculino	produtividade	Acarape	UMAC
77	Jonas Lucas dos santos neres	jonasneres455@outlook.com	masculino	sustentabilidade	Centro	FAEPI
78	Jorge Luiz de Macedo	jorge@uninovafapi.edu.br	masculino	produtividade	Saci	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNINOVAFPI
79	Jorge Bernardo de Sales	jorgebernardodesales@gmail.com	masculino	sustentabilidade	São Sebastião	Associação de moradores do Verdecap II
80	Jorge Ferreira de Sousa	jorge122526@hotmail.com	masculino	qualidade	Matadouro	CME TERESINA
81	Josafá Wenserson Costa da Silva	josafaw@outlook.com	masculino	qualidade	Santa Maria	C.A.A.U. UFPI
82	Jose Alves de souza	martacelia13@hotmail.com	masculino	inclusao	Espanada	unecost
83	Jose Carlos de andrade	j.c.a.pm@hotmail.com	masculino	governanca	Vermelha	associação pestalozzi de teresina
84	José da cruz abreu	jacpirata@hotmail.com	masculino	inclusao	Ilhotas	UMI
85	Jose da cruz araujo santos	zedacruz1@gmail.com	masculino	inclusao	santo antonio	UMAC
86	José da Cruz Araújo Santos	zedacruz1@gmail.com	masculino	inclusao	Santo Antônio	UMAC
87	José Messias Andrade Júnior	messiasjunior40@gmail.com	masculino	inclusao	Saci	MAIS - Movimento de Apoio a Inclusão social
88	Jose william rodrigues da silva J	joeswilliam_2008@hotmail.com	masculino	sustentabilidade	Parque Piauí	classe estudantil
89	Joséan Almeida Alves	joesean.almeida@hotmail.com	masculino	sustentabilidade	Noivos	Coliobe
90	José Elias Martins	JOSELEMARTINS@HOTMAIL.COM	masculino	produtividade	Acarape	INTERAJE - Instituto de Jovens Empreendedores Digitais de Teresina
91	Josiane Barros Pires Borges	joesane_barros_pires@hotmail.com	feminino	qualidade	Areias	associação de moradores do parque palmarais
92	Josilene dos santos cruz fernandes	dhosyabrasil@gmail.com	feminino	qualidade	psh tabocas	Presidente da associação de moradores do Res encontro com Deus
93	Juciêla Rodrigues Ibiapina	jucliea@yahoo.com.br	feminino	sustentabilidade	Vale Quem Tem	Conselho Regional de Administração
94	Kelly Dias de Macedo	kellylss_hp@hotmail.com	feminino	qualidade	Noivos	Salve Rainha
95	Keylla Fátosa Alves Teixeira	keyllafatosa.kf@gmail.com	feminino	sustentabilidade	Santo Antônio	Classe estudantil
96	Márcia Cristina Ferreira Brandão	marciabrandao4@gmail.com	feminino	inclusao	Campestre	FETSUASPI

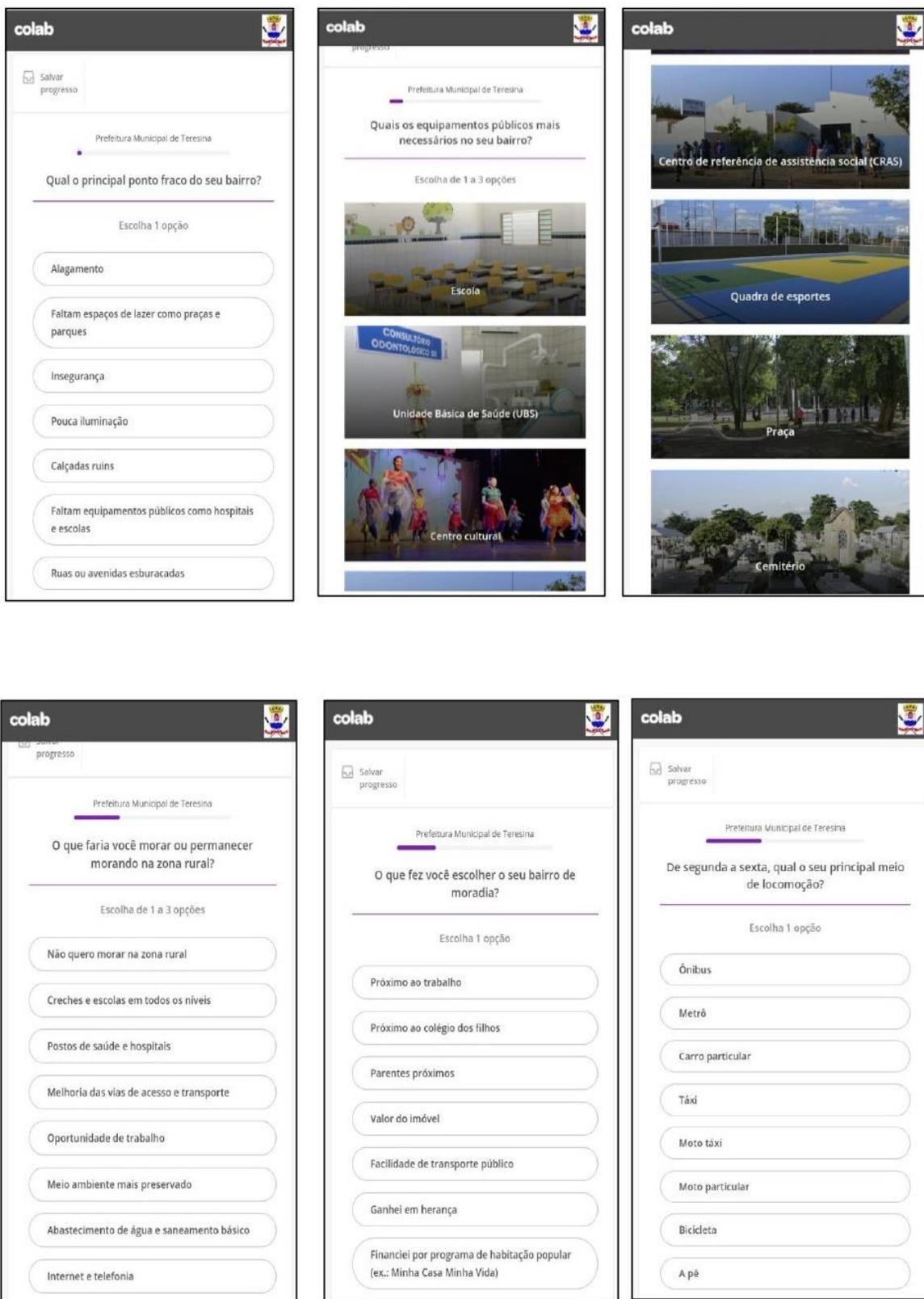
97	MARCIO SERGIO OLIMPIO DE MELO	marciosolimpiodemelo@gmail.com	masculino	governanca	Planalto	SECRETARIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ
98	Maria do Amparo costa	costaamparo9@gmail.com	feminino	qualidade	Santa Cruz	Presidente de Associação de moradores
99	Paulo Roberto Ferreira de Oliveira	Paulo86@ibest.com.br	masculino	engenheiro	Pininga	Preseinte do Crea - PI
100	Raissa Nuala Feitosa	raissanuala@hotmail.com	feminino	sustentabilidade	Centro sul	SEDET
101	RENATA FORTES MONTE FRANKLIN	renatafortesmonte@gmail.com	feminino	inclusao	Santa Isabel	COLETIVO SALVE RAINHA
102	Sinvaldo Gonçalves de Moura	sinvaldomoura@gmail.com	masculino	qualidade	Ininga	ibama
103	Stephanie Maria Pereira Santos	steph_mps@hotmail.com	feminino	inclusao	Noivos	Conselho Municipal de Assistência Social

ANEXO D – Relação de inscritos no Seminário Teresina Participativa
Categoria Sociedade Civil Pública

 		 				
Nº	Nome	E-mail	Sexo	EIXO	Bairro	Entidade
1	Adaisjosedefreitas	adaiajfreitas1980@gmail.com	masculino	qualidade	Monte castelo	Sociedade Civil
2	ADMEI	admeibr@gmail.com	masculino	qualidade	Parque Ideal	Sociedade Civil
3	ADRIEL RODRIGUES DE SOUSA	adriel_geo@hotmail.com	masculino	sustentabilidade	Bela Vista	Sociedade Civil
4	Aldir Gonçalves Alves de Meneses Filho	agamf@hotmail.com	masculino	sustentabilidade	Verde Lar	Sociedade Civil
11	Alecsander Rasec Sousa Silva	alecsander08rasec27@gmail.com	masculino	sustentabilidade	Mocambinho	Sociedade Civil
12	Aline Camilo Barbosa	alinecamilo_barbosa@hotmail.com	feminino	sustentabilidade	Primavera	Sociedade Civil
13	Alisjenny Alves da Silva Lira	alisjenny@gmail.com	feminino	qualidade	Santo Antônio	Sociedade Civil
14	Aluizio de Souza Ribeiro	souzaribeiro1991@gmail.com	masculino	produtividade	Ilhotas	Sociedade Civil
15	Amanda Beatriz Da Silva Santos	amanda_esc1@hotmail.com	feminino	sustentabilidade	Lourival Parente	Sociedade Civil
16	Amanda Carolina de Lima Quaresma	amandac7@outlook.com	feminino	inclusao	Mocambinho 1	Sociedade Civil
17	Ana Carla dos Reis Lopes	ana.carla-reis@hotmail.com	feminino	inclusao	Promorar	Sociedade Civil
18	Ana Leticia Carvalho e Silva	ani.leticia@hotmail.com	feminino	inclusao	Mocambinho 1	Sociedade Civil
19	Ananias Pereira da Cruz	esporte10pi@hotmail.com	masculino	inclusao	Recanto das Palmeiras	Sociedade Civil
20	Anderson	salcausim@hotmail.com	masculino	inclusao	Saci	Sociedade Civil
21	Ângela Oliveira Vieira	angelavieira14@gmail.com	feminino	sustentabilidade	Distrito Industrial	Sociedade Civil
22	Antônia Meiry Duarte da Silva	meiryterapeuta@hotmail.com	feminino	qualidade	Progresso II	Sociedade Civil
23	ANTONIO CARLOS MUNIZ	a.carlosmuniz@hotmail.com	masculino	inclusao	Santa Maria	Sociedade Civil
24	ANTÔNIO GABRIEL PEREIRA SAMPAIO	gsampaioo2@gmail.com	masculino	produtividade	DEUS QUER	Sociedade Civil
25	ANTONIO RUBENS FERNANDES CHAVES	rubenschaves@outlook.com	masculino	qualidade	PARQUE PIAUÍ	Sociedade Civil
26	Bartolomeu Vasconcelos costa filho	bartolomeuvasconcelos33@gmail.com	masculino	produtividade	Centro	Sociedade Civil
27	BRUNA Danielly Rodrigues de Sousa	bruninhadrs@hotmail.com	feminino	inclusao	Todos os Santos	Sociedade Civil
28	BRUNA MACEDO CASTELO BRANCO	brunambranco@hotmail.com	feminino	sustentabilidade	Jóquei	Sociedade Civil
29	CAIO GOMES	estagarioadmhr@gmail.com	masculino	governanca	Lourival Parente	Sociedade Civil
30	Caio Pinheiro	caio@adv6.com.br	masculino	produtividade	Gurupi	Sociedade Civil
31	Carla Hivana	carlahivana@gmail.com	feminino	sustentabilidade	Angelim	Sociedade Civil
32	Carla Maria Soares Leal	arqcarlaleal@gmail.com	feminino	sustentabilidade	Noivos	Sociedade Civil
33	carla patricia dos santos goncalves	patrisinha2014@gmail.com	feminino	inclusao	portal da alegria 4	Sociedade Civil
34	Carlene Lima e Silva	carlienelmaesilva@gmail.com	feminino	governanca	Bela Vista 2	Sociedade Civil
35	Carlos Domingos de souza leal	mun.do.periferia@hotmail.com	masculino	inclusao	Cristo Rei	Sociedade Civil
36	Carlos Sidney Pires Cardoso	csp.cardoso2016@gmail.com	masculino	sustentabilidade	Planlato	Sociedade Civil
37	Carol Thânia Oliveira Sousa	carol_thania@hotmail.com	feminino	sustentabilidade	Angelim	Sociedade Civil
38	Daniel Alves Miranda	danielalvesm@hotmail.com	masculino	sustentabilidade	Lourival Parente	Sociedade Civil
39	daniel victor oliveira pessoa	daniell.pessoa@yahoo.co.br	masculino	inclusao	Matadouro	Sociedade Civil
40	deboranunes cordeiro	cordeiroenunes@hotmail.com	feminino	sustentabilidade	Pirajá	Sociedade Civil
41	Débora Sousa e Silva	deborasouza08@hotmail.com	feminino	qualidade	Comprida	Sociedade Civil
42	Derick raphael miranda rabelo	derick0800@icloud.com	masculino	sustentabilidade	Monte Castelo	Sociedade Civil
43	Diego	dilmello381@gmail.com	masculino	qualidade	Novo Horizonte	Sociedade Civil
44	Diego Cortez Pires Alves	diegocortez1989@gmail.com	masculino	qualidade	Lourival Parente	Sociedade Civil
45	Diego Miranda Silva	diego.miranda1998s@gmail.com	masculino	sustentabilidade	Zona Rural	Sociedade Civil
46	Diego Ribeiro Fontenele	dirifo@gmail.com	masculino	qualidade	Morada do Sol	Sociedade Civil
47	DIOGENES RODRIGUES DO NASCIMENTO	diogenesrodriguesarq@gmail.com	masculino	sustentabilidade	mocambinh 1	Sociedade Civil
48	Edivan Araújo de Oliveira	edivan1.1@hotmail.com	masculino	produtividade	Itararé	Sociedade Civil
49	Elenita de O. Lopes	itaoliveira.lopes@gmail.com	feminino	sustentabilidade	Novo Horizonte	Sociedade Civil
50	ELEONORA PARENTES SAMPAIO FERNANDES	eleonora.fernandes@yahoo.com.br	feminino	governanca	joquei clube	Sociedade Civil
51	Elias Barbosa	eliasbarbosa17@dtlook.com	masculino	inclusao	Parque Alvorada	Sociedade Civil
52	ELILANA MARIA AMORIM CHAVES CARVALHO	elilanaservicosocial@gmail.com	feminino	inclusao	Cabral	Sociedade Civil
53	Elisabeth de Moura Sousa	elisabethmoura45@gmail.com	feminino	qualidade	Ininga	Sociedade Civil
54	Emanuelle de Aragão Arrais	emanuelle_aragao_arrais@hotmail.com	feminino	sustentabilidade	Lourival Parente	Sociedade Civil
55	Emerson Silva Araujo	emersones032@gmail.com	masculino	inclusao	Boa Vista	Sociedade Civil
56	Engelo Dorian Gonçalves Costa	EngeloDG7@gmail.com	masculino	qualidade	Progresso II	Sociedade Civil
57	ERICK OLIVEIRA SILVA	erickosilvaa@hotmail.com	masculino	governanca	Vermelha	Sociedade Civil
58	Ernando	rnndhenrique666@gmail.com.br	masculino	inclusao	Santa Maria	Sociedade Civil
59	Felipe Silva Duailibe	felipe_dualibe@hotmail.com	masculino	sustentabilidade	Tabuleta	Sociedade Civil
60	Fernando Antônio Lopes Gomes Filho	flopesfilho@live.com	masculino	sustentabilidade	Aeroporto	Sociedade Civil
61	Filipe Machado	filipwx7@gmail.com	masculino	produtividade	Mocambinho	Sociedade Civil
62	Francisco Ximenes de Aragão	fximenesdearagao@hotmail.com	masculino	inclusao	Parque Ideal	Sociedade Civil
63	Gabriele Cristine Viana Góes	gabrieleviana2010@hotmail.com	feminino	sustentabilidade	Aeroporto	Sociedade Civil
64	George Luis	george.riolima@hotmail.com	masculino	produtividade	Fátima	Sociedade Civil
65	Georgianne de Aragão Mourão	georgiannearagao@gmail.com	feminino	produtividade	Vale Quem Tem	Sociedade Civil
66	Geraldo corado da silva junior	g.junioragro@hotmail.com	masculino	sustentabilidade	Vermelha	Sociedade Civil
67	Gerbas Alves de Araújo	gerbasplinplin04@hotmail.com	masculino	governanca	Jóquei	Sociedade Civil
68	Haila Santos Rodrigues	solenasantos13@gmail.com	feminino	sustentabilidade	Vermelha	Sociedade Civil
69	Ian Matheus Candido Silva Rocha	ianmatheus71@outlook.com	masculino	sustentabilidade	Centro	Sociedade Civil
70	Ian Soares Barbosa	ianbarbosa2007@hotmail.com	masculino	produtividade	Noivos	Sociedade Civil
71	Iarla Cristina Meneses Feitosa	iarlameneses@hotmail.com	feminino	sustentabilidade	Mocambinho	Sociedade Civil
72	Igor Charles Barbosa Silva	igorcharles99@hotmail.com	masculino	produtividade	Parque vaquejador	Sociedade Civil
73	Igor da Silva Fernandes	igor.fernandes77@hotmail.com	masculino	produtividade	Uruguai	Sociedade Civil
74	Isadora Viana Pinto	arqdesignerisadora@outlook.com	feminino	produtividade	Parque Alvorada	Sociedade Civil
75	Israyley Alberto de Brito Monteiro	israyley2016@gmail.com	masculino	sustentabilidade	Tancredo Neves	Sociedade Civil

76	jamilé santos noronha	jaamilenoronha@gmail.com	feminino	sustentabilidade	Angelim	Sociedade Civil
77	Janaina Raquel carvalho dos santos	janainaraquelsantos@yahoo.com.br	feminino	inclusao	Marquês	Sociedade Civil
78	Jayanna Dayna Melão Fernandes	jayannafernandes@yahoo.com.br	feminino	sustentabilidade	Ininga	Sociedade Civil
79	Jefferson bruno pontes fernandes	brunofernandes_p@hotmail.com.br	masculino	sustentabilidade	Gurupi	Sociedade Civil
80	Jéssyca Oliveira Santos	jessycaosantos@gmail.com	feminino	sustentabilidade	Pedra Mole	Sociedade Civil
81	João Lucas da Silva Martins	Luks_torquato@hotmail.com	masculino	inclusao	Satélite	Sociedade Civil
82	João Marcos Oliveira Rocha	j_marcosrocha@hotmail.com	masculino	qualidade	Santa Maria	Sociedade Civil
83	João Mateus Barros Batista	reginamb2002@bol.com.br	masculino	inclusao	Uruguaí	Sociedade Civil
84	José Jocean Melo Batista	reijocean@hotmail.com	masculino	qualidade	Uruguaí	Sociedade Civil
85	Kairo Fernando Barbosa de lima	kairofernando83@gmail.com	masculino	qualidade	Macaúba	Sociedade Civil
86	Leonardo Jorge de Oliveira Araújo	leonardo.jorgi@gmail.com	masculino	qualidade	Campestre	Sociedade Civil
87	Lorena Moura Santana	lorenamoura00@hotmail.com	feminino	sustentabilidade	Santa Isabel	Sociedade Civil
88	Lucas Cezar Santana Ferreira	lucascezarferreira@hotmail.com	masculino	qualidade	Vermelha	Sociedade Civil
89	Luzia Eduarda Bezerra Valadares	luziabvaladares@hotmail.com	feminino	qualidade	MARQUES	Sociedade Civil
90	MAGNO VILA CASTRO JÚNIOR	mcastrojunior@gmail.com	masculino	governanca	Gurupi	Sociedade Civil
91	Marcela Coimbra de Sousa	marcela-erick@hotmail.com	feminino	sustentabilidade	Mocaminho	Sociedade Civil
92	Márcia Maria de Castro Dantas	marcian2dantas@hotmail.com	feminino	sustentabilidade	Saci	Sociedade Civil
93	Maria de Fatima Alves da Silva	maryamelloalves@gmail.com	feminino	qualidade	Novo Horizonte	Sociedade Civil
94	Marlandy Késia	marlandykesia@outlook.com	feminino	inclusao	Centro	Sociedade Civil
95	Maurício Almeida da Costa	Mauricioalmeida715@Gmail.com	masculino	inclusao	Cidade Nova	Sociedade Civil
96	Olavo pereira da silva f	olavopsilvaf@gmail.com	masculino	qualidade	Ininga	Sociedade Civil
97	Paulo Tarfesson Cunha Fontele	tarfesson@gmail.com	masculino	inclusao	Bela Vista	Sociedade Civil
98	Rafael de Sousa Araújo	raphanjo@hotmail.com	masculino	governanca	Jóquei	Sociedade Civil
99	Raphael Xavier	raphael_palmeiras10@hotmail.com	masculino	qualidade	Parque Ideal	Sociedade Civil
100	Raylla Sousa Alves	raylla23giba@gmail.com	feminino	sustentabilidade	Verde Lar	Sociedade Civil
101	Samuel Macedo Correa	satj1986@gmail.com	masculino	sustentabilidade	Parque Ideal	Sociedade Civil
102	Sergio Luis Barroso de Carvalho	sergioluisb@hotmail.com	masculino	inclusao	Piçarra	sociedade civil
103	Tátia Marisa Távora dos Santos	tavoratatila@gmail.com	feminino	qualidade	Morada do Sol	Sociedade Civil

ANEXO E – Propostas utilizadas no COLAB para a elaboração do planejamento urbano da cidade de Teresina



colab

Salvar progresso

Prefeitura Municipal de Teresina

O transporte público (como o ônibus) deve ter prioridade sobre o transporte individual (como o carro)?



Escolha 1 opção

Sim

Não

colab

Salvar progresso

Prefeitura Municipal de Teresina

Dentre as seguintes medidas a serem tomadas para melhorar o transporte público, qual você acha a mais importante?

Escolha 1 opção

Estimular moradia próxima aos corredores exclusivos e terminais de ônibus

Estimular a oferta de serviços públicos como escolas e hospitais ao longo dos corredores exclusivos e terminais de ônibus

Prever comércios, serviços, e praças próximos aos terminais e corredores de ônibus

Integrar as ciclovias locais aos terminais de transporte público dotados de bicicletário

Melhorar a quantidade e qualidade dos ônibus e dos seus percursos, principalmente nos horários de pico

colab

Salvar progresso

Prefeitura Municipal de Teresina

O transporte não motorizado (como andar a pé ou de bicicleta) deve ser estimulado com oferta de infraestrutura adequada?



Escolha 1 opção

Sim

Não

colab

Salvar progresso

Prefeitura Municipal de Teresina

Você é a favor da utilização de parques ambientais para usos sustentáveis, como práticas esportivas em contato com a natureza?



Escolha 1 opção

Sim

Não

colab

Como você gostaria de utilizar os espaços públicos aos finais de semana?

Escolha 1 opção

Academia Popular

Atividades físicas como dança

Atividades culturais



colab

Arborização

Ciclovias e bicicletário

Praças

Atividades culturais

Terminais de ônibus

colab

progresso

Prefeitura Municipal de Teresina

Do seu ponto de vista, o que é prioridade para a valorização dos pontos turísticos em Teresina?

Escolha de 1 a 3 opções

Melhorar estrutura física dos pontos turísticos

Trazer mais atrações culturais para os pontos turísticos

Estimular o uso de casas e terrenos abandonados, para valorização da arte e cultura local

Criar novos espaços culturais em áreas de interesse turístico

Propor roteiros de atividades turísticas nos parques existentes, como percursos interligando os parques

Justifique sua resposta

colab

Salvar progresso

Prefeitura Municipal de Teresina

Como você gosta de ver o patrimônio arquitetônico de nossa cidade?

Escolha 1 opção

Fachada preservada

Fachada deteriorada

colab

Existem várias formas de promover o desenvolvimento econômico de Teresina. Dentre as estratégias a seguir, quais você considera as mais necessárias no momento?

Escolha de 1 a 3 opções

Estimular moradias em edifícios de uso misto (comércio, moradia, serviço, estacionamento) e promover melhorias urbanas (calçadas, iluminação, ciclovias) nos centros dos bairros

Aumentar a oferta de empregos por toda a cidade, descobrindo e incentivando os negócios dos bairros

Estudar a viabilidade de novas áreas industriais e polos empresariais

Promover a infraestrutura de rede elétrica, telefonia, internet, abastecimento de água e esgotamento sanitário

Incentivar a organização de agrupamentos (clusters) de serviços de saúde e educação

Justifique sua resposta

colab

Salvar progresso

Prefeitura Municipal de Teresina

Você acha que a Prefeitura deve estimular mais o desenvolvimento sustentável da zona rural?



Escolha 1 opção

Sim

Não

colab

Salvar progresso

Prefeitura Municipal de Teresina

Você acha que as mulheres se sentem mais inseguras que os homens em becos, praças, ônibus, paradas ou ruas de Teresina?



Escolha 1 opção

Sim

Não

colab

Salvar progresso

Prefeitura Municipal de Teresina

Você acha que a Prefeitura deve incentivar a participação da população e dar transparência à informação também através de aplicativos digitais, como o Colab?



Escolha 1 opção

Sim

Não

colab

Salvar progresso

Prefeitura Municipal de Teresina

Você tem alguma outra sugestão para o Plano Diretor de Ordenamento Territorial de Teresina?

Descreva aqui suas sugestões, ideias e desejos

colab Consultas

Aproveite e participe das outras consultas que estão disponíveis para você!

Prefeitura Municipal de Teresina
 Você votou há um minuto atrás. Restam 3 horas de consulta

Obrigado :)

Obrigada por sua participação! Você ajudou a construir a Teresina que precisamos!

Você, Diego Cortez e outras 688 pessoas responderam à essa consulta.

Chame seus amigos para votar!

f WhatsApp Twitter

